Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros III S.A.

CNPJ/MF nº 30.037.009/0001-38

Demonstrações Financeiras referente ao período de 15/02/2018 (data de constituição da Companhia) a 31/12/2018 *(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

Balanço Patrimonial

Ativo	Notas	2018
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3	500
Total do ativo circulante		**500**
Total do ativo		**500**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2018
Passivo circulante		
Partes relacionadas	4	2.032
Total do passivo circulante		**2.032**
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		
Capital social	5.1	500
Prejuízos acumulados		(2.032)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**(1.532)**
Total de passivo e patrimônio líquido		**500**

Demonstração do Resultado

	Notas	Período de 15/02/2018 a 31/12/2018
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	7	(2.032)
		(2.032)
Resultado operacional		**(2.032)**
Prejuízo do período		**(2.032)**
Prejuízo básico por ação – Reais		-4,06400

Demonstração do Resultado Abrangente

	Período de 15/02/2018 a 31/12/2018
Prejuízo do período	(2.032)
Outros resultados abrangentes	–
Resultado abrangente do período	**(2.032)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Integralização de capital	5.1	500	–	500
Prejuízo do período	–	–	(2.032)	(2.032)
Saldos em 31/12/2018		**500**	**(2.032)**	**(1.532)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Período de 15/02/2018 a 31/12/2018
Atividades operacionais	
Prejuízo do período	(2.032)
Aumento(redução) no passivo:	
Partes relacionadas	2.032
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.032
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimento	
Integralização de capital	500
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento	500
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	500
Caixa e equivalentes de caixa	
No início do período	–
No final do período	500
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	500

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional – A Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros III S.A. ("Companhia"), foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 15/02/2018. O objeto social da Companhia é a aquisição e securitização de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, e pelas demais entidades pertencentes ao seu conglomerado financeiro desde que enquadradas nos termos do artigo 1º da Resolução do CMN nº 2.686/00, (ii) a emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de quaisquer títulos ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. A Companhia foi constituída para adquirir e securitizar créditos financeiros oriundos de operações de créditos concedidos pela plataforma da Ferratum Brasil, a serem adquiridos pela Emissora por meio do Instrumento de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Sem Coobrigação e Outras Avenças celebrado entre a Emissora e instituição Financeira.

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras e principais práticas contábeis adotadas – 2.1. Autorização: A autorização para a conclusão e apresentação das demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 20/03/2019. **2.2. Base de apresentação:** As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Board (IASB). As demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3. Apuração do resultado:** As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados. **2.4. Imposto de renda e Contribuição social:** A provisão para imposto de renda e constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento em que houver perspectiva consistente de sua realização. **2.5 Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São reconhecidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.7. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: **(i)** Custo amortizado; **(ii)** Valor justo por meio do resultado e **(iii)** Valor justo por meio do resultado abrangente. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.7.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. E designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado. **2.7.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento:** Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo amortizado. **2.7.3. Empréstimos e recebíveis:** São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo.

2.7.4. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 16 – Arrendamento mercantil	Refere-se à definição e a orientação do contrato de arrendamento previsto na IAS17.	Exercícios anuais iniciados a partir de 11/01/2019 (equivalente a 11/07/2019 para a Companhia).
CPC 47 – Receitas de contratos com clientes	Correlação as normas internacionais de contabilidade – IFRS 15 – sobre o reconhecimento de receita em transações de contratos com clientes.	Exercícios anuais iniciados a partir de 11/01/2018.
CPC 48 – Instrumentos Financeiros	Correlação as normas internacionais de contabilidade – IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: classificação, mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge.	Exercícios anuais iniciados a partir de 11/01/2018.

Adicionalmente, não se espera que as novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas informações demonstrações financeiras da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa	**2018**
Caixa e bancos conta movimento	500
Total	**500**

4. Partes relacionadas – 4.1. Transações com partes relacionadas

	2018
Total	**0**

	2018
Travessia Assessoria Financeira Ltda.	2.032
Total	**2.032**

Montante referente às operações de mútuo com empresa ligada para operações usuais de acordo com a avaliação da Administração. **4.2. Remuneração do pessoal-chave da administração:** Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração no exercício de 31/12/2018.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros III S.A.**
São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros III S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 15/02/2018 (data de constituição da Companhia) a 31/12/2018, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros III S.A.** em 31/12/2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 15/02/2018 (data de constituição da Companhia) a 31/12/2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria ("PAA"):** Com exceção do assunto descrito na seção Base para opinião, não existe outro principal assunto de auditoria a comunicar em nosso relatório. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais ser mantenedora de continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20/03/2019.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-031.269/O-1
Fábio Rodrigo Muralo – Contador CRC 1SP-212.827/O-3

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1058800-42.2018.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Eurico Leonel Peixoto Filho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) EVERTON APARECIDO ALVES DA SILVA, CPF 255.941.528-30, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A, alegando em sintese ser credor do executado, na importância de R$ 40.378,80, em razão da emissão da Cédula de Crédito Bancário - Empréstimo Consignado em Folha de Pagamento (Setor Público) n. 233.157.586 . Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que esteja no prazo de 3 (três) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pagar a dívida, custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados no patamar de dez por cento. Não sendo apresentados embargos no prazo legal, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de março de 2019.
3003 e 02/04/2019

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1004585-62.2015.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Carlos Eduardo Santos Porteiro de Miranda, na forma da Lei, etc. FAZ SABER(adv) MICHAEL DOS SANTOS MOREIRA, OAB/SP 172.873, CNPJ 12.340.428/0001-07, MIGUEL ALMEIDA DOS SANTOS, CPF 791.438.813-00, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por Itaú Unibanco S/A. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 80.048,13 (referente ao principal, acrescido de multa e honorários advocatícios de 10%, artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, seja intimado para impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de fevereiro de 2019.
3003 e 02/04/2019

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros V S.A.

CNPJ/MF nº 32.023.336/0001-66

Demonstrações Financeiras referentes aos períodos de 05/11/2018 (data de constituição da Companhia) a 31/12/2018 *(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

Balanço Patrimonial

Ativo	Notas	2018
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3	500
Total do ativo circulante		**500**
Total do ativo		**500**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2018
Passivo circulante		
Partes relacionadas	4.1	1.136
Total do passivo circulante		**1.136**
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		
Capital social	5.1	500
Prejuízos acumulados		(1.136)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**(636)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**500**

Demonstração do Resultado

	Notas	Período de 05/11/2018 a 31/12/2018
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	7	(1.136)
		(1.136)
Resultado operacional		**(1.136)**
Prejuízo do período		**(1.136)**
Prejuízo básico por ação – Reais		(2,27200)

Demonstração do Resultado Abrangente

	Período de 05/11/2018 a 31/12/2018
Prejuízo do período	(1.136)
Outros resultados abrangentes	–
Resultado abrangente do período	**(1.136)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)

	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Integralização de capital	5.1	500	–	500
Prejuízo do período	–	–	(1.136)	(1.136)
Saldos em 31/12/2018		**500**	**(1.136)**	**(636)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Período de 05/11/2018 a 31/12/2018
Atividades operacionais	
Prejuízo do período	(1.136)
Aumento(redução) no passivo:	
Partes relacionadas	1.136
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**1.136**
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Integralização de capital	500
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento	**500**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**500**
Caixa e equivalentes de caixa	
No início do período	–
No final do período	500
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**500**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional – A Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros V S.A. ("Companhia"), foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 05/11/2018. O objeto social da Companhia é a aquisição e securitização de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, e pelas demais entidades pertencentes ao seu conglomerado financeiro desde que enquadradas nos termos do artigo 1º da Resolução do CMN nº 2.686/00, (ii) a emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de quaisquer títulos ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras e principais práticas contábeis adotadas – 2.1. Autorização: A autorização para a conclusão e apresentação das demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 20/03/2019. **2.2. Base de apresentação:** As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Board (IASB). As demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3. Apuração do resultado:** As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados. **2.4. Imposto de renda e Contribuição social:** A provisão para imposto de renda e constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento em que houver perspectiva consistente de sua realização. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros sendo gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.7. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: **(i)** Custo amortizado; **(ii)** Valor justo por meio do resultado e **(iii)** Valor justo por meio do resultado abrangente. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.7.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. E designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado. **2.7.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento:** Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo amortizado. **2.7.3. Empréstimos e recebíveis:** São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo.

2.7.4. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 16 – Arrendamento mercantil	Refere-se à definição e a orientação do contrato de arrendamento previsto na IAS17.	Exercícios anuais iniciados a partir de 11º de janeiro de 2019 (equivalente a 11/07/2019 para a Companhia).
CPC 47 – Receitas de contratos com clientes	Correlação as normas internacionais de contabilidade – IFRS 15 – sobre o reconhecimento de receita em transações de contratos com clientes.	Exercícios anuais iniciados a partir de 11º de janeiro de 2018.
CPC 48 – Instrumentos Financeiros	Correlação as normas internacionais de contabilidade – IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: classificação, mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge.	Exercícios anuais iniciados a partir de 11/01/2018.

Adicionalmente, não se espera que as novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas informações demonstrações financeiras da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa	**2018**
Caixa e bancos conta movimento	500
Total	**500**

4. Partes relacionadas – 4.1. Transações com partes relacionadas

	2018
Total	**0**

	2018
Travessia Assessoria Financeira Ltda.	1.136
Total	**1.136**

Montante referente às operações de mútuo com empresa ligada para operações usuais de acordo com a avaliação da Administração. **4.2. Remuneração do pessoal-chave da administração:** Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração no exercício de 31/12/2018.

5. Patrimônio líquido – 5.1. Capital Social: O capital social subscrito da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros V S.A., em 31/12/2018, é de R$ 500, divididos em 500 (quinhentas) ações ordinárias, todas nominais, sem valor nominal e sem ações em tesouraria. Em 05/11/2018 o capital social foi totalmente integralizado pelos seus acionistas. **5.2. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **5.3. Dividendos propostos:** Feitas as necessárias anotações dos lucros líquidos apurados no balanço anual deduzir-se-ão: • 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; • 25% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o disposto no art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição, como dividendo obrigatório, aos acionistas; • O saldo que se verificar após as destinações mencionadas terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais. **6. Provisão para contingências** – A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31/12/2018 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda. **7. Despesas gerais e administrativas** – No período de 05 de novembro a 31/12/2018, as despesas gerais e administrativas estão assim compostas:

Descrição	**05/11/2018 a 31/12/2018**
Assessoria contábil	(2.000)
Outros	(32)
Total	**(2.032)**

8. Relação com auditores – A empresa de auditoria independente por nos contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o exercício social, além da auditoria externa. **9. Eventos subsequentes** – Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após a data de encerramento do exercício findo em 31/12/2018.

Vinicius Bernardes Baelle Silveira Stopa – Diretor Presidente
Moacir Tendolini – Contador CRC 1SP 078.602/O3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Acionistas da **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros V S.A.** São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros V S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 05/11/2018 (data de constituição da Companhia) a 31/12/2018, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros V S.A.** em 31/12/2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 05/11/2018 (data de constituição da Companhia) a 31/12/2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria ("PAA"):** Com exceção do assunto descrito na seção Base para opinião, não existe outro principal assunto de auditoria a comunicar em nosso relatório. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de audit

Travessia Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 26.609.050/0001-64

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 *(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

Balanço Patrimonial

Ativo	Notas	2018	2017
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	122.946	8.605
Partes relacionadas	7.1	62.743	64
Clientes	4	4.364	–
Outras contas a receber	5	1.123	2
Impostos a recuperar	6	2.436	2.068
Total do ativo circulante		**193.612**	**10.737**
Total do ativo		**193.612**	**10.737**
Passivo e Patrimônio Líquido	**Notas**	**2018**	**2017**
Passivo circulante			
Obrigações tributárias	8	20.536	492
Dividendos a pagar	9.3	63	63
Total do passivo circulante		**20.599**	**555**
Patrimônio líquido			
Capital social	9.1	50.000	50.000
Reserva legal	9.2	13	13
Adiantamento p/futuro aumento de capital	9.5	187.679	67.679
Prejuízos acumulados	–	(64.679)	(107.510)
Total do patrimônio líquido		**173.013**	**10.182**
Total do passivo e patrimônio líquido		**193.612**	**10.737**

Demonstrações do Resultado

	Notas	2018	2017
Receita líquida	11	**325.798**	**59.391**
Custo dos serviços prestados	12	(100.000)	–
Lucro bruto		**225.795**	**59.391**
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(149.458)	(160.280)
Despesas tributárias		(4.038)	(7.188)
Resultado operacional		**(153.496)**	**(167.468)**
Receitas financeiras	14.1	35	1.527
Despesas financeiras	14.2	(20.853)	(1.151)
Resultado financeiro		**(20.818)**	**376**
(=) Resultado antes das provisões tributárias		**51.480**	**(107.701)**
Imposto de renda e contribuição social	8.1	(8.649)	–
Lucro/prejuízo líquido do exercício		**42.831**	**(107.701)**
Lucro básico por ação – Reais		0,85663	(2,15402)

Demonstrações do Resultado Abrangente

	2018	2017
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	42.831	(107.701)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**42.831**	**(107.701)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	2018	2017
Atividades operacionais		
Lucro/Prejuízo do exercício	42.831	(107.701)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Aumento(redução) no ativo:		
Clientes	(4.364)	–
Impostos a recuperar	(370)	(2.066)
Outras contas a receber	(1.121)	(2)
Obrigações tributárias	20.044	407
Fluxo de caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**57.020**	**(109.362)**
Das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	(62.679)	(64)
Adiantamento para futuro aumento de capital	120.000	67.679
Fluxo de caixa proveniente nas atividades de financiamento	**57.321**	**67.615**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**114.341**	**(41.747)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício/período	8.605	50.352
No final do exercício/período	122.946	8.605
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**114.341**	**(41.747)**

Demonstrações do Valor Adicionado

	2018	2017
Receitas	**360.592**	**65.734**
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(100.000)	–
Serviços de terceiros e outros	(149.458)	(160.280)
Valor adicionado bruto	**111.134**	**(94.546)**
Valor adicionado líquido produzido	**111.134**	**(94.546)**
Receitas financeiras	35	1.527
Valor adicionado recebido em transferência	**35**	**1.527**
Valor adicionado total a distribuir	**111.168**	**(93.019)**
Impostos taxas e contribuições	**47.484**	**13.531**
Impostos e contribuições	47.484	13.531
Remuneração do capital de terceiros	**20.853**	**1.151**
Despesas financeiras	20.853	1.151
Remuneração do capital próprio	**42.831**	**(107.701)**
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	42.831	(107.701)
Valor total adicionado (consumido)	**111.168**	**(93.019)**

Demonstrações do Fluxo de Caixa – Método Indireto

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Notas	Capital social	Reserva legal	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Constituição de reserva de lucros	5.3	50.000	13	–	191	–	50.204
Saldos em 31 de dezembro de 2016		**50.000**	**13**	**–**	**191**		**50.204**
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	(107.701)	(107.701)
Adiantamento para futuro aumento de capital	5.5	–	–	67.679	–	–	67.679
Absorção de reserva de lucros		–	–	–	(191)	191	–
Saldos em 31 de dezembro de 2017		**50.000**	**13**	**67.679**	**–**	**(107.510)**	**10.182**
Lucro líquido exercício		–	–	–	–	42.831	42.831
Adiantamento para futuro aumento de capital				120.000	–	–	120.000
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**50.000**	**13**	**187.679**	**–**	**(64.679)**	**173.013**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional – A Travessia Securitizadora S.A. ("Companhia"), foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 27/10/2016. O objeto social da Companhia é a aquisição e securitização de recebíveis imobiliários e do Agronegócio, a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários ou do Agronegócio, ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514/97 e outras disposições legais, bem como a realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as suas atividades de securitização e emissão de títulos lastreados nos recebíveis descritos acima. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas – 2.1. Autorização:** A autorização para a conclusão e apresentação destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28/03/2019. **2.2. Base de apresentação:** As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Board (IASB). As demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da perda com créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, incluisive para litígios e riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em prazos nunca superiores a um ano. As informações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A Instrução CVM nº 414/04 exige a divulgação das informações relativas às aquisições, retrocessões, pagamentos e inadimplência dos créditos vinculados à emissão de CRI, além das informações anuais independentes, por emissão de Certificados de recebíveis imobiliários sob regime fiduciário, previstas no artigo 12 da Lei nº 9.514/97. **2.3. Apuração do resultado:** As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados. **2.4. Imposto de renda e Contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento em que houver perspectiva consistente de sua realização. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.7. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: **(i)** Custo amortizado; **(ii)** Valor justo por meio do resultado; **(iii)** Valor justo por meio do resultado abrangente. Ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia passa a ser parte das disposições contratuais do instrumento. **2.7.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado. **2.7.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento:** Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contraparti da resultado do exercício. **2.7.3. Empréstimos e recebíveis:** São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. **2.7.4. Novas normas, alterações e interpretações de normas:**

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 16 – Arrendamento mercantile	Refere-se a definição e a orientação do contrato de arrendamento previsto na IAS17.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º/01/2019 (equivalente a 1º/07/2019 para a Companhia).

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 47 – Receitas de contratos com clientes	Contribuição as normas internacionais de contabilidade – IFRS 15 – sobre o reconhecimento de receita em relações de contratos com clientes.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º/01/2018.
CPC 48 – Instrumentos Financeiros	Correlação as normas internacionais de contabilidade – IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: classificação, mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º/01/2018.
ICVM 600 – Patrimônio separado	A presente Instrução dispõe sobre o regime dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA" ou "certificado") objeto de oferta pública de distribuição. As demonstrações financeiras de cada patrimônio separado da Securitizadora serão, agora, como advento do novo normativo da CVM 600, feitas de forma individualizada e separada em documento apartado dessas notas explicativas.	A partir de 1º/08/2018.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa e bancos conta movimento	10	10
Aplicação financeira **(a)**	122.936	8.595
Total	**122.946**	**8.605**

(a) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em fundos de investimentos e são remuneradas a uma taxa média mensal de 74,5% do CDI podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada. Durante o exercício findo em 31/12/2018 a Companhia obteve rendimentos com aplicações financeiras no montante de R$ 35 (R$ 1.527 em 31/12/2017). **4. Clientes** – Os valores a receber de clientes referem-se a faturamento de prestação de serviços de intermediação na emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, no valor de R$ 4.364. **5. Outras contas a receber** – Em 31/12/2018 o saldo de outras contas a receber referem-se a gastos com viagens a serviço a Amy Engenharia e Empreendimentos Ltda, relacionados ao pagamento de despesas dos patrimônios separados, que serão reembolsados à antecipadamente, no valor de R$ 1.123 (R$ 2 em 31/12/2017). **6. Impostos a recuperar** – O saldo em 31/12/2018 refere-se basicamente a saldo negativo IRFJ e CSLL, conforme a seguir demonstrado:

	2018	2017
Csll sobre faturamento	46	–
Saldo negativo – IRPJ	1.417	1.409
Saldo negativo – CSLL	973	657
Total	**2.436**	**2.066**

7. Partes relacionadas – 7.1. Transações com partes relacionadas:

	2018	2017
Travessia Assessoria Financeira Ltda.	62.548	–
Travessia Securitizadora Creditos Financeiros I	195	64
Total	**62.743**	**64**

Montante referente às operações de mútuo com acionista e controladora para operações usuais de acordo com a avaliação da Administração. **7.2. Remuneração do pessoal chave da administração:** Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração no período findo em 31/12/2018.

	2018	2017
Obrigações tributárias		
IRRF – Terceiros	1.532	120
COFINS a recolher	2.376	–
ISS a recolher	11.882	–
CSRF a recolher	4.746	372
Total	**20.536**	**492**

8.1. Imposto de renda e contribuição social

	2018	2017
Resultado do exercício	51.480	(107.701)
(-) Compensações de prejuízos fiscais	(15.444)	–
Base de cálculo de IRPJ e CSLL	36.036	(107.701)
Taxa efetiva para Imposto	24%	24%
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente/diferido	(-)	(-)
(=) Imposto de renda e contribuição social	(8.649)	–

9. Patrimônio líquido – 9.1. Capital social: O capital social subscrito da Travessia Securitizadora S.A., em 31/12/2018, é de R$ 50.000 (cinquenta mil Reais), divididos em 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias, todas nominais, livres, sem valor nominal e sem ações em tesouraria. Em 29/12/2017 o capital social foi totalmente integralizado pelos seus acionistas e a reserva foi estatutizada a aumentar o capital social até montante de R$ 5.000.000 (cinco milhões de Reais), mediante a emissão de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, por meio de deliberação da Assembleia Geral, nos termos do Artigo 168 da Lei nº 6.404/76. **9.2. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **9.3. Dividendos propostos:** Feitas as necessárias anotações dos lucros líquidos apurados no balanço anual deduzir-se-ão: • 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; • 25% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o disposto no art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição, como dividendo obrigatório, aos acionistas; • O saldo que se verificar após as destinações mencionadas terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais. **9.4. Reserva de lucros:** A reserva de lucros, conforme definido pelo Estatuto Social da Companhia, tem por finalidade não distribuir a parcela da equivalência patrimonial não realizada financeiramente na forma de dividendos. **9.5. Adiantamento para futuro aumento de capital:** No exercício findo em 31/12/2018, foi realizado adiantamento para futuro aumento de capital social no montante R$ 120.000, totalizando R$ 187.679 (R$ 67.679 em 2017). **10. Partes contingentes e obrigações** – A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31/12/2018 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda. **11. Receita operacional líquida** – Em 31/12/2018 e de 2017 as receitas operacionais líquidas estão assim compostas:

	2018	2017
Serviços prestados	360.592	65.734
(-) COFINS e ISS	(34.797)	(6.343)
Total	**325.795**	**59.391**

12. Custo dos serviços prestados – Em 31/12/2018, os custos de serviços prestados referem-se aos gastos com certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"), no montante de R$ 100.000. **13. Despesas gerais e administrativas** – Em 31/12/2018 e de 2017 as despesas gerais, administrativas e tributárias estão assim compostas:

	2018	2017
Serviços prestados – Pessoa Jurídica	–	(7.820)
Anúncios e publicações	(28.316)	(41.145)
Auditoria	(20.000)	–
Cartórios	(209)	(3.328)
Taxas – Cetip	(74.965)	(52.869)
Taxas CVM/Bovespa	(21.029)	(18.230)
Jornais e revistas	–	(100)
Escrituração de cotas	–	(10.648)
Mensagens	(399)	–
Outras despesas operacionais	–	(26.110)
Total	**(149.458)**	**(160.280)**

14. Receitas e despesas financeiras – Em 31/12/2018 e 2017 as receitas e despesas financeiras estão assim compostas:

	2018	2017
14.1. Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	35	1.527
Total	**35**	**1.527**
14.2. Despesas financeiras	**2018**	**2017**
Despesas bancárias	(20.853)	(1.551)
Total	**(20.853)**	**(1.551)**

15. Instrumentos financeiros – A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais. A administração desses riscos é realizada através da definição de estratégias conservadoras, visando segurança, rentabilidade e liquidez: **15.1. Valorização dos instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros ativos em 31/12/2018 são descritos a seguir: • Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 3): o valor de mercado desses ativos não diferem dos valores apresentados nas informações financeiras; • Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 3); • Fornecedores. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos. **16. Declaração dos diretores** – Em conformidade com o Artigo 25, § 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que revisaram, discutiram e aprovaram as informações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes. **17. Relação com auditores** – A empresa de auditoria independente por nos contratada, não prestou nenhum outro serviço durante o exercício social, além da auditoria externa. **18. Informações fiduciárias – informação suplementar** – As informações são complementares às informações financeiras demonstradas da Companhia e estão apresentadas de forma completa no Informe Trimestral de Securitizadora de 30/09/2018, conforme instituído pela Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009 e as suas alterações.

	2018	2017
19. Patrimônio separado		
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	10.000.015	270.906
Contas a receber	46.954.755	14.180.180
Total dos ativos	**56.954.770**	**14.451.086**
Passivo circulante		
Títulos emitidos		
Contas a pagar	41.946.949	14.180.180
Outras obrigações	15.007.821	270.906
Total dos passivos	**56.954.770**	**14.451.086**

19.1. Contas a receber: Referem-se às operações de aquisição de recebíveis imobiliários, efetuadas de acordo com as Leis nº 9.514/97 e nº 10.931/04, que dispõem, entre outros assuntos, sobre os CRI e os respectivos lastros denominados em conjunto "títulos imobiliários". Foi instituído o regime fiduciário para os recebíveis nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.514/97 e artigo 23 da Lei nº 10.931/04, os quais passaram a constituir patrimônio separado com o propósito exclusivo de lastrearem os referidos títulos, não se confundindo, portanto, com o patrimônio da Companhia. Os títulos imobiliários, são emitidos sem garantia fluitante da Companhia e com taxa de juros e atualização monetária, na maioria das vezes com alienação fiduciária em garantia, em alguns casos sem coobrigação da cedente. **19.2. Contas a pagar:** Representam os valores a pagar aos investidores, responsáveis pela aquisição dos CRI. **19.3. Certificados de créditos imobiliários (CRI): 1ª emissão:** • Série: 4ª; • Data de emissão: 15/09/2017; • Valor global da emissão: R$ 14.500.000; • Quantidade de CRI: 14.500; • Quantidade Unitário: 1.000; • Prazo de amortização: 72 parcelas a partir de 16/10/2017; • Juros remuneratórios: 8,05% a.a.; • Atualização monetária: mensalmente, de acordo com variação do IPCA; • Data de vencimento: 20/09/2023. • Série: 5ª; • Data de emissão: 13/07/2018; • Valor global da série: R$ 8.919.000; • Quantidade de CRI: 8.919; • Quantidade Unitário: 1.000; • Prazo de amortização: 102 parcelas a partir de 20/08/2018; • Juros remuneratórios: 8,00% a.a.; • Atualização monetária: mensalmente, de acordo com variação do IPCA; • Data de vencimento: 20/07/2026. • Série: 6ª; • Data de emissão: 13/07/2018; • Valor global da série: R$ 12.448.000; • Quantidade de CRI: 12.448; • Quantidade Unitário: 1.000; • Prazo de amortização: 110 parcelas a partir de 20/01/2019; • Juros remuneratórios: 8,00% a.a.; • Atualização monetária: mensalmente, de acordo com variação do IPCA; • Data de vencimento: 20/02/2028. • Série: 8ª; • Data de emissão: 17/12/2018; • Valor global da série: R$ 5.335.000,00; • Quantidade de CRI: 5.335; • Quantidade Unitário: 1.000; • Prazo de amortização: 115 parcelas a partir de 20/01/2019; • Juros remuneratórios: 24,50 % a.a.; • Atualização monetária: mensalmente, de acordo com variação do IPCA; • Data de vencimento: 20/07/2028. **20. Eventos subsequentes** – Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após a data de encerramento do período findo em 31/12/2018.

Diretoria

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa – Diretor Presidente

Contador

Moacir Tendolini – CRC 1SP 078.602/O-3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Travessia Securitizadora S.A. – São Paulo-SP
Opinião sobre as demonstrações financeiras: Examinamos as demonstrações financeiras da **Travessia Securitizadora S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Travessia Securitizadora S.A.** em 31/12/2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais do Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria ("PAA"):** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Certificados de recebíveis imobiliários:** No contexto de suas operações normais, a Companhia estrutura operações de securitização vinculando recebíveis imobiliários ("Recebíveis imobiliários") aos certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"). Como mostrado nestas operações, seus registros contábeis contemplam os referidos recebíveis imobiliários e os CRIs correspondentes denominados como patrimônio separado, que são vinculados com regime fiduciário e sem coobrigação. Não obstante, a Companhia também efetua o gerenciamento do recebimento destes ativos, bem como o pagamento dos CRIs em observância às suas obrigações junto ao agente fiduciário. Neste sentido, considerando a atividade-fim da Companhia e os reflexos contábeis provenientes destas movimentações financeiras, entendemos que é um tema de risco significativo em nossa abordagem de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Em resposta ao risco significativo de auditoria identificado, mapeamos os processos e as atividades de controles implementados pela Companhia, e efetuamos procedimentos específicos de auditoria, que incluem, mas não se limitam na: • Leitura dos termos de securitização, analisando se as condições determinadas nos termos foram refletidas nas demonstrações financeiras; • Verificação da custódia dos CRI emitidos; • Recálculo dos juros e confronto com os montantes registrados durante o exercício; • Avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas na auditoria obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que são aceitáveis os procedimentos e as metodologias utilizadas para o registro, controle, valorização e divulgação dos certificados de recebíveis imobiliários no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos – Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31/12/2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Travessia Securitizadora S.A., cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a esses riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe ou não incerteza material relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
São Paulo, 28 de março de 2019.
Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-031.289/O-1
Fábio Rodrigo Muralo
Contador CRC 1SP-212.827/O-0

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1010875-82.2018.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Carina Bandeira Margarido Paes Leme, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a NEIDE DIAS, RG 8.207.639-X, CPF 701.083.158-00 e endereço à Rua Maria Nunes, 700, Vila Nova, CEP 07021-020, Guarulhos - SP. ANDERSON CRISTIANO ALVES, RG 30417202-9, CPF 226.513.998-09, com endereço à Rua Ari de Carvalho, 50, Fundos, Gopoúva, CEP 07022-180, Guarulhos - SP, que lhes foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Clínica de Repouso Estância da Cantareira S/c Ltda, objetivando o recebimento de R$ 11.084,64 (Abril/2018), representada por contrato de prestação de serviço firmado entre as partes em 01/01/2017. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 3 dias, efetuem o pagamento da dívida atualizada ou em 15 dias embarguem a execução, a fluirem após os 20 dias supra. Em caso de pagamento integral da dívida, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, e comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários advocatícios, requerer que seja admitido pagar o restante em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária de juros de 1% ao mês. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de março de 2019. 29 e 30/03

COMARCA DE SÃO PAULO - FORO REGIONAL III - JABAQUARA - 2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES - Rua Afonso Celso, nº 1065 - Vila Mariana - CP 04119-062 - fone: (11) 5574.0355 - São Paulo - SP - E-mail: jabaquara@tjsp.jus.br **EDITAL** para **CONHECIMENTO** de **TERCEIROS**, expedido nos autos de **INTERDIÇÃO** de **DAVI JUN NAKAHARA**, requerido por **EDNA EIKO NAKAHARA** - Processo nº **1016997-59.2017.8.26.0003.**. O MM Juiz de Direito da 2ª Vara da Família e Sucessões do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, **Dr. RICARDO ANDERS DE ARAUJO,** na forma da

OLIVEIRA TRUST

OLIVEIRA TRUST PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 05.310.054.0001-77

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro 2018, acompanhado das respectivas Notas Explicativas. **Resultado**: No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou prejuízo de R$ 68 mil. **Mercado:** A **Oliveira Trust Participações S.A.** pretende continuar seguindo seu objeto social.

Balanço Patrimonial Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 *(Em milhares de reais)*

	31/12/2018	31/12/2017		31/12/2018	31/12/2017
Ativo Circulante	6.257	6.256	**Passivo Circulante**	557	488
Disponibilidades	2	1	Sociais e estatutárias	422	422
Títulos e valores mobiliários	6.250	6.250	Provisões para pagamentos a efetuar	2	-
Renda fixa	1.000	1.000	Adiantamento para futuro aumento de capital	133	66
Debentures	5.250	5.250	**Patrimônio líquido**	5.700	5.768
Outros Créditos	5	5	Capital social	5.754	5.754
Impostos e contribuições a compensar	5	5	Reserva legal	-	14
			Prejuízos acumulados	(54)	-
Total do Ativo	6.257	6.256	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**	6.257	6.256

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido - Exercício findo em 31 de Dezembro 2018 e 2017 *(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Reserva de lucros Legal	Reserva de lucros Outras	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Em 31 de Dezembro 2016	3.704	80	-	-	3.784
Capital social	2.050	-	-	-	2.050
Lucro/prejuízo do exercício	-	-	-	(66)	(66)
Constituição de reservas	-	(66)	-	66	-
Em 31 de Dezembro 2017	5.754	14	-	-	5.768
Mutações do período	2.050	(66)	-	-	1.984
Em 31 de Dezembro 2017	5.754	14	-	-	5.768
Capital social	-	-	-	-	-
Lucro/prejuízo do exercício	-	-	-	(68)	(68)
Reversão de reservas	-	(14)	-	14	-
Em 31 de Dezembro 2018	5.754	-	-	(54)	5.700
Mutações do período	-	(14)	-	(54)	(68)

Demonstração do Resultado do Exercício Semestres findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 *(Em milhares de reais)*

	31/12/2018	31/12/2017
(-) Despesas Operacionais	(68)	(66)
Despesas administrativas	(68)	(66)
Lucro/prejuízo líquido do período	(68)	(66)
Número de ações	2.029.943	2.029.943
Lucro/prejuízo líquido por ações	(0,03)	(0,03)

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto Exercício findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 *(Em milhares de reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2018	2017
Lucro/ prejuízo do período	(68)	(66)
Depreciação	-	19
Lucro líquido ajustado das atividades operacionais	(68)	(47)
Aumento/redução em contas do ativo		
Títulos e valores mobiliários	-	(2.050)
Outros valores e bens	-	(2)
Total do aumento /redução contas do ativo	-	(2.052)
Aumento/redução em contas do passivo		
Fiscais e previdenciárias	-	(3)
Negociações e intermediação	2	(15)
Total do aumento /redução contas do passivo	2	(18)
Caixa líquido das atividades operacionais	(66)	(2.117)
Fluxo das atividades de investimento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	67	66
Caixa líquido das atividades operacionais	67	66
Fluxo das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	2.050
Caixa líquido das atividades de financiamento	-	2.050
Aumento/redução das disponibilidades	1	(1)
Caixa e equivalentes de caixa - início	1	2
Caixa e equivalentes de caixa - final	2	1
Aumento de caixa e equivalente de caixa	1	(1)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. Contexto Operacional: A **Oliveira Trust Participações S.A.** foi constituída dezembro de 2002, tendo por objeto a participação no capital de outras sociedades.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem os critérios estabelecidos pela Lei 6.404/76 que dispõe sobre a sociedade por ações, associados às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Lei 11.638/07 e MP 449/08. Com a promulgação em 28 de dezembro de 2007 da Lei nº 11.638, cuja vigência se iniciou a partir de 1º de janeiro de 2008 e, com a Lei nº 11.971, de 28 de maio de 2009, foram introduzidas alterações significativas nos dispositivos da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), visando possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários e demais órgãos reguladores em consonância com os padrões internacionais de contabilidade do IASB - International Accounting Standards Board (Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade). As principais alterações introduzidas que impactaram as demonstrações contábeis são: a substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 - Fluxo de Caixa); o novo critério para registro de Reserva de Capital; a obrigatoriedade de destinar o lucro apurado em cada exercício, seja através da distribuição de dividendos ou da constituição de Reserva de Lucros; e a aprovação dos CPC's: 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas; 25 - Provisão e Passivo e Ativo Contingentes; 24 - Eventos Subsequentes, 23 - Políticas Contábeis, Mudança de estimativa e Retificação de Erro; e 10 - Pagamento Baseado em Ações. Estão sendo apresentadas as Demonstrações Contábeis encerradas do exercício em 31 de dezembro de 2018, em comparação ao exercício em 31 de dezembro de 2017.

3. Principais práticas contábeis: a) Apuração do resultado: A empresa manteve o reconhecimento do resultado de suas operações, conforme regime de competência. **b) Disponibilidade:** Incluem caixa e saldos positivos em conta movimento. **c) Títulos e Valores Mobiliários:** As Aplicações Financeiras são registradas ao custo de aquisição, onde os resultados são reconhecidos conforme ocorrem os resgates ou venda dos ativos. **d) Provisão para perdas no valor recuperável de ativos:** A companhia anualmente elabora uma análise para verificar a necessidade de constituir provisão para perdas no valor recuperável dos ativos, sempre quando há alterações no valor esperado pela sua liquidez. **e) Tributação:** As receitas financeiras sujeitam-se ao PIS (0,65%) e COFINS (3%), e trimestralmente ao Imposto de Renda e Contribuição Social com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% para o Imposto de Renda e 9% para Contribuição Social. As antecipações, ou valores passíveis de compensação, são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

4. Títulos e valores mobiliários: Durante o exercício de 2017 a companhia liquidou saldo a pagar de ativos financeiros, no valor de R$ 2.050 mil.

5. Capital social: O Capital Social está representado por R$ 5.754 mil em 2.029.943 (dois milhões e vinte nove mil, novecentos e quarenta e três) ações, sendo 1.972.443 (um milhão, novecentos e setenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e três) ações ordinárias e 57.500 (cinquenta e sete mil e quinhentos) ações preferenciais.

Mauro Sérgio de Oliveira - Diretor - CPF: 197.460.067-79

Cesar Reinaldo Leal Pinto - Diretor - CPF: 371.893.797-20

Jorge Cezar P. Derossi - Contador

CRC-RJ: 084173/O-1 - CPF: 011.966.457-79

Pirapora Agropecuária S/A

Companhia Fechada

CNPJ nº 83.669.231/0001-62 - NIRE nº 35300484011

AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da Companhia, na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 2.344, 13º andar, conjunto 134, sala 2, Jardim Paulista, São Paulo - SP, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2018. São Paulo, 28 de março de 2019. Marcio Kott Takiguchi - Diretor Presidente.

Heleno & Fonseca Construtécnica S.A.

CNPJ nº 61.573.184/0001-73

Aviso aos Acionistas

Em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei 6.404/76, a Companhia comunica aos seus Acionistas que as demonstrações financeiras, documentos e informações relativos ao exercício findo em 31/12/2018, relacionados à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser oportunamente convocada, estão à disposição de todos os acionistas na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, na Rua Guararapes, nº 1.909 - 5º andar, Brooklin.

São Paulo, 25 de março de 2019

Administração

ISEC SECURITIZADORA S.A. - (SUCESSORA POR INCORPORAÇÃO DA ISEC BRASIL SECURITIZADORA S.A. A PARTIR DE 01/09/2017) - CNPJ/MF nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949 - **Rerratificação ao Edital de Segunda Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 30ª e 31ª Séries da 1ª Emissão da Isec Securitizadora S.A.** - A ISEC SECURITIZADORA S.A., na qualidade de emissora dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 30ª e 31ª Séries da 1ª Emissão, vem, por meio deste, **RETIFICAR**, a data para a realização da assembleia geral de titulares constante do Edital de 2ª convocação, de modo que nas publicações realizadas nos dias 27, 28 e 29 de março de 2019 neste jornal, onde se lê: " a realizar-se no dia 03/04/2019, às 10:00h", lei-se-á " a realizar-se no dia **08/04/2019, às 10:00 h**", ficando ratificadas as demais informações contidas no edital. São Paulo, 30 de março de 2019. **ISEC SECURITIZADORA S.A.**

Cyrela Pamplona Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF nº 17.102.595/0001-99 - NIRE 35.227.087.134

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, Hora e Local: 28/03/2019, às 10 horas, na sede social, Rua do Rócio, nº 109, 3º andar, Sala 01, Parte, São Paulo/SP. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa: Miguel Maia Mickelberg** - Presidente, **Sandra Esthy Attié Petzenbaum** - Secretária. **Deliberações Aprovadas: 1.** Redução do capital social em R$ 3.100.000,00, considerados excessivos em relação ao objeto, com o cancelamento de 3.100.000 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada, todas da sócia **Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações**, a qual receberá com expressa anuência da sócia **Cybra de Investimento Imobiliário Ltda.** o valor da redução em moeda corrente do país, a título de restituição do valor das quotas canceladas. O capital social passa **de** R$ 11.796.466,09 **para** R$ 8.696.466,09 dividido em 8.696.466 quotas. 2. Autorizar os administradores a assinar os documentos necessários. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 28/03/2019. **Sócios: Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações** e **Cybra de Investimento Imobiliário Ltda.** ambas por Sandra Esthy Attié Petzenbaum e Miguel Maia Mickelberg

---

União Química Farmacêutica Nacional S.A.

CNPJ/MF nº 60.665.981/0001-18 (Matriz) - NIRE 35.300.006.658

CNPJ/MF Nº 60.665.981/0011-90 (Filial) - NIRE 3.190.257.093-1

(Lavrada na forma de Sumário, conforme autorizado pelo artigo 130, §1º da Lei nº 6.404/76)

Ata da Reunião de Diretoria Realizada em 01 de Novembro de 2018

Data, Hora e Local: 01 de novembro de 2018, às 10:00 horas, na sede social da União Química Farmacêutica Nacional S.A. ("União Química"), localizada na Rua Coronel Luiz Tenório de Brito, 90, Centro, na Cidade de Embu-Guaçu, Estado de São Paulo. **Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros da diretoria da Companhia. **Presença:** Presentes todos os membros da diretoria da Companhia. **Composição da Mesa:** Presidida pelo Sr. Fernando de Castro Marques e Secretariada pela Dra. Juliana Oliva F. L. S. Martins. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre o encerramento das atividades da filial da União Química, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.665.981/0011-90, NIRE 3.190.257.093-1, localizada na Rodovia Fernão Dias, BR 381, 3L, 3N, Parte, lm 862, Distrito Industrial, CEP 37556-830, Município de Pouso Alegre -MG. **Deliberações:** Dando início aos trabalhos da presente Reunião de Diretoria, o Presidente da Mesa fez ampla exposição da situação da sociedade e da necessidade do encerramento das atividades da filial da União Química, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.665.981/0011-90, NIRE 3.190.257.093-1, localizada na Rodovia Fernão Dias, BR 381, 5/N, Parte, lm 862, Distrito Industrial, CEP 37556-830, Município de Pouso Alegre - MG. Tendo por base a exposição do Sr. Presidente e a proposta apresentada, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade pela Diretoria, o encerramento das atividades da filial da União Química, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.665.981/0011-90, NIRE 3.190.257.093-1, localizada na Rodovia Fernão Dias, BR 381, 5/N, Parte, lm 862, Distrito Industrial, CEP 37556-830, Município de Pouso Alegre - MG. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos por tempo necessário à lavratura desta Ata. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa. Embu-Guaçu, 01 de novembro de 2018. **Mesa:** Fernando de Castro Marques - Diretor Presidente; Juliana Oliva F. L. S. Martins - Secretária; **Membros da Diretoria:** Fernando de Castro Marques - Diretor-Presidente; Paula Melo Sacana Gomes - Diretora Vice-Presidente; Sérgio Eduardo Aparecido Costa Freire - Diretor; José Luiz Junqueira Simões - Diretor Vice-Presidente; Alexandre Guilherme Marques Pinto - Diretor. **JUCESP** nº 2.403/19-5 em 07/01/2019. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1000024-31.2017.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 12ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). CAROLINA SANTA ROSA SAYEGH, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) JAQUELINE JESUS SENA SILVA, Brasileiro, Solteira, Empresária, CPF 335.800.628-08, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum por parte de Itaú Unibanco S/A, objetivando a cobrança da quantia de R$ 32.646,07 (janeiro de 2017) referente ao Contrato de Empréstimo denominado Crediário Itaú, operação nº 4651300000108581579. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 06 de fevereiro de 2019. 30/03 e 02/04/2019.

BrD - Brasil Distressed Consultoria Empresarial S.A.

CNPJ nº 12.164.614/0001-98

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Individual 2018	Individual 2017 (não auditado)	Consolidado 2018	Consolidado 2017 (não auditado)
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	675	14.231	1.300	14.667
Direitos creditórios	933	1.432	10.528	6.756
Adiantamentos para aquisição de cessões de crédito	3.627	1.963	3.884	3.475
Outros créditos	516	482	516	534
Impostos a recuperar	28	29	78	35
	5.779	18.137	16.306	25.467
Ativo Não Circulante				
Títulos e valores mobiliários	6.146	890	434	890
Direitos creditórios	22.235	4.685	22.400	5.559
Ativo não circulante mantido para venda	598	431	3.107	2.254
Partes relacionadas	294	50	-	-
Depósitos judiciais	10	83	10	83
Outros créditos	1.300	3	1.300	3
Investimentos	1.055	2.748	11	11
Imobilizado	671	704	671	704
Intangível	-	78	-	78
	32.309	9.672	27.933	9.582
TOTAL DO ATIVO	38.088	27.809	44.239	35.049

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Individual 2018	Individual 2017 (não auditado)	Consolidado 2018	Consolidado 2017 (não auditado)
Passivo Circulante				
Fornecedores	103	85	112	94
Obrigações trabalhistas	61	39	61	39
Obrigações tributárias	1.430	720	1.587	1.135
Obrigações a pagar pela aquisição de cessões de crédito	14.321	10.773	14.321	10.953
Contas a pagar	855	61	811	82
Dividendos a pagar	1.659	1.980	1.659	1.980
Partes relacionadas	705	1.400	-	-
Provisão para riscos e contingências	774	-	774	-
	19.908	15.058	19.325	14.283
Passivo Não Circulante				
Empréstimos e financiamentos	5.476	3.476	5.478	3.945
Debêntures a pagar	-	-	3.141	-
Provisão para riscos e contingências	1.547	2.181	1.547	2.181
Débitos com participantes em sociedades em conta de participação (SCP´s)	-	-	3.591	7.546
	7.023	5.657	13.757	13.672
Patrimônio Líquido				
Capital social	7.050	6.000	7.050	6.000
Reserva legal	300	-	300	-
Reserva de lucros	3.807	1.094	3.807	1.094
	11.157	7.094	11.157	7.094
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	38.088	27.809	44.239	35.049

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando expressamente mencionado)

	Individual 2018	Individual 2017 (não auditado)	Consolidado 2018	Consolidado 2017 (não auditado)
Receita Líquida	18.283	10.838	24.922	21.166
Custo com cessões de crédito	(3.774)	(564)	(6.374)	(3.559)
Lucro Bruto	**14.509**	**10.274**	**18.548**	**17.607**
(Despesas) e Receitas Operacionais				
Despesas gerais, administrativas e comerciais	(6.726)	(4.575)	(9.300)	(9.841)
Despesas tributárias	(65)	(53)	(67)	(59)
Resultado de equivalência patrimonial	(4)	146	-	-
Outras receitas e (despesas) operacionais, líquidas	460	(2.442)	207	(2.462)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	**8.174**	**3.350**	**9.388**	**5.245**
Despesas financeiras	(121)	(128)	(204)	(194)
Receitas financeiras	215	1.896	225	1.988
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**8.268**	**5.118**	**9.409**	**7.039**
Imposto de renda e contribuição social	(2.255)	(1.946)	(3.080)	(3.183)
Lucro Líquido do Exercício	**6.013**	**3.172**	**6.329**	**3.856**
Participação de terceiros em sociedades em conta de participação (SCP´s)	-	-	(316)	(684)
Lucro Líquido dos Controladores	**6.013**	**3.172**	**6.013**	**3.172**
Lucro líquido por ação - em Reais (R$)	**0,8590**	**0,5287**		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (Não auditado)	**6.000**	-	**1.094**	-	**7.094**
Integralização de capital	1.050	-	-	-	1.050
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.013	6.013
Constituição de reservas	-	300	5.713	(6.013)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(3.000)	-	(3.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**7.050**	**300**	**3.807**	-	**11.157**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de Reais)

	Individual 2018	Consolidado 2017
Das atividades operacionais		
Resultado do exercício antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	8.268	9.409
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação	117	117
Resultado da equivalência patrimonial	3	-
Provisão para contingências	140	140
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	884	1.812
	9.412	11.478
Acréscimo nos ativos e passivos operacionais		
Direitos creditórios	(17.935)	(22.425)
Adiantamentos para aquisição de cessões de crédito	(1.664)	(409)
Outros créditos	(1.331)	(1.279)
Impostos a recuperar	1	(43)
Títulos e valores mobiliários	(5.256)	456
Ativo não circulante mantido para venda	(167)	(853)
Depósitos judiciais	73	73
Fornecedores	18	18
Obrigações trabalhistas	22	22
Obrigações tributárias	710	452
Obrigações a pagar pela aquisição de cessões de crédito	3.548	3.368
Contas a pagar	794	729
Debêntures a pagar	-	3.141
Dividendos a pagar	(321)	(321)
Caixa líquido aplicado nas operações	**(12.096)**	**(5.593)**
Imposto de renda e contribuição social	(2.255)	(3.080)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(14.351)**	**(8.673)**
Das atividades de investimento		
Imobilizado	(84)	(84)
Intangível	78	78
Investimentos	1.690	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	**1.684**	**(6)**
Das atividades de financiamento		
Integralização de capital social	1.050	1.050
Empréstimos e financiamentos	2.000	1.533
Dividendos distribuídos	(3.000)	(3.000)
Partes relacionadas a receber	(244)	-
Partes relacionadas a pagar	(695)	-
Débitos com participantes em sociedades em conta de participação (SCP´s)	-	(4.271)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(889)**	**(4.688)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(13.556)**	**(13.367)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	14.231	14.667
No final do exercício	675	1.300
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(13.556)**	**(13.367)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

A DIRETORIA

LUCIENE OLIVEIRA D' ALEXANDRE

Contadora Responsável

CRC 1SP204685/O-8

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas da BrD - Brasil Distressed Consultoria Empresarial S.A. em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, estão disponíveis na sede da Companhia.

Câmara do Rio recebe pedido de impeachment de Crivella

A Câmara Municipal do Rio de Janeiro recebeu na quinta-feira (28) mais um pedido de impeachment contra o prefeito Marcelo Crivella (PRB). O pedido foi protocolado pelo advogado Pablo Filipe Morais Soares de Andrade, que acusa Crivella de prática de crime de responsabilidade. Procurada, a Prefeitura do Rio de Janeiro disse que não vai comentar.

No pedido de impeachment, o advogado afirma que a prefeitura comprou um terreno da Caixa Econômica Federal na comunidade de Rio das Pedras, na zona oeste, sem processo licitatório. A denúncia acrescenta que a compra utilizou crédito sem autorização do Legislativo Municipal, entre outras supostas irregularidades, como renúncia de crédito que não estava prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O advogado também acusa Crivella de ter burlado o cálculo dos índices mínimos definidos pela Constituição Federal para serem aplicados em saúde e educação.

O presidente da Câmara Municipal, vereador Jorge Felippe (MDB), vai avaliar a consistência do pedido para admitir sua tramitação. Caso seja considerado apto, o pedido vai entrar na Ordem do Dia da próxima terça-feira (2) na Casa Legislativa, para que o plenário também vote a admissibilidade da denúncia.

Caso o pedido seja aprovado, todo o processo de tramitação deverá ser concluído dentro de 90 dias. O primeiro passo é a criação de uma Comissão Processante, que terá cinco dias para iniciar os trabalhos e notificar o prefeito. Caso isso ocorra, Crivella terá dez dias para apresentar defesa prévia, por escrito, indicar provas e testemunhas de defesa. (Agencia Brasil)

BIOMM S. A.

CNPJ/MF Nº 04.752.991/0001-10 - NIRE 31.300.016.510

Companhia Aberta

CVM 01930-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Biomm S.A. ("Companhia") na forma prevista no artigo 124 da Lei 6.404/1976, a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2019, às 14:00hs, na sede social da Companhia, situada na Avenida Regent, nº 705, Alphaville Lagoa dos Ingleses, CEP 34018-000, na Cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **(i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; **(ii)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e aprovar a distribuição de dividendos, se houver; e **(iii)** Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2019. Todos os documentos e informações pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na Assembleia, incluindo esse Edital, a Proposta do Conselho de Administração da Companhia e aqueles exigidos pelo artigo 133 da Lei 6.404/1976 e pela Instrução CVM nº 481/09 encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como no site da Companhia (www.biomm.com), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da BM&FBovespa (www.bmfbovespa.com.br). Para participação e deliberação na Assembleia presencialmente ou por meio de procurador, os acionistas deverão apresentar comprovante de titularidade das ações, expedidos por instituição financeira depositária e documento de identidade, conforme o caso: (i) Pessoas Físicas: documento de identificação com foto; (ii) Pessoas Jurídicas: cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e dos atos societários outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); (iii) Fundos de Investimento: cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além dos atos societários outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). Aos acionistas que se fizerem representar por meio de procurador, solicitamos que o instrumento de mandato, nos termos do artigo 126 da Lei 6.404/1976, seja depositado na sede da Companhia, preferencialmente com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia. Os acionistas também poderão exercer seu direito de voto por meio do boletim de voto a distância. Neste caso, os acionistas poderão (i) preencher o Boletim de Voto e enviá-lo diretamente à Companhia; (ii) transmitir as instruções de voto ao Escriturador; ou, (iii) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central. Para informações adicionais, os acionistas deverão observar as regras previstas na Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada, bem como os procedimentos descritos no boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia. Nos termos do artigo 3º da Instrução CVM nº 165/91 e do artigo 4º da Instrução CVM nº 481/09, informamos que o percentual mínimo de participação no capital social votante necessário à requisição da adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do conselho de administração é de 5% (cinco por cento). Belo Horizonte, 28 de março de 2019. **Guilherme Caldas Emrich - Presidente do Conselho de Administração.**

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 0000426-30.2019.8.26.0007. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a). Jurandir de Abreu Júnior, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MARCUS VINICIUS CORREIA SOARES, Brasileiro, RG 27.112.151, CPF 293.183.298-73, com endereço desconhecido, e PRISCILA LIMA DE SOUZA, brasileira, CPF 455.957.146-18, com endereço desconhecido, que por este Juízo, tramita uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por Zilda Sousa de Oliveira, CPF 337.218.248-06. Encontrando-se os executados em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, paguem a quantia de R$ 41.186,04 (quarenta e um mil, cento e oitenta e seis reais e quatro centavos), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Ficam cientes, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que os executados, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 01 de fevereiro de 2019. 29 e 30 / 03 / 2019.

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1006860-67.2018.8.26.0002. O MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional II – Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr. Renato de Abreu Perine, na forma da Lei, etc.. **FAZ SABER** a(o) Arfur Tadeu Ferreira, RG 17.012.930-5, CPF 044.844.198-58, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Sistema Integrado de Educação e Cultura Ltda Sinec Ltda, objetivando a cobrança de R$ 14.931,41 (fevereiro/2018), referente às notas promissórias, vencidas e não pagas, emitidas em razão do Instrumento Particular de Confissão de Dívida, em anexo aos autos. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para em 03 dias efetuar o pagamento integral da dívida atualizada ou oferecer bens (suficientes) à penhora, sob pena de penhora de bens e sua avaliação; podendo, no prazo de 15 dias, oferecer embargos, ambos a fluir após o prazo de 20 dias deste edital. No prazo para embargos, poderá o executado requerer seja admitido o parcelamento do débito, nos termos do art. 745-A do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 06 de março de 2019. 29 e 30/03

3ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. 3ª Ofício Cível. Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº 0154032-08.2010.8.26.0100. A Dra. Andréa Galhardo Palma, Juíza de Direito da 3ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. Faz Saber a Espólio de Antônio Romeu Robazzi, na pessoa de seu inventariante e Alexandre Nunes Robazzi (CPF. 129.329.018-18), que nos autos da ação de Execução, ajuizada por Fernando Felix Robazzi, procedeu-se a penhora sobre: 1) imóvel urbano, sito à Rua Deodoro da Fonseca, nº 857, na cidade e comarca de São Simão/SP, constituído de prédio residencial, construído de tijolos e cobertos de telhas, com diversos cômodos internos e todas as benfeitorias e instalações ali existentes, e o respectivo terreno, objeto da matrícula nº 1753 do 1º CRI da Comarca de São Simão/SP, do qual foi nomeado depositário Alexandre Nunes Robazzi; 2) as quantias bloqueadas judicialmente de R$ 1.836,66, R$ 702,91, R$ 160,86, R$ 123,40, R$ 47.753,51, R$ 638,87 e R$ 79,89. Estando os executados em local ignorado, foi deferida a intimação da penhora por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, ofereçam impug

Ventura Holding S.A.

CNPJ nº 02.265.631/0001-68

Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em Dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

Relatório da Diretoria: Srs. acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/18, sendo que as notas explicativas encontram-se disponíveis na sede da Sociedade.

Balanço Patrimonial

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	2.147	3.505	3.186	4.250
Contas a receber	486	199	489	201
Adiantamento a fornecedores	1.397	2.656	2.378	3.636
Impostos a recuperar	183	668	292	1.004
Outras contas a receber	461	103	461	104
Total do ativo circulante	**4.674**	**7.131**	**6.805**	**9.195**
Ativo não circulante				
Realizável a longo prazo				
Depósitos judiciais	16	35	414	431
Contas a receber	–	–	23.429	24.000
Empréstimos a funcionários	201	–	201	–
Total realizável a longo prazo	**217**	**35**	**24.015**	**24.065**
Demais Investimentos	16	16	16	16
Propriedades para Investimento	–	–	22.194	22.187
Investimentos em coligadas e controladas	66.756	68.991	12.581	12.564
Ganho provenientes de compra vantajosa	(34.541)	(34.541)	(34.541)	(34.541)
Imobilizado	49.195	137.774	49.203	137.783
Intangível	2	2	6.133	6.133
Diferido	–	–	350	2.449
Total do ativo não circulante	**81.646**	**172.277**	**79.956**	**170.651**
Total ativo	**86.321**	**179.408**	**86.761**	**179.847**

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos	–	1.697	–	1.697
Fornecedores	–	–	–	3
Obrigações fiscais	231	177	272	218
Obrigações trabalhistas	206	380	206	380
Férias a pagar	815	764	815	764
Provisão para participação nos lucros	759	754	759	754
Contas a pagar	843	846	846	846
Total do passivo circulante	**2.854**	**4.418**	**2.898**	**4.662**
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	46.498	124.833	46.498	124.833
Juros sobre o capital próprio	9.290	9.290	9.290	9.290
Dividendos a pagar	19.421	19.421	19.421	19.421
Obrigações fiscais	–	–	396	596
Provisão para contingência	873	843	873	843
Total do passivo não circulante	**76.082**	**154.388**	**76.478**	**154.783**
Patrimônio líquido				
Capital Social	98.370	74.370	98.370	74.370
Reserva de capital	15.489	15.489	15.489	15.489
Prejuízos Acumulados	(108.975)	(93.277)	(108.975)	(93.277)
Total do patrimônio líquido	**(15.116)**	**(3.418)**	**(15.115)**	**(3.418)**
Adiantamento para futuro aumento de capital	22.500	24.000	22.500	24.000
Total do patrimônio líquido e Adiantamento para futuro aumento de capital	**7.385**	**20.582**	**7.385**	**20.582**
Total do passivo e patrimônio líquido	**86.321**	**179.408**	**86.761**	**179.847**

Demonstração do Resultado

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Receita operacional líquida	**702**	**275**	**702**	**275**
Despesas administrativas				
Despesas administrativas	(32.684)	(34.572)	(32.773)	(34.659)
Equivalência patrimonial	(2.239)	(2.321)	(208)	44
Resultado na alienação de ativo imobilizado	(26.698)	9.273	(26.698)	9.273
Desvalorização de imobilizado	45.696	(4.703)	45.696	(4.703)
Perda com variação cambial	–	(3.188)	–	(3.541)
Outras despesas e receitas operacionais	(30)	(842)	(2.034)	(2.845)
Despesas administrativas	**(15.956)**	**(36.354)**	**(16.017)**	**(36.433)**
Resultado antes das despesas e receitas financeiras	**(15.254)**	**(36.079)**	**(15.315)**	**(36.158)**
Receitas financeiras	427	546	487	627
Despesas financeiras	(20.670)	(2.410)	(20.670)	(2.411)
Prejuízo do exercício	**(35.498)**	**(37.942)**	**(35.498)**	**(37.942)**
Demonstração do Resultado Abrangente	**Controladora 2018**	**Controladora 2017**	**Consolidado 2018**	**Consolidado 2017**
Prejuízo do exercício	**(35.498)**	**(37.942)**	**(35.498)**	**(37.942)**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente total	**(35.498)**	**(37.942)**	**(35.498)**	**(37.942)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(35.698)	(37.942)	(35.698)	(37.942)
Ajustes por:				
Alualização dos impostos a recuperar	(45)	–	(45)	–
Resultado na equivalência patrimonial	2.239	2.321	208	(44)
Depreciação e amortização	8.451	9.465	8.451	9.486
Resultado na alienação de ativo imobilizado	130.352	901	130.352	901
Avaliação impairment	(45.696)	4.703	(45.695)	4.703
Amortização e baixas do ativo diferido	–	–	2.099	2.098
Provisão para participação nos lucros	759	754	759	754
Provisão para contingência	30	(1.397)	30	(1.397)
Juros com arrendamento mercantil	206	580	206	580
Variação cambial de empréstimo	20.652	1.809	20.652	1.809
Baixa de variação cambial investimento no exterior	–	3.188	–	3.188
Baixa de ganho proveniente de compra vantajosa	–	(2.934)	–	(3.260)
	81.251	**(18.553)**	**81.319**	**(18.143)**
Variações ativos e passivos operacionais				
Contas a receber	(287)	(129)	(63)	287
Adiantamento a fornecedor	1.260	(2.656)	1.259	(2.656)
Impostos a recuperar	530	(657)	758	(562)
Demais investimentos	–	–	3.280	–
Outras contas a receber	(358)	83	(357)	2.019
Empréstimos a funcionários	(201)	–	(201)	–
Depósitos judiciais	18	2	17	1
Fornecedores	–	–	(3)	(542)
Obrigações fiscais	54	13	54	(130)
Obrigações trabalhistas	(174)	183	(173)	(121)
Férias a pagar e encargos	51	27	51	27
Pagamento de participação nos lucros	(754)	(727)	(754)	(727)
Outras contas a pagar	177	318	180	318
Caixa líquido proveniente das/ (utilizado nas) atividades operacionais	**81.567**	**(22.055)**	**82.087**	**(17.951)**
Atividades de Investimento				
Investimentos permanentes em controladas e coligadas	(5)	(527)	(224)	(973)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(4.528)	(671)	(4.527)	581
Aquisição de propriedade para investimento	–	–	(8)	(84)
Adiantamento para futuro aumento de capital	22.500	24.000	22.500	24.000
Alienação de investimento	–	5.013	–	–
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	**17.967**	**27.815**	**17.741**	**23.524**
Atividades de financiamento				
Pagamento de empréstimo	(100.892)	(1.695)	(100.892)	(1.695)
Redução de capital	–	(2.080)	–	(2.080)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(100.892)**	**(3.775)**	**(100.892)**	**(3.775)**
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(1.358)**	**1.945**	**(1.064)**	**1.799**
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	3.505	1.560	4.250	2.451
No fim do exercício	2.147	3.505	3.186	4.250
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(1.358)**	**1.945**	**(1.064)**	**1.799**

Alexandre Alves dos Santos - Contador - CRC 1SP274394/O-6

A Diretoria

Raix Empreendimentos Imobiliários e Participações S.A.

CNPJ nº 05.676.017/0001-87

Relatório da Diretoria - Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em milhares de Reais

Senhores acionistas, submetemos à apreciação de V.sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, sendo que as notas explicativas encontram-se disponíveis na sede da Sociedade.

Balanço Patrimonial

Ativo	2018	2017
Ativo circulante	**3.210**	**2.932**
Caixa e bancos	74	148
Aplicações financeiras	961	588
Valores a receber	3	3
Impostos a recuperar	109	336
Adiantamento a fornecedores	980	980
Outros créditos	1.082	868
Ativo não circulante	**57.446**	**59.969**
Realizável a longo prazo	**45.938**	**45.818**
Outros créditos	23.404	23.629
Imóveis a comercializar	22.194	22.187
Investimentos	**11.488**	**11.696**
Imobilizado	**9**	**9**
Diferido	**360**	**2.446**
Total do ativo	**60.656**	**62.902**
Passivo		
Passivo circulante	**40**	**43**
Fornecedores	–	3
Obrigações tributárias	40	40
Passivo não circulante	–	–
Patrimônio líquido	**60.624**	**62.849**
Capital social	85.570	85.570
Prejuízos acumulados	(24.946)	(22.721)
Total do passivo	**60.664**	**62.892**

	2018	2017
Receitas e despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(67)	(67)
Despesas financeiras	–	–
Receitas financeiras	60	80
Despesas Tributárias	(14)	(17)
Outras receitas operacionais	102	96
Outras despesas operacionais	(2.330)	(2.462)
Resultado operacional antes dos tributos	**(2.225)**	**(2.315)**
Provisão de I.R. e C.S.	–	–
Lucro líquido do exercício	**(2.225)**	**(2.315)**

Demonstração dos Resultados

Demonstração do Lucro Abrangente

	2018	2017
Em 31 de dezembro de 2017		
Prejuízo do exercício	(2.225)	(2.225)
Em 31 de dezembro de 2018	**(2.225)**	**(2.225)**

Demonstração do Fluxo de Caixa

	2018	2017
Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis	(1)	(1)
Baixas de ativos imobilizados	–	11
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**3**	**(90)**
Atividades de financiamento		
Integralização de capital social	–	16
	–	16
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	**(89)**	**(74)**
Disponibilidades		
No início do exercício	735	614
No fim do exercício	1.024	735
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	**(89)**	**(74)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Capital social 2018	Capital social 2017	Prejuízos acumulados 2018	Prejuízos acumulados 2017	Total do patrimônio líquido 2018	Total do patrimônio líquido 2017
Em 31 de dezembro de 2017	**85.543**	**(73)**	**(22.721)**		**62.849**	**62.849**
Prejuízo do exercício			(2.225)		(2.225)	(2.225)
Em 31 de dezembro de 2018	**85.543**	**(73)**	**(24.946)**		**60.624**	**60.624**

Demonstração do Valor Adicionado

	30/12/2018	31/12/2017
Receitas		
Outras receitas	102	96
Insumos adquiridos de terceiros		
Despesas gerais e administrativas	(2.330)	(2.462)
Perdas/Recuperação de valores ativos	–	–
Valor Adicionado Bruto	**(2.228)**	**(2.366)**
Depreciação	–	–
Valor Adicionado Líquido Produzido	**(2.228)**	**(2.366)**
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Receitas Financeiras	60	80
Valor Adicionado Total a Distribuir	**(2.168)**	**(2.286)**
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal		
Remuneração Direta	–	23.772
Benefícios	–	1.179
F.G.T.S.	–	12.230
Impostos, Taxas e Contribuições	**(14.718)**	**(12.286)**
Federais	(14.718)	(12.286)
Remuneração de Capitais de Terceiros	**(2.225)**	**(2.315)**
Juros	(2.330)	(2.462)
Remuneração de Capitais Próprios	**(24.946)**	**(22.721)**
Lucros Retidos/Prejuízo do Exercício	(24.946)	(22.721)

Diretoria

Francisco de Assis Franchi - Contador - CRC 1SP117.850/0-8

LEILÃO PRESENCIAL E ONLINE

AVON

VEÍCULOS DA FROTA EXECUTIVA DA EMPRESA

Encerramento do leilão: 10 de abril de 2019 – às 10h00

Visitação: Dias 03 e 04/04, das 13hs às 16hs - Av. Interlagos, 4300 - São Paulo/SP, agendar com Rosana Trumpf, tel. 11-95039-3263

JÁ ESTÁ ABERTO NA INTERNET PARA RECEBER LANCES.

CRUZE LT NB, 2015/15 – TRACKER LT 2017/18 – HR-V CVT 2016/17 MB GLA200FF 2016/16 – TRACKER LTZ AT 2015/15 – TRAFIC 2.0 AMB 2000/00 – MINI COOPER SCYMAN 2015/15 – DUSTER 2.0 D 2016/16

Chassis: 9BGPB69N0FB224954, 36ND8C21JL148726, 93HRV2830HZ205634, WDCTG4DWXGJ258636, 3GNCJ8CW1FL147262, 8A1T31NZZYL123246, WMWZC3102FWT43488, 93YHSRC4AGJ155458.

Veja fotos, edital e mais informações no site abaixo. Rua da Mooca, 3547 – São Paulo/SP.

FRAZÃO Leilões

Carlos Eduardo Campos Frazão – Leiloeiro Oficial – JUCESP 751

Tel. 11-3550-4066 - www.FrazaoLeiloes.com.br

Edital de Citação. Prazo: 20 dias. Processo nº 1001035-52.2017.8.26.0011. O Dr. Paulo Henrique Ribeiro Garcia, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Regional de Pinheiros/SP, Faz Saber a Andor Rosa da Silva (CPF: 06.895.408-71), que Banco Santander (Brasil) S/A fhe ajuizou ação Cobrança, Contrato, objetivando o pagamento de R$ 112.895,68 (janeiro de 2017), decorrente do Crédito Sob Controle 1 - com Proteção de Operação nº 1207000036400322254. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o requerido será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. 30/03 e 02/04/2019

Imobiliária Paramirim S.A.

CNPJ/MF nº 51.049.823/0001-42 - NIRE nº 35.300.315.260

Aviso aos Acionistas

Comunicamos aos Srs. Acionistas que se encontram à disposição, na sede da Companhia, na Fazenda Aparecida, Município de Iracemápolis/SP, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2018. Iracemápolis/SP, 30/03/2019. A Diretoria. (30/03,02,03/04)

BRANAVE S/A. TRANSPORTES FLUVIAIS

C.N.P.J/M.F.: 93.032.738/0001-11 - N.I.R.E.: 35.300.132.289

CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

São convocados os Senhores Acionistas desta Sociedade, para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29/04/2019, às 10:00 horas na sede social da Avenida Paulista, 460 – 18º Andar, São Paulo, Capital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Aprovação das Demonstrações Financeiras e Balanços Patrimoniais encerrados em 31/12/2018; b) Eleição dos membros da Diretoria; c) Fixação dos honorários da Diretoria; d) Outros assuntos do interesseda geral. As Demonstrações Financeiras e os Balanços Patrimoniais estão a disposição dos acionistas na sede social. São Paulo, 29/03/2019. **RONALDO ANDRES JEFFREY SMITH**

CPQ BRASIL S.A.

CNPJ/NIF nº 74.552.068/0001-10 - NIRE 35.300.185.153 | **AVISO AOS ACIONISTAS**

A **CPQ Brasil S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rodovia Akio Nobel, nº 2250, Bairro São Roque das Chaves, Itupeva, SP, CEP: 13295-000, informa aos Srs. Acionistas e ao mercado em geral, nos termos do disposto no Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/2001, que se acham à disposição dos Acionistas, na sede social acima indicada, os seguintes documentos: **(a)** o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo em 31.12.2018; **(b)** a cópia das Demonstrações Financeiras e das Notas Explicativas; **(c)** o Parecer dos Auditores Independentes. Itupeva, 30 de março de 2019. **Alberto Carneiro Neto** - Diretor Presidente.

NOVASEC

NOVA SECURITIZAÇÃO S.A.

Srs. Acionistas, Em atendimento às disposições societárias e normas pertinentes, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Nova Securitização S.A., levantadas em 31/12/2018, bem como o parecer dos Auditores Independentes. **Foco:** A Companhia tem como principais atividades: a) aquisição e securitização de créditos imobiliários e direitos creditórios do agronegócio; b) a emissão e colocação, junto ao mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis Imobiliários("CRI") e de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), ou de qualquer outro título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades e livre de suas atividades; c) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados as operações de securitização de créditos imobiliários e dos direitos creditórios do agronegócio e emissões de CRI e Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), ou de qualquer outro título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades; d) a realização de negócios e a prestação de serviços compatíveis com suas atividades de securitização de créditos imobiliários e direitos do agronegócio e emissões de CRI e CRA, e a realização de instrumentos financeiros derivativos ("hedge"), visando a cobertura dos riscos de sua carteira de créditos imobiliários. **2. Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras:** As Demonstrações Financeiras, cuja divulgação foi autorizada pela Administração da Companhia em 27 de março de 2019 estão sendo apresentadas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e pelo Pronunciamento Conjunto técnico PCT 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações apresentam fidedignamente, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram por nós auditados, cujo relatório foi emitido em 26 de março de 2018 sem modificação sobre as demonstrações financeiras e contendo duas ênfases: **(i)** a primeira ênfase refere-se ao assunto de partes relacionadas descrito na seção de "ênfase" deste relatório; e **(ii)** a segunda ênfase referente a realização dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais explicitada "6" e correlacionada, naquela ocasião, com a continuidade normal das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018 os assuntos referentes a segunda ênfase não são aplicáveis. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria estabelecida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, de forma a planejar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais ser mantar em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira condizente com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, considerevelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto SP, 27 de março de 2019

BLB Auditores Independentes
CRC 2SP022165/O-5

Rodrigo Garcia Giroldo
CRC 1SP222658/O-9

Governo prorroga intervenção penitenciária em Roraima por 180 dias

O governo federal, por meio do ministério da Justiça e Segurança Pública, autorizou a atuação da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária em Roraima por mais 180 dias, a partir do dia 4 de abril, para exercer atividades e serviços de guarda, vigilância e custódia de presos na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo.

A portaria, publicada na sexta-feira (29) no Diário Oficial da União, atendeu a ofício conjunto do Ministério Público do Estado de Roraima (MP-RR) e do Ministério Público Federal (MPF/RR). O governo do estado também havia protocolado pedido para que a força-tarefa continuasse a atuação na Penitenciária.

De acordo com o ministério da Justiça, o número de profissionais a ser disponibilizado obedecerá ao planejamento definido pelos entes envolvidos na operação. A operação terá o apoio logístico e a supervisão dos órgãos de administração penitenciária e segurança pública do governo de Roraima, segundo informações do MP-RR.

O Promotor de Justiça Valmir Costa, titular da Promotoria de Justiça de Execução Penal e Controle da Atividade Policial, considera a medida importante para o sistema prisional do estado. "O Ministério Público vem acompanhando a crise no sistema prisional há alguns anos e a vinda da Força-Tarefa, em novembro de 2018, foi para reorganizar, principalmente a penitenciária de Monte Cristo", disse.

Segundo o promotor, a permanência da Força-Tarefa permite a reforma da unidade e "garante a segurança necessária nesse momento de transição pelo qual passa o sistema prisional do estado, a fim de que possamos ter mais tranquilidade e condições de garantir a execução penal como rege a lei".

Histórico

A Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária atua na Penitenciária de Monte Cristo desde 26 de novembro do ano passado e atualmente conta com a participação de 50 agentes federais de execução penal e agentes penitenciários de outros estados.

Nos primeiros 63 dias de atividades foram localizados 48 celulares, 260 gramas de drogas, além da apreensão de anotações do crime organizado que estão subsidiando investigações. (Agencia Brasil)

Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e Controlada

CNPJ nº 07.658.086/0001-18

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31/12/2018 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

Relatório da Administração: Senhores, Atendendo às exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e ao dispositivo da Lei 6.404/76, divulgamos neste ato, o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A., referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. **1. Política de Destinação dos Lucros:** A Companhia, de acordo com as disposições estatutárias, deve distribuir no mínimo 1% do lucro do exercício. A Administração propõe a distribuição total dos lucros apurados no exercício de 2018, após a destinação da reserva legal e pagamento de dividendos intercalares, o que será referendado pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas a ser realizada até 30 de abril de 2019. **2. Negócios Sociais:** A Companhia, em linha com a expectativa de uma melhora no cenário macroeconômico, segue focada na retomada de seus clientes, dentro dos nanos esforços não só em oferecer produtos mais acessíveis, mas também no atendimento qualificado e com soluções para pagamento e redução da inadimplência e sinistralidade. **3. Reorganização societária:** A Companhia exerceu a opção de compra de ações da parte do acionista não controlador (25% remanescentes) da Aliança Administradora de Benefícios S.A. Em 31

Balanços Patrimoniais

	Nota	31/12/2018 Consolidado	31/12/2018 Controladora	31/12/2017 Reapresentado Consolidado	31/12/2017 Reapresentado Controladora
Ativo					
Circulante					
Disponível		80.367	101.972	45.573	46.792
Aplicações financeiras	7	322.064	326.840	324.357	328.757
Créditos de operações com planos de assistência à saúde:					
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	8	95.598	96.708	95.777	99.259
Títulos e créditos a receber	9	213.069	215.091	172.190	174.432
Outros valores e bens		1.679	1.679	–	1.679
Total do ativo circulante		713.777	742.290	637.897	650.919
Não circulante					
Realizável a longo prazo:		100.199	100.506	150.649	150.956
Títulos e créditos a receber	9	3.692	3.708	3.532	3.549
RI e CE diferidos	10	84.346	84.346	143.583	143.583
Outros valores e bens		5.512	5.512	–	–
Outros créditos a receber	11	3.249	3.540	3.283	3.276
Investimentos	12	28.108	–	20.076	–
Outros investimentos	12	33	33	33	33
Imobilizado					
Outras imobilizações - não hospitalares/não odontológicas	13	8.578	8.588	11.144	11.156
Intangível	14	532.517	540.029	587.820	599.881
Total do ativo		1.382.408	1.391.642	1.407.376	1.411.222

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. ("Qualicorp Benefícios" ou "Companhia") sociedade por ações, que iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 2006, com sede no Estado de São Paulo, é uma empresa controlada pela Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. ("Grupo Qualicorp"). Em 12 de fevereiro de 2010, a Companhia recebeu autorização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ("ANS") para operar como empresa administradora de benefícios, cujas atividades estão delimitadas conforme Resolução Normativa - "RN" nº 196 de 14 de julho de 2009 e consequência dessa autorização, o estatuto e objeto social foram alterados, transformando-a em "Administradora de Benefícios", tendo suas operações relacionadas às atividades inerentes a essa modalidade. A Companhia é uma sociedade controlada (e operacional) efetuam operações de administração, estipulação de benefícios coletivos por adesão e empresarial direcionados a entidades de classe (sindicatos, associações, conselhos regionais, órgãos públicos, etc.). As operações são conduzidas pela Companhia através das empresas do Grupo Qualicorp, atuando por meio de processos integrados no mercado de benefícios, utilizando-se da mesma estrutura operacional. As sinergias dos serviços prestados conjuntamente pelas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de fhes serem atribuídos. Dentro de suas estratégias e objetivos de mercado, a Companhia e sua controladora Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. ("Qualicorp") constituíram a empresa Q Saúde Operadora de Plano de Saúde Ltda. ("Q Saúde"), com o objetivo de (i) a comercialização, operacionalização, gerenciamento, organização de planos de saúde privados de todas as modalidades , por meio da garantia da qualidade de custos de assistência do mercado envolvido em todos os meios (ambulatorial, hospitalar e laboratorial) de seus integrantes e demais pessoas beneficiadas e consequentemente a consultoria para o exercício da atividade técnica (ii) a participação como sócia, acionista e quotista em outras sociedades que desempenhem funções relacionadas ao seu objeto. Em 20 de dezembro de 2018 registrou a integralização do capital social da Q Saúde no montante de R$8.600, em acordo com a proposição de cada coligada coligta, sendo no montante de R$ 6.880 correspondente a 80% da Qualicorp Administradora e 20% da Companhia no montante de R$ 1.720. A controlada Q Saúde encontra-se com suas atividades operacionais ainda não iniciadas e está em trâmite com seu registro obrigatório junto a ANS (à solicitado. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** *2.1. Declaração de conformidade:* As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as entidades supervisionadas pela Agência ANS, e estão sendo apresentadas de acordo com o plano de contas e modelo de publicação da ANS estabelecido na Resolução Normativa nº 290 e as respectivas atualizações. Tais demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração e são gestão. As práticas contábeis adotadas compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela ANS. *2.2. Base de elaboração:* As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada estão divulgadas na nota explicativa nº 3. Para elaboração das notas explicativas, a primeira demonstração financeira anual após a adoção inicial, nos superiores a 10% do subgrupo a qual pertence, salvo se julgar necessário relatar informações relevantes, não contempladas nesta primeira. *2.3 Reclassificação e reapresentação de saldos:* No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, na nota explicativa nº 7 foi mencionado que o total das Aplicações Financeiras era de R$324.357 para controladora e R$348.721 para o consolidado, sendo que o correto é R$324.357 para controladora e R$328.757 para o consolidado, conforme quadros a seguir:

Descrição	31/12/2017 (anteriormente apresentados) Consolidado	Ajuste Controladora	31/12/2017 Reapresentado Consolidado
Cotas de Fundos de Investimentos	279.329	–	279.329
Certificados de Depósitos Bancários-CDBs	14618 (14.618)	–	–
Fundo de investimento ANS	45.028	–	45.028
Operações compromissadas	5929	(5929)	–
Total	344.904	(20.547)	324.357

Descrição	31/12/2017 (anteriormente apresentados) Consolidado	Ajuste Controladora	31/01/17 Reapresentado Consolidado
Cotas de Fundos de Investimentos	279.329	–	279.329
Certificados de Depósitos Bancários-CDBs	14618 (14.618)	–	–
Fundo de investimento ANS	49.428	–	49.428
Operações compromissadas	6354 (6354)	–	–
Total	349.729 (20.572)	–	328.757

Este ajuste não produziu efeitos no balanço e resultado da Companhia. Desta forma, a Demonstração de Fluxo de Caixa obteve as seguintes reclassificações:

	Consolidado Reapresentado	Reclassificação	31/12/2017 Consolidado Reapresentado
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
(+) Recebimentos de planos de saúde	8.509.955	–	8.509.955
(+) Resgate de aplicações financeiras	6.843.721	(6.029.935)	813.786
(+) Recebimento de juros de aplicações financeiras	39.320	–	39.320
(+) Outros Recebimentos Operacionais	7.498	–	7.498
(–) Pagamentos a Fornecedores/ Prestadores de Serviços de Saúde	(7.736.215)	–	(7.736.215)
(–) Pagamentos de Comissões	–	–	–
(–) Pagamentos de Pessoal	(61.457)	–	(61.457)
(–) Pagamentos de Serviços de Terceiros	(104.578)	–	(104.578)
(–) Pagamentos de Tributos	(187.201)	–	(187.201)
(–) Pagamentos de Aluguel	(3.155)	–	(3.155)
(–) Pagamento de Promoção/Publicidade	(8.707)	–	(8.707)
(–) Pagamentos Financeiros	(6.801.978)	6.058.425	(743.553)
(–) Outros Pagamentos Operacionais	(112.621)	(23.042)	(135.663)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	384.582	–	390.030
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(250.356)	–	(250.356)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	(115.594)	–	(115.594)
Variação líquida de Caixa	18.632	5.448	24.080
Caixa - saldo inicial	26.941	20.372	27.489
Caixa - saldo final	25.929	20.547	45.476

	Consolidado Reapresentado	Reclassificação	31/12/2017 Consolidado Reapresentado
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
(+) Recebimentos de planos de saúde	8.509.955	–	8.509.955
(+) Resgate de aplicações financeiras	8.202.157	(7.387.570)	814.587
(+) Recebimento de juros de aplicações financeiras	41.636	–	41.636
(+) Outros Recebimentos Operacionais	9.024	–	9.024
(–) Pagamentos a Fornecedores/ Prestadores de Serviços de Saúde	(8.875.035)	–	(8.875.035)
(–) Pagamentos de Comissões	(16.680)	–	(16.680)
(–) Pagamentos de Pessoal	(86.111)	–	(86.111)
(–) Pagamentos de Serviços de Terceiros	(118.765)	–	(118.765)
(–) Pagamentos de Tributos	(218.518)	–	(218.518)
(–) Pagamentos de Aluguel	(4.338)	–	(4.338)
(–) Pagamentos de Promoção/Publicidade	(10.600)	–	(10.600)
(–) Aplicações Financeiras	(8.149.458)	7.404.685	(744.773)
(–) Outros Pagamentos Operacionais	(139.553)	(31.584)	(171.137)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	430.583	–	416.114
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(284.791)	–	(284.791)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	(126.837)	–	(126.837)
Variação Líquida de Caixa	18.955	(14.469)	4.486
Caixa - saldo inicial	6.865	35.441	42.306
Caixa - saldo final	25.820	20.972	46.792

2.4 Adoção de normas internacionais: Os pronunciamentos CPC48 e 47 foram emitidos pelo CPC e passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018, com seus efeitos refletidos nas demonstrações financeiras referentes ao exercício atual com saldo de abertura em 1º de janeiro de 2018. **CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração:** Na avaliação realizada, a Companhia entendeu que os ativos financeiros classificados como Empréstimos e Recebíveis em 2017 passaram a ser classificados como Custo Amortizado em 2018. Com relação as perdas de clientes, na avaliação realizada, a Companhia entende que a provisão para perda com créditos incobráveis deve ser reconhecida por estimativa, tendo como base um percentual do faturamento, definido em nota técnica atuarial, não mais com base nos saldos dos créditos vencidos após 60 dias, que considerava o histórico de "perdas incorridas", passando a ser provisionada em função do reconhecimento das "perdas de crédito esperadas", no mesmo momento do registro do respectivo faturamento. De acordo com as disposições transitórias da CPC48 (7.2.15), os valores comparativos não foram reapresentados. **CPC 47 - Receitas de contratos com clientes - Mensuração e Reconhecimento:** A companhia adotou o método retrospectivo modificado com efeito cumulativo da aplicação inicial do pronunciamento, reconhecido na data da aplicação inicial (1º de janeiro de 2018). A Companhia concluiu pelos seguintes impactos decorrentes deste pronunciamento: I) Os "Repasses financeiros com estipulação de contratos", anteriormente reconhecidos como receita no resultado do exercício, não atendem aos critérios de reconhecimento de receitas e passaram a ser reconhecidos como dedução da rubrica "Repasses financeiros contratos de adesão", do grupo de custo dos serviços prestados, não gerando impactos no resultado da Companhia, apenas em sua apresentação; e II) A norma estabelece que os custos diretamente relacionados à aquisição de novos contratos devem ser capitalizados. Dessa forma, os gastos variáveis com comissões de terceiros, inclusive com corretores internos, passaram a ser capitalizados como ativos intangíveis e amortizados pelo prazo médio de permanência dos beneficiários em nossa carteira, gerando impacto no resultado da Companhia.

de dezembro de 2018 foi realizada a incorporação total da Aliança Administradora pela Companhia, tendo como efeito a extinção da controlada incorporada. a) Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e suas controlada em 2018 e 2017, respectivamente:

	Qualicorp	Q Saúde Operadora de Benefícios de Saúde Ltda.	Aliança Administradora de Benefícios S.A.
Participação	100,00%	80%	100,00%
Data-base	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018

4. Principais Investimentos: A Companhia mantém investimento direto na controlada Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda. no montante de R$ 21.226 e na controlada Q Saúde Operadora de Plano de Saúde Ltda. no montante de 6.880. (valor atualizado em 31 de dezembro de 2018). **5. Outros assuntos:** A Companhia não possui filiais e consequentemente não possui CNPJ para cada um dos mantidos até o vencimento. Nossa emissão de debêntures está detalhada na nota explicativa nº 16 das demonstrações financeiras de 2018.

Balanços Patrimoniais

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2018 Consolidado	31/12/2018 Controladora	31/12/2017 Reapresentado Consolidado	31/12/2017 Reapresentado Controladora
Débitos de operações de assistência à saúde:					
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde:					
Prêmios a repassar	15	202.523	202.868	128.329	128.709
Repasses financeiros a pagar		19.610	19.999	14.240	14.607
Débitos diversos		44.628	47.341	41.665	42.252
Tributos e contribuições a recolher		16.607	18.169	12.579	12.815
Empréstimos e financiamentos a pagar	16	352.719	352.719	–	–
Débitos diversos	17	52.480	56.313	83.231	84.377
Não Circulante		47.733	48.465	39.946	39.946
Empréstimos e financiamentos a pagar	16	–	–	348.741	348.741
Provisões					
Provisão para riscos	18	35.905	36.637	39.955	40.745
Débitos diversos	17	11.828	11.828	2.250	2.250
Patrimônio Líquido		645.768	645.768	728.403	728.403
Capital social	19	276.366	276.366	276.366	276.366
Reserva de capital		80.425	80.425	79.863	79.863
Reservas de lucros		288.977	288.977	372.174	372.174
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.382.408	1.391.642	1.407.376	1.411.222

a) Impactos contábeis da adoção do CPC 48 e CPC 47 nas demonstrações financeiras consolidadas para abertura dos saldos contábeis:

Balanço patrimonial	Divulgado 31/12/2017	CPC 48	CPC 47	01 de Janeiro de 2018 CPC 48 e 47
Ativo Circulante	649.744	(4.888)	–	644.856
Títulos e créditos a receber	174.432	(4.888)	–	169.544
Outros ativos circulantes	475.312	–	–	475.312
Ativo não circulante	761.478	1.662	–	763.140
Títulos e créditos a receber	3.549	–	–	3.549
Impostos de renda e contribuição social diferidos	143.583	1.662	–	145.245
Outros ativos não circulantes	614.346	–	–	614.346
Total do ativo	1.411.222	(3.226)	–	1.407.996
Passivo circulante	291.082	–	–	291.082
Passivo não circulante	391.738	–	–	391.738
Patrimônio líquido	728.403	(3.226)	–	725.177
Total do passivo e patrimônio líquido	1.411.222	(3.226)	–	1.407.996

Adicionalmente, para fins de comparação, demonstramos abaixo os impactos da adoção em conjunto do CPC 48 e CPC 47 nas demonstrações financeiras consolidadas caso a Companhia tivesse adotado para fins do CPC 47 o método retrospectivo completo a partir fins do CPC 48 (b) Impactos da adoção das disposições transitórias e consequentemente a data de abertura fosse 1º de janeiro de 2017. **b) Impactos da adoção em conjunto do CPC 48 e CPC 47 nas demonstrações financeiras consolidadas para fins de comparabilidade:** Caso a Companhia escolhesse o método retrospectivo completo para o quadro comparativo com 31 de dezembro de 2017 ao invés

Demonstração de Resultado	Divulgado	CPC 48	CPC 47	31 de dezembro de 2017 Após Adoção 48 e 47
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	1.253.335	–	(102.435)	1.150.900
Custo dos serviços prestados	(256.921)	–	102.435	(154.486)
Perdas com créditos incobráveis	(129.738)	(4.888)	–	(133.626)
Despesas de comercialização	(19.591)	–	–	(19.591)
Outras receitas e (despesas) operacionais	(314.593)	–	–	(314.593)
Resultado bruto	(166.814)	1.662	–	(165.152)
Lucro líquido do exercício	306.014	(3.226)	–	302.788
Lucro básico por ação - R$	0,00017	–	–	0,00016

3. Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes: I. Principais ganhos, Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados. Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente. **Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade do Grupo Qualicorp for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, que é o valor da contraprestação a receber, inclusive, que as operações têm prazo de vencimento de até 30 dias e que, portanto, resultam em efeitos materiais nas demonstrações financeiras. Os passivos financeiros referentes às aquisições de cessão de direitos e aos direitos de exclusividade (nota explicativa nº 14), são reconhecidos e atualizados, quando aplicável, com base nos contratos firmados. Os demais passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando, inclusive, que as operações têm prazo de vencimento de até 30 dias e que, portanto, resultam em efeitos materiais nas demonstrações financeiras. Os custos de transação são reconhecidos como ativos à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros são ativo justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. II. Ativos financeiros: Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, conforme pronunciamento técnico CPC48. Até 31 de dezembro de 2017 os ativos financeiros, eram classificados nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Classificação depende do modelo de negócio da entidade e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações regulares de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações regulares compreendem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. I. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Os ativos financeiros são classificados na categoria de custo amortizado, se ambas condições a seguir forem atendidas; • O ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio, por objetivo de receber fluxo de caixas contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa, apenas e tão somente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. ii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, quando não forem classificados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. III. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, conforme pronunciamento técnico CPC48. A Companhia não possui passivos classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou por opção. Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar as despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo todas as rios que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. A Companhia efetua a baixa de passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado. IV. Direitos e aplicações financeiras: Os direitos e aplicações são classificados no ativo circulante e não circulante, conforme a expectativa de realização. Os ativos financeiros são classificados na categoria de custo amortizado: Os ativos financeiros são classificados na categoria de custo amortizado, se ambas condições a seguir forem atendidas; • O ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio, por objetivo de receber fluxo de caixas contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa, apenas e tão somente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. iii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, quando não forem classificados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. V. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, conforme pronunciamento técnico CPC48. A Companhia não possui passivos classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou por opção. Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar as despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo todas as rios que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. A Companhia efetua a baixa de passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado. IV. Direitos e aplicações financeiras: Os direitos e aplicações são classificados no ativo circulante e não circulante, conforme a expectativa de realização. Os ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. I. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Os ativos financeiros são classificados na categoria de custo amortizado, se ambas condições a seguir forem atendidas; • O ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio, por objetivo de receber fluxo de caixas contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa, apenas e tão somente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. ii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, quando não forem classificados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. III. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, conforme pronunciamento técnico CPC48. A Companhia não possui passivos classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou por opção. Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar as despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo todas as rios que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. A Companhia efetua a baixa de passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado. IV. Direitos e aplicações financeiras: Os direitos e aplicações são classificados no ativo circulante e não circulante, conforme a expectativa de realização. Os ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. I. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Os ativos financeiros são classificados na categoria de custo amortizado, se ambas condições a seguir forem atendidas; • O ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio, por objetivo de receber fluxo de caixas contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa, apenas e tão somente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. ii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, quando não forem classificados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. III. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, conforme pronunciamento técnico CPC48. A Companhia não possui passivos classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou por opção. Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar as despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo todas as rios que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. A Companhia efetua a baixa de passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado. IV. Direitos e aplicações financeiras: Os direitos e aplicações são classificados no ativo circulante e não circulante, conforme a expectativa de realização. Os ativos financeiros

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Capital social integralizado	Reservas de capital Opções outorgadas de ações	Reservas de lucros Legal	Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Atribuível a propriedade controladora	Participação dos não controladores	Opção de ações - Controladores	Total consolidado
Saldos em 31/12/2016		276.366	74.436	38.656	46.943	–	437.401	149	74.910	512.460
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	358.611	358.611	8.067	–	366.678
Constituição de reserva legal		–	–	15.617	–	(15.617)	–	–	–	–
Pagamento de dividendos		–	–	–	(46.943)	–	(46.943)	–	–	(46.943)
Dividendo adicional proposto		–	–	–	316.901	(316.901)	–	–	–	–
Dividendo adicional proposto		–	–	–	–	–	–	–	–	–
Não Controlador		–	–	–	–	–	–	(10.129)	–	(10.129)
Distribuição de dividendos antecipados a controladores		–	–	–	–	(4.980)	(4.980)	–	–	(4.980)
Destinação de Juros sobre Capital Próprio a controladores		–	–	–	–	(21.113)	(21.113)	–	–	(21.113)
Opções outorgadas reconhecidas	27	–	5.427	–	–	–	5.427	–	–	5.427
Exercício da opção de não controlador		–	–	–	–	–	–	(75.287)	74.987	(300)
Saldos em 31/12/2017		276.366	79.863	55.273	316.901	–	728.403	–	–	728.403
Ajuste por adoção de Norma Contábil (IFRS 9 e 15)	2.3 a) e 19	–	–	–	(3.226)	–	(3.226)	–	–	(3.226)
Saldos em 01/01/2018		276.366	79.863	55.273	313.675	–	725.177	–	–	725.177
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	380.329	380.329	–	–	380.329
Pagamento de dividendos		–	–	–	(316.901)	–	(316.901)	–	–	(316.901)
Dividendo adicional proposto		–	–	–	236.930	(236.930)	–	–	–	–
Distribuição de dividendos antecipados a controladores	19	–	–	–	–	(143.399)	(143.399)	–	–	(143.399)
Opções outorgadas reconhecidas	27	–	960	–	–	–	960	–	–	960
Saldos em 31/12/2018		276.366	80.425	55.273	233.704	–	645.768	–	–	645.768

dadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensurados utilizando-se de mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritas anteriormente. Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo Qualicorp são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidência de um prejuízo no ativo transferido. As práticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. IX. Imobilizado: Está demonstrado ao custo de aquisição. Os saldos apresentados encontram-se deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, exceto para as benfeitorias em imóveis de terceiros que são amortizados de acordo com o prazo dos contratos de locação dos imóveis (nota explicativa nº 13). O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o valor contábil excede o valor recuperável (nota explicativa nº 3.x). X. Intangível: Está representado principalmente: (i) pelos valores dos ágios pagos nas aquisições de controladas (*"*); (ii) pelos valores alocados a título de relacionamento com clientes pagos na aquisição de investimentos de controladas (*"*); (iii) pela aquisição de cessão de direitos, adquiridos de terceiros, de (iv) pelas licenças de software e softwares em uso e em desenvolvimento, pagos a terceiros. Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicáveis. A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base no prazo em que o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros, conforme mencionado na nota explicativa nº 14. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual excede o valor recuperável (nota explicativa nº 3.x). (*") Nas demonstrações financeiras individuais esses valores estão demonstrados na rubrica "Investimentos". Impostos de renda e contribuição social diferidos: XI. Redução ao valor recuperável do ativo (impairment): Ativo imobilizado e intangível com prazo de vida útil indeterminado: No fim de cada exercício ou quando houver indícios de redução do valor recuperável, a Companhia e sua controlada revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com vida útil determinada para **CPC 47 nas demonstrações financeiras consolidadas** verificar se há algum indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para a finalidade de mensurar o montante desta perda, se aplicável. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa pertencente o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de custos de venda. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente usando a taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido para o seu valor recuperável. A perda por redução ao val

Diário Oficial do Estado de SP

↵continuação

que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia até o presente momento.

7. Aplicações Financeiras:

Descrição	31/12/2018 Contro-ladora	31/12/2018 Conso-lidado	31/12/2017 Contro-ladora Reapresentado	31/12/2017 Conso-lidado Reapresentado
Cotas de Fundos de Investimentos (a)	296.100	296.100	279.329	279.329
Fundo de investimento ANB (b)	25.964	30.740	45.028	49.428
Total	322.064	326.840	324.357	328.757

(a) Trata-se de aplicação financeira mantida em Fundo de Investimento, o valor de resgate dos ativos do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Companhia aplica seus recursos. (b) Trata-se de aplicação financeira junto ao banco garantidor de acordo com a Instrução Normativa nº 33, de 5 de outubro de 2009 da ANS. O valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Companhia aplica seus recursos.

8. Outros Créditos e Operações com Planos de Assistência à Saúde:

Descrição	31/12/2018 Contro-ladora	31/12/2018 Conso-lidado	31/12/2017 Contro-ladora	31/12/2017 Conso-lidado
Prêmios e planos de saúde a recuperar - crítico de inadimplência (a)	95.598	98.708	95.777	99.259
Total	95.598	98.708	95.777	99.259
(a) Referem-se aos valores a receber de beneficiários, cujos montantes das correspondentes faturas de planos de saúde ou apólices de seguro foram/ serão pagos às operadoras pela Companhia no segundo trimestre dos vencimentos das faturas. O resumo por idade de prêmios a repassar é:

	31/12/2018 Contro-ladora	31/12/2018 Conso-lidado	31/12/2017 Contro-ladora	31/12/2017 Conso-lidado
A vencer	39.332	39.597	42.547	42.975
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	51.500	54.412	41.675	43.290
De 31 a 60 dias	14.347	15.322	11.136	12.575
Acima de 60 dias (i)	1.688	1.713	419	419
(–) PCLD Esperada (ii)	(11.268)	(14.336)	–	–
Total	95.598	98.708	95.777	99.259

i. Valores de 31 de dezembro de 2017 foram recebidos integralmente até o dia 11 de janeiro de 2018 e os valores em 31 de dezembro de 2018 foram recebidos integralmente até o dia 15 de janeiro de 2019. ii. Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.viii, Movimentação da provisão para perdas sobre créditos:

	31/12/2018 Contro-ladora	31/12/2018 Conso-lidado	31/12/2017 Contro-ladora	31/12/2017 Conso-lidado
Saldo no início do exercício	–	–	–	–
Estimativa (reversão) de perdas (a)	(139.191)	155.407	114.942	163.067
Perdas efetivas (Recuperações) (b)	(23.719)	(25.291)	(13.635)	(34.329)
Baixas	(104.203)	(115.840)	(101.306)	(128.738)
Saldo no fim do exercício	(11.268)	(14.336)	–	–

(a) A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia adotou do CPC 48, que exige que as provisões para perdas com créditos incobráveis sejam mensuradas por estimativa, tendo como base no montante do faturamento definido em nota técnica atuarial, não mais com base nos valores dos créditos vencidos após 60 dias, que considerava o histórico de "perdas após 60 dias". Sendo assim o reconhecimento/provisão da "perda esperada" passa a ser no mesmo momento do registro do respectivo faturamento (b) Referem-se, substancialmente, a perdas com créditos vencidos decorrentes de operações de administração e estipulação de benefícios coletivos por adesão, para os quais a Companhia assume o risco de inadimplência junto aos prestadores e seguradoras de saúde e odontológicas.

9. Tíitulos e Créditos a Receber:

Descrição	31/12/2018 Contro-ladora	31/12/2018 Conso-lidado	31/12/2017 Contro-ladora	31/12/2017 Conso-lidado
Adiantamento de repasse de contratos (a)	149.734	150.013	76.508	76.508
Valores a identificar - Operadoras/ seguradoras (b)	44.288	44.803	80.099	82.133
Impostos a recuperar/compensar	3.306	4.515	3.429	3.622
Outros	16.741	15.766	19.413	19.413
Total do circulante	213.069	215.097	179.450	181.676
Depósitos judiciais	7.692	7.108	3.537	3.549
Total do não circulante	7.692	7.108	3.537	3.549
Total Geral	220.761	222.205	175.727	177.981

(a) Referem-se a adiantamento de repasse para as operadoras. (b) Referem-se, basicamente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários que constam no sistema/controles internos da Companhia e a relação de beneficiários constantes das faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/ seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizadas em um período subsequente, após o processamento das movimentações enviadas pela Companhia.

10. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:

Descrição	31/12/2018 Contro-ladora	31/12/2018 Conso-lidado	31/12/2017 Contro-ladora	31/12/2017 Conso-lidado
Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo (a)	147.769	147.769	183.545	183.545
Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivo (b)	(63.423)	(63.423)	(39.962)	(39.962)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	84.346	84.346	143.583	143.583

(a) Referem-se a impostos de renda e contribuição social diferidos contabilizados principalmente sobre diferenças temporárias dedutíveis de lucros fiscais futuros, conforme segue:

Item	31/12/2018 Contro-ladora	31/12/2018 Conso-lidado	31/12/2017 Contro-ladora	31/12/2017 Conso-lidado
Atualização sobre Opção de Compra - Aliança	113.153	113.153	140.487	140.487
Provisão para dividendos duvidosos e baixa de valores incobráveis - valor de curto prazo	18.293	18.293	19.005	19.005
Obrigações e provisões para passivos contingentes - parcela relativa a empresas em/ou períodos sujeitos ao regime de tributação do lucro real	7.794	7.794	9.194	9.194
Provisão perda esperada de clientes	4.489	4.489	–	–
Prejuízo fiscal	4.205	4.205	4.205	4.205
Provisão PPR	2.359	2.359	1.108	1.108
Outras provisões	1.684	1.684	942	942
Benefício fiscal sobre ágio incorporado	–	–	12.891	12.891
Total dos créditos tributários	147.769	151.411	183.545	187.750
(–) Créditos tributários não contabilizados (*)	–	(3.642)	–	(4.205)
Total dos créditos tributários contabilizados	147.769	147.769	183.545	183.545

(*) Referem-se substancialmente ao fato de algumas de suas controladas diretas possuírem prejuízos fiscais e base negativa acumulada, para os quais não foram constituídos créditos tributários diferidos, pois até a presente data não haviam reunido condições de geração de lucros tributáveis que permitissem a contabilização de créditos tributários. Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários: O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias forem revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. A seguir, apresentamos a estimativa de realização desses créditos, com base na expectativa de lucros tributáveis futuros: Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias:

Ano

	31/12/2018 Contro-ladora	31/12/2018 Conso-lidado	2 /12/2017 Contro-ladora	2 /12/2017 Conso-lidado
2018	–	–	68.545	68.545
2019	42.425	42.425	48.500	48.500
2020	42.425	42.425	37.083	37.083
2021	24.935	24.935	28.098	28.098
A partir de 2022	45.262	45.262	28.098	28.098
Total	147.769	147.769	183.545	183.545

O valor presente do total dos créditos tributários é de R$125.982, calculados pela taxa Selic, tendo em vista o prazo estimado de realização das diferenças temporárias. (b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos:

	31/12/2018 Contro-ladora	31/12/2018 Conso-lidado	31/12/2017 Contro-ladora	31/12/2017 Conso-lidado
Diferenças temporárias sobre a parcela do ágio de empresas incorporadas, amortizado no período, para fins fiscais (nota explicativa nº 14).	63.423	63.423	39.962	39.962
Total	63.423	63.423	39.962	39.962

11. Outros Créditos a Receber não Circulante:

Descrição	31/12/2018 Contro-ladora	31/12/2018 Conso-lidado	31/12/2017 Contro-ladora	31/12/2017 Conso-lidado
Reembolso de despesas administrativas do Grupo Qualicorp (a)	3.249	3.540	1.686	1.679
Adiantamento de despesas com aluguel	–	–	1.333	1.333
Reembolso de prestação para risco	–	–	264	264
Total	3.249	3.540	3.283	3.276

(a) Saldos e transações com empresas ligadas, no consolidado:

	31/12/2018 Contas a receber	31/12/2018 Contas a pagar	31/12/2017 Contas a pagar	31/12/2017 Despesas Reapresentado
Qualicorp Corretora de Seguros S.A. (i)	3.195	8.479	(746)	1.631	5.859	(423)
Quanto Saúde Ltda. (i)	–	28	(115)	–	5	(113)
Qualicorp Adm. e Serviços Ltda. (i)	345	5.820	(3.808)	48	15.920	(27.366)
Saldo	3.540	14.327	(4.669)	1.679	21.784	(27.902)

A Companhia possui as seguintes operações efetuadas com partes relacionadas: i. Refere-se às atividades de "bac office" para atendimento às empresas do Grupo Qualicorp (Finangas, Controladoria, Jurídico, Administrativo, Recursos Humanos e Tecnologia da Informação), cujos custos e corridos são rateados e reembolsados pelas demais empresas do Grupo; ii. Refere-se à prestação de serviço de emissão de boletos para o pagamento de planos de saúde vinculados a Qualicorp Beneficios, R$ 3.608 em 31 de dezembro de 2018 (R$ 27.366 em 2017). Em 2018 a Companhia voltou a fazer o ofertamento dessas unidades. 11.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração inclui os diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	2018 Contas a pagar	2018 Contas Despesas	2017 Contas a pagar	2017 Despesas Reapre-sentado
Remuneração de curto prazo a administradores (*)	179	3.041	107	2.129
Remuneração baseada em ações	–	535	–	5.044
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	179	3.576	107	7.173

(*) A despesa com remuneração, para os diretores e empregados, é constituída de parte fixa e variável, com base em performance e metas globais anuais.

12. Investimentos:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e Controlada - CNPJ nº 07.658.098/0001-18			
	Controladora 31/12/ 2018	Controladora 31/12/ 2017	Consolidado 31/12/ 2018
Participações societárias:			
Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda.	21.228	20.075	–
Q Saúde Operadora de Plano de Saúde Ltda.	6.880	–	–
Total de participações societárias	28.108	20.075	–
Outros investimentos:			
Outros investimentos	33	33	33
Total dos investimentos	28.141	20.108	33

As principais informações relacionadas aos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial são as seguintes:

	Q Saúde Clube de Saúde Operadora de Plano de Saúde Ltda.	Q Saúde Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda.	Total
Informações sobre as investidas em 31 de dezembro de 2018:			
Capital social	8.600	38.538	
Patrimônio líquido	8.600	21.228	
Lucro (prejuízo) do exercício	–	1.153	
Informações sobre os investimentos:			
Quantidade de cotas	8.600	38.538	
Participação - %	80%	100%	
Total do investimento em 31 de dezembro de 2017	–	20.075	20.075
Aumento de capital em controladas	6.880	–	6.880
Equivalência patrimonial	–	1.153	1.153
Total do investimento recomposto em 31 de dezembro de 2018	6.880	21.228	28.108

14. Intangível: Está composto, no consolidado, como segue:

Consolidado	Taxa anual de amortização - %	Custo Saldo em 31/12/2018	Adições	Transferências	Baixas	Custo Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Amortização Saldo em 31/12/2018	Amortização Saldo em 31/12/2017	Líquido
Ia na a ação de in estimentos alocados a l l ao de rentabilidade f l na:											
Aliança Administradora de Benef cios de a .A		249.420	–	–	–	249.420	–	–	–	–	249.420
Grupo Pardal		136.653	–	–	–	136.653	–	–	–	–	136.653
Total ágio		386.073	–	–	–	386.073	–	–	–	–	386.073
Aquisições de cessão de direitos - segmento Alinidades (c)	20	203.391	12.326	–	(1.125)	214.592	(122.455)	(25.266)	(147.721)	66.871
Softwares em uso (a)	20	187.857	32	7.681	–	195.338	(167.652)	(34.531)	(170.353)	24.985
Direito de exclusividade	20	36.500	40	–	–	36.540	(36.112)	(6.684)	(42.796)	(6.256)
Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A.	20	33.598	–	–	–	33.598	(33.598)	–	(33.598)	–
Software em desenvolvimento (d)	–	12.872	354	–	–	12.872	–	–	–	–	1.258
Relacionamento Cliente - Grupo Pardal	20	9.911	–	–	–	9.911	(9.911)	–	(9.911)	–	–
Acordo de não competição	20	8.198	–	–	–	8.198	(415)	(1.796)	(2.211)	5.987	–
Comissão de Obtenções de Vendas (e)	53	–	621	–	–	621	–	(508)	–	113	–
Total outros ativos intangíveis		492.122	14.344	–	–	506.466	(368.743)	(68.785)	(347.298)	(159.557)	96.112
Total ativos intangíveis		878.195	14.344	–	–	892.539	(368.743)	(68.785)	(345.477)	540.029	

(i) Cessão de direitos e obrigações ASBEN/ ealth Club: Em 29 de março de 2018, foi formalizado um contrato de cessão e transferências de direitos e obrigações e outras avenças entre a controlada Qualicorp Beneficios e Aiben Corretora de Seguros Ltda. O contrato firmado entre as partes é de R$ 12.326 tendo por objeto a cessão e transferência de direitos e obrigações de determinados contratos relacionados ao desenvolvimento dos Negócios pelas partes, com efeito a partir de 1º de abril de 2018 e em 31 de dezembro de 2018 e de R$ 621 em 31 de dezembro de 2017 e R$ 508 em 31 de dezembro de 2018.

Consolidado	Taxa anual de amortização - %	Custo Saldo em 31/12/2018	Adições	Transferências	Baixas	Custo Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Amortização Saldo em 31/12/2018	Amortização Saldo em 31/12/2017	Líquido
Ágio na aquisição de investimentos alocados a títulos de rentabilidade futura:											
Aliança Administradora de Benef cios de a .A	–	249.420	–	–	–	249.420	–	–	–	–	249.420
Grupo Pardal	–	136.653	–	–	–	136.653	–	–	–	–	136.653
Total ágio		386.073	–	–	–	386.073	–	–	–	–	386.073
Aquisições de cessão de direitos - segmento Alinidades (b)	20 e 50	147.791	55.600	–	–	203.391	(112.608)	(9.847)	–	(122.455)	80.936
Softwares em uso (a)	20	174.157	13.700	73.965 (1.573)	–	187.652	(42.624)	(34.759)	1.561	(75.822)	111.830
Direito de exclusividade (c)	10 a 25	36.500	–	–	–	36.500	(31.058)	(5.054)	–	(36.112)	388
Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A.	20	33.598	–	–	–	33.598	(29.678)	(3.920)	–	(33.598)	–
Software em desenvolvimento (d)	–	86.706	131	(73.965)	–	12.872	–	–	–	–	12.872
Relacionamento Cliente - Grupo Pardal	20	9.911	–	–	–	9.911	(8.920)	(991)	–	(9.911)	–
Acordo de não competição (e)	20 e 33	8.198	–	–	–	8.198	(415)	(1.796)	–	(2.211)	5.987
Total outros ativos intangíveis		429.482	64.213	–	(1.573)	492.122	(224.888)	(54.986)	1.561	(278.313)	213.809
Total ativos intangíveis		815.555	64.213	–	(1.573)	878.194	(224.888)	(54.986)	1.561	(278.313)	599.882

15. Prêmios a Repassar:

Descrição	31/12/2018 Contro-ladora	31/12/2018 Conso-lidado	31/12/2017 Contro-ladora	31/12/2017 Conso-lidado
Prêmios a planos de saúde a repassar - com risco de inadimplência (i)	191.613	191.958	128.329	128.709
Prêmios a planos de saúde a repassar - sem risco de inadimplência	10.910	10.910	–	–
Total	202.523	202.868	128.329	128.709

(*) Referem-se às faturas de planos e seguro-saúde a serem pagos às operadoras/seguradoras no vencimento das faturas independentemente do recebimento por parte dos beneficiários, cujos pagamentos foram efetuados substancialmente até 31 de janeiro de 2019 para os valores de dezembro de 2018 e 31 de janeiro de 2018 para os valores de dezembro de 2017. **16. Empréstimos e Financiamentos a Pagar:** As debêntures emitidas pela Companhia no âmbito da emissão possuem as seguintes características:

Quantidade/Espécie: Debêntures	Espécie	31/12/2018	31/12/2017
3 Emissão	Quirografária	350.000	350.000
Total		350.000	350.000

Data de Emissão: 19 de outubro de 2016; Valor Nominal Unitário: R$10 cada debênture. Repacutação: Os instrumentos participativos de escrituras das debêntures foram em 19 de outubro de 2016, ocorrendo a liquidação em 7 de novembro de 2016, e o valor nominal unitário das debêntures foi de R$10, sendo emitidas 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures à Qualicorp Beneficios, no montante de R$350.000. Prazo e Vencimento: 36 meses, vencendo-se, portanto, em 7 de novembro de 2019. Remuneração: 100% do CDI + "spread" de 1,30% a.a. sendo que os juros serão pagos trimestralmente, no último mês de maio e novembro de cada ano. Amortização: O valor nominal das debêntures não será amortizado, sendo integralmente pago na data de vencimento das debêntures. Garantias: A controlada Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. é fiadora da operação e, adicionalmente, há garantias relativas a constituição de penhor sobre a alienação fiduciária de ações de emissão da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. Recaute Antecipado Facultativo: O acordado nessa emissão que poderá haver resgate antecipado facultativo somente a partir de 4 de maio de 2017. O valor a ser pago aos debenturistas a título de Resgate Antecipado Facultativo será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da remuneração calculada "pro rata temporis", desde a data da emissão ou a data de vencimento do último período de capitalização, ou seja, a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência, entre outras, das seguintes hipóteses: (a) Antes de uma reorganização societária (cisão, fusão, incorporação, venda de participação societária) ou qualquer outra reestruturação societária da emissora e/ou de sua(s) controladora(s), inclusive Oferta Pública de Ações), se os atuais controladores deixarem, no mínimo, 51% do capital ou por meio de participação acionária, direta ou indiretamente, de pelo menos, 50% mais uma ação com o direito a voto da emissora; e depois de uma reorganização societária, se qualquer terceiro obtiver controle da emissora por meio de participação acionária, direta ou indiretamente, de pelo menos, 35,0% das ações com o direito a voto da emissora e, cumulativamente, se atuais acionistas deixarem de exercer o controle da emissora; e (b) Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem certos compromissos financeiros relacionados à manutenção de determinados índices de performance, liquidez e endividamento atrelados às debêntures, e, caso, não não sejam cumpridos, poderão acelerar a liquidação antecipada. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia está cumprindo com os limites requeridos das cláusulas acima e demais compromissos contidos no contrato de emissão da dívida:

	Controladora 31/12/2018	Controladora 31/12/2017	Consolidado 31/12/2018
Debêntures parcela única	350.000	–	–
Remuneração a pagar	3.978	4.256	–
Custo intermediação financeira na emissão/colocação a diferir no prazo de vencimento	(1.259)	(1.373)	–
Circulante	352.719	2.883	–
Custo intermediação financeira na emissão/colocação a diferir no prazo de vencimento	–	(1.259)	–
Debêntures parcela única	–	350.000	–
Não circulante	–	348.741	–
Total	352.719	351.624	–

Movimentação das debêntures:

	Valor
Saldo no início do período	351.624
Apropriação de despesas	1.373
Pagamento de juros	(27.058)
Apropriação de juros no período (nota explicativa nº 22)	26.780
Saldo no final do período	352.719

17. Débitos Diversos:

Descrição	31/12/2018 Contro-ladora	31/12/2018 Conso-lidado	31/12/2017 Contro-ladora	31/12/2017 Conso-lidado
Credores:				
Repasse de custos a pagar (a)	9.146	9.264	21.303	21.456
Depósitos não identificados	8.980	9.173	2.959	3.450
Provisão de Programa participação nos Resultados - PLR	6.929	7.018	3.252	3.344
Fornecedores diversos	6.553	6.655	2.412	2.512
Reembolso de despesas a pagar	5.051	5.063	320	328
Devolução solicitada pelo beneficiário (RN 412)	4.195	4.425	820	838
Valores a Identificar Segurados/ Operadoras (b)	4.120	6.722	5.052	5.070
Adiantamento de Clientes	1.744	1.744	8.005	8.005
Valores a pagar	1.042	1.101	1.183	1.217
Aquisição de Intangível a pagar	633	633	25.900	25.900
Serviços de informática a pagar	307	307	–	–
Aquisição de ativo imobilizado a pagar	2	2	–	–
Juros sobre capital próprio	–	–	14.231	14.231
Provisão para férias	1	82	598	681
Outros	3.772	4.224	4.404	4.158
Total circulante	52.481	59.413	93.231	94.377
Não Circulante:				
Contas a Pagar	4.902	4.902	–	–
Aquisição de Intangível a pagar (c)	1.800	2.250	2.250	2.250
Total não circulante	11.333	11.828	2.250	2.250
Total Geral	63.814	71.241	95.481	96.627

(a) Veja nota explicativa nº 9.a). (b) Referem-se, substancialmente, a diferença temporal entre a relação de beneficiários constantes no sistema/controles internos da Companhia e a relação de beneficiários constantes das faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizadas em um período subsequente, após o processamento das movimentações enviadas pela Companhia. (c) Refere-se, basicamente, à obrigação no contrato de cessão de direitos e obrigações com Aiben Corretora de Seguros Ltda. **18. Provisão para Riscos:** Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos oriundos de contingências fiscais, trabalhistas, previdenciárias, cível e de sinistralidade, para as quais, com base na opinião e estimativas da Administração foram constituídas provisões sobre montante julgado a seguir:

Descrição	31/12/2018 Contro-ladora	31/12/2018 Conso-lidado	31/12/2017 Contro-ladora	31/12/2017 Conso-lidado
Cíveis (a)	21.307	21.714	26.336	26.355
Trabalhistas (b)	13.521	13.830	12.780	13.105
Trabalhistas e previdenciárias (c)	1.093	1.093	839	839
Total	35.921	36.637	39.955	40.299

Descrição dos principais processos e/ou riscos em 31 de dezembro 2018: (a) A Companhia é parte passiva em processos cíveis em andamento, sendo o montante de R$21.307 e R$21.714 consolidados em 31/12/2018, respectivamente, (R$ 26.336 e R$ 26.356 em 2017), avaliado como perda provável, para os quais foi constituída provisão para contingências. O montante de R$ 7.780 em 2017, na controladora e R$4.583 em 2017 consolidado, refere-se a processos cíveis (R$47.017 e 47.097 em 2017), na controladora e não consolidado respectivamente, para os quais, não foram constituídas provisões. As principais causas em andamento são: ações de indenizações por danos morais e materiais, decorrentes de recusas no contrato de assistência à saúde coletiva por adesão ou no rol de procedimentos da ANS, cuja responsabilidade desses descrédito recai, exclusivamente, sobre as operadoras de planos de assistência à saúde, conforme legislação em vigor. (b) questionamento sobre a aplicação do reajuste de preço do plano de saúde por mudança de faixa etária e também pelo reajuste anual de indivíduo; (ii) pedidos de realização de planos de saúde cancelados por falta de pagamento de mensalidades em período em que teriam sido discutidas na esfera administrativa e/ou judicial; (iv) reajuste anual e (v) questionamento por parte dos beneficiários devido à cobrança junto ao Serasa de mensalidades em atraso não pagas. (c) A Companhia é parte passiva em processos regulatórios em andamento, sendo o montante de R$13.507 e R$13.830 na controladora e consolidado, respectivamente, em 31/12/2018 (R$12.780 e 13.550 em 2017, na controladora e consolidado, respectivamente) avaliado como perda provável, para os quais foi constituída provisão para contingências, e R$42.067 e R$45.611 na controladora e no consolidado, respectivamente (R$47.394 e R$48.869 em 2017 na controladora e no consolidado, respectivamente) avaliados como perda possível, para os quais, não foram constituídas provisões. (d) A Companhia é parte passiva em processos trabalhistas que se encontram em discussão na esfera administrativa e/ou judicial e que versam, principalmente sobre o pagamento de verbas rescisórias, diferenças salariais, horas extras e reflexos. As provisões para contingências constituídas para eventuais perdas decorrentes de referidos processos trabalhistas totalizam o montante de R$1.093 Controladora e Consolidado (R$839 em 2017 Controladora e Consolidado). Para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível, os quais totalizam R$28.052 Controladora e Consolidado (R$14.115 em 2017 Controladora e Consolidado), não foram constituídas provisões. O quadro a seguir apresenta a movimentação dessas provisões para os períodos indicados, no consolidado:

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Às Administradores e Acionistas - **Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, permaneceram substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior. **Porque é um PAA. Reconhecimento de receita (Notas 3(viii) e 24).** Uma das principais fontes de receita da Companhia e de sua controlada é a taxa de administração, reconhecida mensalmente com base no sistema interno de gerenciamento de beneficiários. Em decorrência do desenho do negócio, existem diferenças temporais entre o faturamento pelos serviços prestados e o montante a pagar para as operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos. Os controles internos da Companhia. O principal risco observado refere-se ao reconhecimento da receita fora do período de competência, sendo, portanto, destinado tal efeito diferido para o período seguinte ao faturamento pelos serviços prestados. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos critérios de reconhecimento de receitas adotados pela administração, que se baseiam na contabilização das receitas de administração no longo do exercício. (b) Teste, com base em amostragem, dos contratos firmados com os beneficiários e com as operadoras. (c) Teste da reconciliação dos saldos e dos quadros relacionados ao controle das diferenças de receitas de administração faturamento pelos serviços prestados. (d) Conforme do recebimentos subsequentes a dezembro de 2018 com a respectiva conta de contas a receber, considerando as demoras que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento da receita no correto período de competência, bem como as divulgações feitas nas notas explicativas, são apropriados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Teste de *e r nt do ágio (Notas 3(x) e 14).** Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta, em suas demonstrações financeiras consolidadas, ágio por expectativa de rentabilidade futura no montante de R$ 386.073 mil, referente a aquisições realizadas em anos anteriores. **Porque é um PAA.** A Administração elabora, anualmente, teste para avaliar a necessidade, ou não, de redução do ágio ao seu valor recuperável. O processo de avaliação do teste teste de impairment foi considerado como um dos principais assuntos de nossa auditoria, devido à relevância do ágio e por envolver julgamentos críticos por parte da Administração da Companhia, em relação às projeções de fluxos de caixa futuros relacionados às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) e as taxas de desconto aplicadas. Variações nas principais premissas utilizadas, como taxa de crescimento das receitas e taxa de desconto, entre outras, podem impactar significativamente os fluxos de caixa projetados e, consequentemente, o ágio, com o consequente impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Com o apoio de nossos especialistas internos em avaliação, aplicamos os seguintes principais procedimentos de auditoria: (a) Atualização do entendimento e avaliação da metodologia utilizada pela Administração para projetar os fluxos de caixa descontados, principalmente no que se refere às taxas de crescimento das receitas e de descontos no período projetado e na perpetuidade, bem como comparação dos cálculos com as informações de mercado disponíveis, quando aplicável. (b) Avaliação da coerência geral lógica e aritmética das projeções de fluxo de caixa futuro e avaliação da razoabilidade das premissas significativas: receita e taxa de desconto; (c) Recálculo da taxa de desconto considerando parâmetros de mercado; (d) Recálculo do valor presente dos fluxos de caixa, bem como análise de sensibilidade para avaliar situações em que as variações resultariam na eventual necessidade de registro de perda não reconhecida. Consideramos que, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o conjunto das informações de "e r nt do ágio" e "ágio não sujeito a amortização" e suas divulgações em notas explicativas. **Ambiente de tecnologia de informação:** A Qualicorp Administradora de Benefícios S.A e sua controlada são dependentes de estrutura de tecnologia para processamento de suas operações e consequente elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nos últimos anos, devido às aquisições de empresas com sistemas de informação diferentes e outros processos de tecnologia da informação, o ambiente geral de tecnologia da informação e os controles internos correspondentes tornaram-se significativamente complexos, com processos distintos e controles fragmentados. Consideramos o ambiente de tecnologia da informação e os controles de acesso a e de seus controles dependentes podem acarretar em processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, razão pela qual o ambiente de tecnologia foi considerado como um dos principais assuntos e área de foco de nossos trabalhos de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** No contexto de nossa auditoria, aplicamos procedimentos em relação ao ambiente de tecnologia da informação, incluindo, principalmente, determinados controles automatizados dos sistemas aplicativos relevant

Jornal O DIA SP

GAIASEC

Gaia Securitizadora S.A. CNPJ/ 07.587.384/0001-30

Apesar de fundada no ano de 2005, a Gaia Securitizadora S.A. ("GaiaSec") tornou-se operacional somente em 2009, quando da entrada de novos sócios e executivos na empresa, que tinham a missão de "estruturar operações financeiras dentro dos segmentos de atuação, sempre de forma ágil e eficaz". Em 6 anos de atividade, a GaiaSec estruturou e emitiu Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") em um montante de R$ 9,8 bilhões. No ano de 2011 a GaiaSec foi a maior emissora de CRI do Brasil, alcançando uma posição de destaque e consolidando-se como uma das principais empresas do setor. Já no ano de 2013 a GaiaSec melhorou ainda mais sua capacidade de estruturar e gerir os CRI por ela emitidos, alcançando o número de 19 séries de CRI emitidas, no valor total de quase R$ 2,9 bilhões, 2014 o número de 17 séries de CRI emitidas 689 milhões, 2015 o número de 9 séries no valor de R$ 338 milhões de CRI emitidas, em 2016 o número de 11 séries no valor de R$ 984 milhões e em 2017 o número de 5 séries no valor de R$ 164 milhões. A meta para os próximos anos é continuar o crescimento, sempre com qualidade e eficácia. Nos últimos anos o uso da securitização, como forma de captação de recursos para o setor privado, tem crescido em um ritmo acelerado nos principais mercados globais, inclusive no Brasil, onde as condições econômicas têm contribuído para que esta forma de investimento ganhe popularidade entre empresas e investidores. A securitização de recebíveis tem se tornado uma estratégia mais comum de captação de recursos para as empresas, principalmente porque a queda relativa das taxas de juros nos últimos anos tem atraído novos investidores dispostos a incrementar a rentabilidade de seus investimentos permitindo a diversificação de fonte de captação. Dessa forma, a securitização passou não só a financiar o capital de giro das companhias, como também a auxiliar a recuperação de carteira de créditos dividendo, de maneira competitiva e segura tanto para as empresas quanto para as instituições financeiras. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram emitidos R$ 676.956 (seiscentos e setenta e seis milhões novecentos e cinquenta e seis mil reais) em certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio. O nosso objetivo neste ano não é ser a maior securitizadora em volume, mas ser a Companhia com melhor capacidade de estruturação e gestão, assim obtendo eficientemente poupar a queda relativa das taxas de juros nos últimos anos tem atraído novos investidores e investidores como a melhor opção dentre as securitizadoras. Se

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota	2018	2017 (reapresentado)	01/01/2017 (reapresentado)
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.497	466	608
Aplicações financeiras	6	680	823	2.014
Contas a receber de clientes	7	284	843	552
Impostos a recuperar	8	290	230	330
Total do ativo circulante		**2.751**	**2.410**	**3.404**
Não circulante				
Realizável a longo prazo:				
Imobilizado	9	28	36	45
Total do ativo não circulante		**28**	**36**	**45**
Total do ativo		**2.779**	**2.446**	**3.449**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2018	2017 (reapresentado)	01/01/2017 (reapresentado)
Circulante				
Contas a pagar	10	22	20	30
Obrigações tributárias	11	100	15	21
Partes relacionadas	19	35	39	954
Total do passivo circulante		**157**	**74**	**1.005**
Não circulante				
Exigível ao longo prazo				
Outras obrigações a pagar	12	1.732	1.732	1.732
Total do passivo não circulante		**1.732**	**1.732**	**1.732**
Patrimônio líquido				
Capital social		699	699	699
Prejuízo acumulado		191	(59)	13
Total do patrimônio líquido	**13**	**890**	**640**	**712**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.779**	**2.446**	**3.449**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)

	Nota	2018	2017 (reapresentado)	01/01/2017 (reapresentado)
Receita líquida de prestação de serviços	14	**643**	**130**	**373**
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	16	(1.224)	(1.370)	(1.035)
Outras receitas operacionais	15	246	259	292
Total		**(978)**	**(1.111)**	**(753)**
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		**(335)**	**(981)**	**(380)**
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	17	771	920	1.347
Despesas financeiras	17	(23)	(11)	(190)
Total		**748**	**909**	**1.157**
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**413**	**(72)**	**777**
Imposto de renda e contribuição social	18	**(163)**	**-**	**(146)**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**250**	**(72)**	**631**
Média ponderada das ações no fim do exercício		**699**	**699**	**699**
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações do capital social no fim do exercício		**0,3577**	**(0,1030)**	**0,9027**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados Abrangentes - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2018	2017 (reapresentado)	01/01/2017 (reapresentado)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	**250**	**(72)**	**631**
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	**250**	**(72)**	**631**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2018	2017 (reapresentado)	01/01/2017 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro/prejuízo do exercício	**250**	**(72)**	**631**
Ajuste para			
Perdas na alienação de imobilizado	-	-	-
Depreciação	8	9	12
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento) redução em aplicações financeiras	143	1.191	15.178
(Aumento) redução em contas a receber	559	(291)	(60)
(Aumento) redução em impostos a recuperar	(12)	(49)	(39)
Aumento (redução) em obrigações tributárias	85	(6)	3
Aumento (redução) em contas a pagar	2	(10)	(14.221)
Aumento (redução) em partes relacionadas	(4)	(915)	932
Aumento (redução) em outros	-	-	(1.856)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**1.031**	**(142)**	**608**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Baixa de imobilizado	-	-	-
Venda de intangível	-	-	-
Caixa líquido aplicado das atividades de investimentos	**-**	**-**	**-**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**1.031**	**(142)**	**608**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	466	608	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.497	466	608
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**1.031**	**(142)**	**608**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2018	2017 (reapresentado)	01/01/2017 (reapresentado)
Receitas	**970**	**415**	**719**
Receita bruta da prestação de serviço	724	156	427
Outras receitas	246	259	292
Insumos adquiridos de terceiros	**(612)**	**(708)**	**(435)**
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(612)	(708)	(435)
Valor adicionado bruto	**358**	**(293)**	**272**
Depreciação	**(8)**	**(9)**	**(12)**
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**350**	**(302)**	**272**
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	771	920	1.347
Valor adicionado total a distribuir	**1.121**	**618**	**1.619**
Distribuição do valor adicionado	**1.121**	**618**	**1.619**
Pessoal	**160**	**58**	**177**
Remuneração direta	157	55	175
Outros	3	3	2
Impostos, taxas e contribuições	**688**	**581**	**620**
Federais	652	573	599
Municipais	36	8	21
Remuneração de capital de terceiros	**23**	**11**	**190**
Juros	23	11	190
Remuneração de capitais próprios	**250**	**(72)**	**632**
Lucros/prejuízos retidos	250	(72)	632

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota	Capital social	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017 (reapresentado)	**13**	**699**	**13**	**712**
Prejuízo do exercício			(72)	(72)
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)	**13**	**699**	**(59)**	**640**
Lucro do exercício			250	250
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**13**	**699**	**191**	**890**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Gaia Securitizadora S.A. ("Companhia" ou "GaiaSec") foi constituída em 01 de setembro de 2005 e com sede na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, nº 633 - 8º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo - SP - Brasil, obteve seu registro na JUCESP em 29 de julho de 2005, para operar no mercado imobiliário brasileiro como uma sociedade securitizadora, adquirir recebíveis imobiliários e do agronegócio oriundos de originadores como construtoras, incorporadoras, revendas e produtores rurais, emitindo e colocando no mercado financeiro e de capitais os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI's) e os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA's) e, ainda, a realização de operações no mercado de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos imobiliários e do agronegócio. A Companhia registrou em 28 de julho de 2006 o registro, como companhia aberta, de número 2022-2 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), condição básica para o desenvolvimento dos negócios. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a administração alterou o objeto social da Companhia para que além da emissão de certificados de recebíveis imobiliários (CRI's), possam ser emitidos os certificados de recebíveis do agronegócio (CRA's). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram emitidos R$ 676.956 (seiscentos e setenta e seis milhões novecentos e cinquenta e seis mil reais) em certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio.

Data	Emissão / Série	Tipo Lastro	Montante total
Março-18	4ª/108ª e 180ª	Pulverizado	106.454
Maio - 18	4ª/101ª	Pulverizado	22.681
Julho-18	4ª/109ª e 110ª	Pulverizado	128.145
Julho-18	4ª/108º	Concentrado	103.442
Setembro-18	10º/1ª e 2ª	Concentrado	19.500
Dezembro-18	11ª/1ª, 2ª e 3ª	Pulverizado	298.734
			679.956

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Essas Demonstrações Financeiras estão também em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia para sua emissão no dia 8 de março de 2019.

3. Resumo das principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo, aplicadas de modo consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **(a) Base de mensuração:** As informações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) os instrumentos financeiros mensurados custo amortizado, (ii) instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR), e (iii) instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). **(b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As Demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. **(c) Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, fundos de investimentos e aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos exercícios. **(d) Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, que se baseiam na experiência histórica e expectativa de eventos futuros. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em exercício não superior a um ano. **(e) Ativos financeiros:** As informações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial: (i) os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, (ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR), e (iii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA). **i. Custo amortizado:** São os ativos mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e em termos contratuais dentro origem a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto (critério de "somente P&J"). O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A Receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. **ii. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir desconsamento contábil. Os ativos financeiros derivativos estão contemplados nesta categoria. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **iii. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de "somente P&J", ou seja, fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo o objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes. **(f) Passivos financeiros não derivativos:** São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação no qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos e sua baixa ocorre quando tem suas obrigações contratuais retratadas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Companhia tem as contas representativas de fornecedores e outras contas a pagar como passivos financeiros não derivativos. **(g) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "*impairment*"): Ativos financeiros:** São avaliados a cada data de apresentação, para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A redução do valor recuperável é calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição da perda de valor é registrada no resultado. **Ativos não financeiros:** O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. **(h) Outros ativos e passivos circulantes:** Os demais ativos e passivos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do seu ajuste para o valor justo ou de realização. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **(i) Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e perdas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que este método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada para os exercícios correntes e comparativos são as seguintes:

	Anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício ou quando há evidências de que o ativo imobilizado apresenta mudanças que possam indicar deterioração ou perda, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **(j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais, decisões judiciais favoráveis, transações em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito dos processos em que a Companhia questiona a inconstitucionalidade de impostos ou tributos. **(k) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$ 240 no exercício para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **(l) Resultado por ação:** Calculado de acordo com o CPC 41, o resultado básico e diluído por ação é obtido dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. **(m) Reapresentação de cifras comparativas: (i) Contas a receber de clientes:** Refere-se a saldo de R$ 843 de contas a receber de clientes das operações que passou por uma reclassificação dos valores a receber dos patrimônios separados **(ii) Prejuízos acumulados:** Refere-se de saldo de R$ (59) de perdas que se referiam ao patrimônio separado e foram reconhecidos no resultado da Emissora. Abaixo apresentamos o efeito financeiro dos ajustes mencionados.

	Saldos originalmente apresentados em 31 de dezembro de 2016	Ajuste	Saldos reapresentados em 01 de janeiro de 2017 (Reapresentado)
Ativo	**3.065**	**384**	**3.449**
Ativo circulante			
Contas a receber de clientes (i)	168	384	552
Patrimônio líquido	**329**	**384**	**712**
Prejuízos acumulados (ii)	(71)	84	13

(n) Apuração do resultado: A receita pela prestação de serviços de emissão e administração dos certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e de securitização de recebíveis e a execução dos serviços realizados até a data-base do balanço. **(o) Demonstrações de valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para companhias abertas, enquanto para IFRSs representam informação financeira suplementar.

4. Normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas: As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para exercícios contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2019. Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia. IFRS 16 - "Operações de arrendamento mercantil". A norma requer que os arrendatários reconheçam passivos de arrendamento relacionados a pagamentos futuros e o ativo de direito de uso para os contratos de arrendamento. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2019. A administração está avaliando as alterações introduzidas pela norma e não espera impactos significativos. IFRIC 23 – "Incertezas sobre tratamentos de Impostos sobre o Lucro". A norma procura esclarecer a contabilização de posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades fiscais. A administração está avaliando as alterações introduzidas pela norma e não espera impactos significativos. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Banco conta movimento	1.497	466
	1.497	**466**

Os títulos para negociação da Companhia são compostos por certificados de depósitos bancários (pós-fixados), Fundos de Investimentos DI e Certificados de Recebíveis Imobiliários cujo valor de custo atualizado desses títulos é o seu valor justo. A taxa média dos certificados de depósitos bancários é de 93% (93% em 31 de dezembro de 2017) da taxa dos títulos do interfinanceiros - DI, cujo vencimento é para setembro de 2021.

6. Aplicações financeiras

	2018	2017
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	680	823
	680	**823**

A taxa média para os Certificados de Recebíveis Imobiliários é de 12,5% a.a. mais a correção do IPCA, cujo vencimento é para 2021.

6.1. Hierarquias de níveis - Ativos e Passivos financeiros reconhecidos a valor justo: A mensuração da estimativa do valor justo por nível baseia-se na seguinte hierarquia: Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. Nível 2: Classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto. Nível 3: Mensuração do valor justo são as derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). A tabela a seguir apresenta hierarquia do valor justo dos "Títulos para negociação" mantidos pela Companhia:

Tipo de Instrumento	2018 Nível 1	2018 Nível 2	2018 Nível 3	2017 Nível 1	2017 Nível 2	2017 Nível 3
Certificados de depósitos bancários (VJR)	Valor justo	1.497	-	466	-	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários	Custo amortizado	680	-	-	823	-

6.2. Movimentação das aplicações financeiras

	2018	2017
Saldo inicial	**1.289**	**2.622**
Aplicações (resgate)	127	(2.252)
Receita financeira	771	920
Saldo final	**2.177**	**1.289**

7. Contas a receber de clientes: É constituído substancialmente por valores a receber em função da atividade de securitização em caráter de pagamentos e/ou adiantamentos às operações vinculadas ao Patrimônio Separado.

	2018	2017
Créditos de curto prazo (a)	284	839
Partes relacionadas	-	3
Outros	-	-
Total circulante	**284**	**842**

(a) Refere-se a clientes e valores pagos pela Companhia que serão rateados e recebidos proporcionalmente de cada operação de securitização ativa do patrimônio separado.

8. Impostos a recuperar

	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social a compensar (a)	264	260
Outros	26	19
	290	**278**

(a) Imposto de renda e contribuição social antecipados serão compensados através dos impostos devidos nas operações do exercício subsequente.

9. Imobilizado

Descrição	Taxas anuais depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	2018 Saldo líquido	2017 Saldo líquido
Móveis e utensílios	10	73	(45)	28	36
		73	**(45)**	**28**	**36**

10. Contas a pagar

	2018	2017
Contas a pagar (a)	16	-
Fornecedores	5	6
Salários a pagar	1	1
Adiantamento de clientes	-	4
	22	**20**

(a) Refere-se a despesas a pagar com auditoria, taxas, etc, R$ 16 (31 de dezembro de 2017 R$ 8).

11. Obrigações tributárias

	2018	2017
Pis e Cofins a recolher	18	2
IRRF a recolher (a)	-	3
CSRF a recolher (b)	18	5
ISS a recolher	1	4
IRFJ/CSLL a recolher	63	-
Outros	1	1
	100	**15**

(a) Refere-se substancialmente a imposto de renda retido na fonte incidentes sobre serviços tomados pela Companhia.

(b) Refere-se substancialmente a contribuições sociais retidas na fonte incidentes sobre serviços tomados pela Companhia.

12. Outras obrigações a pagar

	2018	2017
IRRF a resitbuir (a)	1.732	1.732
Total	**1.732**	**1.732**

(a) Referem-se ao montante a ser restituído pela Companhia do imposto de renda retido na fonte sobre a rentabilidade das aplicações financeiras registradas no patrimônio separado referente às operações de Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRIs.

13. Patrimônio líquido: Capital social: Em 31 de dezembro de 2018, o capital social é de R$ 699 (R$ 699 em 2017) dividido em 699.012 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo totalmente integralizadas. Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, o capital social era dividido da seguinte forma:

Acionistas	%	2018	2017	Ações
Gaiasec Assessoria Financeira Ltda.	99,99%	699.011	699.011	1
Outros (a)	0,01 %	1	1	699.011
Capital subscrito	**100%**	**699.012**	**699.012**	**699.012**

(a) Referem-se à participação do sócio João Paulo dos Santos Pacífico.

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reservas estatutárias:** O lucro líquido após as destinações de dividendos mínimos deverá ser destinado à reserva estatutária para a futura distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia. **Dividendos:** Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social da Companhia, um dividendo mínimo correspondente a 10% do lucro líquido apurado em cada exercício social, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 não houve distribuição de dividendos aos acionistas. **Lucro básico por ação:** De acordo com as normas do Comitê de Pronunciamento Contábil calculamos o lucro básico por ação aos acionistas, para cada exercício social, conforme demonstrado abaixo.

	2018	2017	01/01/2017
Lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	250	(72)	631
Média ponderada do número de ações durante o exercício	699	699	699
Lucro/(prejuízo) básico e diluído (R$)	0,3577	(0,1030)	0,9027

14. Receita líquida de prestação de serviços: A composição das receitas líquidas de prestação de serviços de securitização da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 encontra-se demonstrada a seguir:

	2018	2017
Receita bruta de prestação de serviço	724	156
Deduções da receita bruta (b)	(81)	(26)
Receita líquida de prestação de serviço	**643**	**130**

15. Outras receitas operacionais

A composição das outras receitas operacionais refere-se exclusivamente ao valor arrecadado pela recuperação de custo pelo serviço de banco liquidante, cobrado da Companhia pela instituição financeira nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 encontra-se demonstrada a seguir:

	2018	2017
Outras receitas (a)	246	259
Receita Líquida de Prestação de Serviço	**246**	**259**

(a) Refere-se a taxa de registro de pagamentos das operações que incidem quando há eventos de pagamento de investidor.

16. Despesas gerais e administrativas

	2018	2017
Despesas tributárias (c)	(443)	(579)
Despesas com pessoal	(161)	(98)
Perdas com depósitos	(123)	-
Despesas com utilidades e serviços	(112)	(105)
Despesas com anúncios e publicações/marketing	(74)	(154)
Despesas com aluguéis (b)	(65)	(72)
Despesas com serviços de pessoas jurídicas (a)	(53)	(230)
Associações	(34)	(36)
Taxas	(19)	(21)
Despesas com depreciações e amortizações	(8)	(9)
Diversas	-	(50)
Outros	(132)	(19)
	(1.224)	**(1.370)**

(a) refere-se substancialmente a serviços de consultoria contábil e jurídica, auditoria, entre outros. (b) refere-se substancialmente aluguel do estabelecimento e condomínio. (c) Refere-se substancialmente a IOF sobre aplicações financeiras.

17. Resultado financeiro: A composição das receitas financeiras, auferidas exclusivamente pelas aplicações em certificados de depósitos bancários e fundos de investimentos, e das despesas financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 encontram-se demonstrada a seguir:

	2018	2017
Receitas financeiras	771	920
Despesas financeiras	(23)	(11)
	748	**909**

18. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido: O cálculo da apuração do imposto de renda e a contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, encontra-se demonstrado a seguir:

Descrição	2018	2017
Lucro/(prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	413	(72)
Adições/(exclusões) permanentes	137	72
(a) Base de cálculo	**550**	**-**
(a) Adição/(exclusão) de IRPJ 15%	(82)	-
(a) Adição/(exclusão) de IRPJ 10%	(31)	-
(a) Adição/(exclusão) de CSLL 9%	(50)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(163)**	**-**

19. Partes relacionadas: (a) Participação acionária: A Companhia é controlada direta da Gaia Sec Assessoria Financeira Ltda. que, em 31 de dezembro de 2018, possui participação de R$ 699 (R$ 699 em 2017) do seu capital. **(b) Transações com partes relacionadas:** A Companhia informa não a competitividade de contratos de prestação de serviços relativos à estruturação e emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários que são firmados e representados, por seus controlador, pela Companhia e sua controladora Gaiasec Assessoria Financeira Ltda., cujas receitas de prestação de serviços e os seus respectivos custos são reconhecidos na Companhia ou em suas respectivas controladoras. Segue abaixo as transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	2018 Ativo (Passivo)	2018 Receita (Despesa)	2017 Ativo (Passivo)	2017 Receita (Despesa)
Rateio de Custos (a)	-	(212)	-	(155)
Contas a Pagar (b)	(35)	(39)	-	-
Contas a Receber	-	-	-	-
Total	**(35)**	**(212)**	**39**	**(155)**

(a) refere-se substancialmente ao rateio do custo do pessoal envolvido no processo de subscrição dos CRI's, uma vez que a Companhia utiliza a estrutura operacional de sua controladora GaiaSec Assessoria Financeira Ltda. (b) em 2018, refere-se substancialmente ao reembolso do pessoal envolvido no processo de subscrição dos CRI's apurado no trimestre findo em 31 de dezembro de 2018 com quitação prevista para setembro de 2018.

20. Remuneração de pessoal-chave da administração: A remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Companhia, para o exercício de 2018, foi estabelecida em R$ 0 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2017) e inclui honorários pagos mensalmente, remuneração anual a título de bônus por desempenho, encargos sociais incidentes sobre essas verbas e benefícios equivalentes àqueles disponibilizados para os demais executivos. Não é que se refere a remuneração fixa dos administradores foram estabelecidos na Reunião do Conselho de Administração realizada 22 em março de 2018, no montante global de R$ 11 (R$ 11 em 31 de dezembro de 2017), englobando, além da remuneração direta, os respectivos encargos.

21. Gerenciamento de riscos - Instrumentos financeiros: Instrumentos financeiros: As aplicações financeiras da Gaia Securitizadora S.A. são realizadas através dos ativos de Certificados de Depósitos Bancários - CDB pós fixados, fundos de investimento e CRI. **Instrumentos financeiros derivativos:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de dezembro de 2017, a Companhia não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **Política de gestão de riscos:** A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos corporativos e gestão de ativos e passivos financeiros, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instr

INPET BRASIL EMBALAGENS PLÁSTICAS S. A

CNPJ 06.539.526/0001-20

www.inpet.com.br

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço Patrimonial em 31/12/2017 e 31/12/2018

Ativo Circulante	2017	2018
Caixa / Bancos Conta Movimento / Aplicações Financeiras	347.162,71	1.578.781,59
Aplicações Financeiras Curto Prazo	488.187,94	903.042,81
Duplicatas a Receber	7.230.636,69	11.311.874,80
Estoques	4.114.521,92	7.733.117,96
Adiantamentos a Fornecedores	140.183,68	594.939,57
Adiantamento para Despesas	-	258.238,52
Impostos a Recuperar	1.020.917,49	790.765,67
Despesas Exercícios Seguintes	113.782,37	124.946,06
Total do Ativo Circulante	**13.455.392,80**	**23.295.707,58**
Ativo Não Circulante		
Imobilizado	19.013.490,99	22.160.517,41
Depreciação	(4.325.584,14)	(5.079.223,84)
Total do Ativo Não Circulante	**14.687.906,85**	**17.081.293,57**
Total do Ativo	**28.143.299,65**	**40.377.001,15**

Passivo Circulante

	2017	2018
Fornecedores Nacionais	381.972,79	188.289,69
Fornecedores Estrangeiros	22.630.572,36	10.581.919,32
Empréstimos e Financiamentos	-	7.649.623,59
Adiantamentos de Cliente	82.118,32	198.369,04
Contas a Pagar	2.095.377,96	2.056.412,07
Obrigações com Pessoal	374.802,03	328.447,02
Obrigações Sociais a Recolher	134.985,79	154.619,75
Obrigações Tributárias a Recolher	246.936,37	415.219,65
Provisão a Indenizar	68.394,23	41.399,21
Estoque de Terceiro	15.000,00	15.000,00
Total do Passivo Circulante	**26.030.159,85**	**21.629.299,35**
Passivo Não Circulante		
Empréstimos e Financiamentos	-	1.488.800,00
Total do Passivo Não Circulante	**-**	**1.488.800,00**
Patrimônio Líquido		
Capital Social Nacional	131.111,00	1.725.000,00
Capital Social Estrangeiro	12.980.000,00	15.525.000,00
Lucros / Prejuízos Acumuladas	(10.997.971,20)	8.901,80
Total do Patrimônio Líquido	**2.113.139,80**	**17.258.901,80**
Total do Passivo	**28.143.299,65**	**40.377.001,15**

Demonstração do Resultado

	2017	2018
Receita Operacional	74.492.722,71	94.040.386,53
(-) Impostos Incidentes sobre Vendas	(14.878.813,49)	(18.732.260,95)
Receita Operacional Líquida	**59.613.909,22**	**75.308.125,58**
Custos dos Produtos Vendidos	(54.845.951,38)	(69.075.961,27)
Lucro Operacional Bruto	**4.767.957,84**	**6.232.164,31**
Despesas Gerais:		
(-) - Despesas Administrativas	(3.664.324,20)	(4.158.770,84)
(-) - Despesas Comerciais	(105.450,42)	(155.339,24)
(-) - Despesas Financeiras	(182.558,82)	(329.847,90)
(-) - Despesas Com Filial SP	(434.248,08)	(578.025,70)
(-) - Despesas Com Filial PR	(45.694,90)	(47.901,44)
(+) - Deep com filial - Sorocaba	-	(161.788,76)
(+) - Despesas Financeiras	(2.388.033,88)	(7.217.434,30)
(+) - Receitas Financeiras	1.899.512,78	2.522.300,87
(+) - Resultado não Operacional	-	-
Resultado antes do IR e CS	**(152.839,68)**	**(3.894.643,00)**
Imposto de Renda:		
Lucro / (Prejuízo) do Exercício	**(152.839,68)**	**(3.894.643,00)**

Wagner Muraro
Diretor Executivo - CPF nº 472.131.918-53

Juliana Mascarenhas Cabriada
C.R.C. 1SP 258452/O-2 - CPF nº. 216.924.948-64

Notas Explicativas: Contexto operacional - A sociedade foi constituída em 03.06.2004 e tem por objeto predominante a comercialização e distribuição de embalagens plásticas, importadas ou produzidas localmente, a industrialização de resinas plásticas para confecção de embalagens plásticas com destinação múltipla, assim como o desenvolvimento de projetos e produtos correlatos. **Apresentação das demonstrações financeiras** - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das SA e suas alterações posteriores, em especial aquelas decorrentes da Lei 11.638/07.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros IV S.A.

CNPJ/MF nº 31.908.224/0001-20

Demonstrações Financeiras para o período de 23 de outubro de 2018 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2018 *(Valores expressos em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	Notas	2018
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3	530.296
Carteira de créditos	4	15.456.296
Total do ativo circulante		15.986.592
Total do ativo		15.986.592
Passivo e Patrimônio Líquido	**Notas**	**2018**
Passivo circulante		
Fornecedores	5	15.221
Obrigações tributárias	7	6.135
Partes relacionadas	8.1	2.132
Debêntures	8.2	83.835
Total do passivo circulante		107.323
Passivo não circulante		
Debêntures	8.2	15.924.990
Total do passivo não circulante		15.924.990
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		
Capital social	9.1	500
Prejuízos acumulados		(46.221)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(45.721)
Total do passivo e patrimônio líquido		15.986.592

Demonstração do Resultado

	Notas	Período de 23/10/2018 a 31/12/2018
Receita Operacionais		
Receitas de Prestação de Serviços	11	440.128
Custo dos serviços prestados	12	(385.381)
Resultado Bruto		54.747
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	13	(5.421)
Despesas tributárias		(1.674)
		(7.095)
Resultado operacional		47.652
Despesas financeiras	14	(93.873)
Resultado financeiro		(93.873)
(=) Resultado antes das provisões tributárias		(46.221)
Imposto de Renda e Contribuição Social		-
Prejuízo do período		(46.221)
Prejuízo básico por ação – Reais		-92,44200

Demonstração do Resultado Abrangente

	Período de 23/10/2018 a 31/12/2018
Prejuízo do período	(46.221)
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente do período	(46.221)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Integralização de capital	8.1	500	-	500
Prejuízo do período	–	–	(46.221)	(46.221)
Saldos em 31/12/2018		**500**	**(46.221)**	**(45.721)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Período de 23/10/2018 a 31/03/2018
Atividades operacionais	
Prejuízo do período	(46.221)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:	
Juros sobre as debêntures	83.835
Aumento/(redução) no ativo:	
Direitos realizáveis	(15.456.296)
Aumento/(redução) no passivo:	
Fornecedores	15.221
Obrigações tributárias	6.135
Partes relacionadas	2.132
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(15.432.808)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(15.395.194)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Integralização de capital	500
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento	500
Das atividades de financiamento	
Debêntures	15.924.990
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	15.924.990
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	530.296
Caixa e equivalentes de caixa	
No início do período	-
No final do período	530.296
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	530.296

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional – A Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros IV S.A. ("Companhia"), foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 23/10/2018. O objeto social da Companhia é a aquisição e securitização de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, e pelas demais entidades pertencentes ao seu conglomerado financeiro desde que enquadradas nos termos do artigo 1º da Resolução do CMN nº 2.686/00, (ii) a emissão e a colocação, junto aos investidores do mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. A Companhia foi constituída para adquirir e securitizar créditos financeiros inadimplentes acima de 180 dias, decorrentes da relação entre o Cedente (Credz Administradora de Cartões S.A) e os seus devedores, pessoas físicas titulares de créditos emitidos pelo Cedente Em 13/12/2018, a Companhia formalizou um instrumento jurídico para aquisição destes créditos financeiros, emitindo e integralizando 15.925 (quinze mil, novecentos e vinte e cinco) debêntures, sendo 10.630 (dez mil, seiscentos e trinta) debêntures da Série Sênior e 5.295 (cinco mil, duzentos e noventa e cinco) debêntures da Série Subordinada, no montante total de R$ 15.924.990,00 (quinze milhões, novecentos e vinte e quatro mil e novecentos e noventa reais), conforme nota explicativa nº 8.

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras e principais práticas contábeis adotadas – 2.1. Autorização: A autorização para a conclusão e apresentação das demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 29/03/2019. **2.2. Base de apresentação:** As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Board (IASB). As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3. Apuração do resultado:** As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados. **2.4. Imposto de renda e Contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento em que houver perspectiva consistente de sua realização. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros estão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.7. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: **(i)** Custo amortizado; **(ii)** Valor justo por meio do resultado; **(iii)** Valor justo por meio do resultado abrangente. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.7.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado. **2.7.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento:** Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo

2.7.4. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 16 – Arrendamento mercantile	Refere-se à definição e a orientação do contrato de arrendamento presente na IAS17.	Exercícios iniciados a partir de 01/01/2019 (equivalente a 1º/07/2019 para a Companhia).
CPC 47 – Receitas de contratos com clientes	Correlação ao normas internacionais de contabilidade – IFRS 15 – sobre o reconhecimento de receita em transações de contratos com clientes.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º/01/2018.
CPC 48 – Instrumentos Financeiros	Correlação ao normas internacionais de contabilidade – IFRS 9 – sobre Instrumentos Financeiros: classificação, mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º/01/2018.

Adicionalmente, não se espera que as novas normas ou modificações sejam tem um impacto significativo nas informações demonstrações financeiras da Companhia.

3.Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2018
Caixa e bancos conta movimento	530.296
Total	**530.296**

4. Recebíveis – De acordo com os termos e condições estabelecidos na Escritura, a carteira de crédito é constituída para a aquisição de direitos creditórios inadimplidos, com atrasos superiores a 180 dias contados da relação entre o Cedente e os seus devedores. **a) Descrição das características dos direitos creditórios:** Os direitos creditórios são oriundos de crédito da Companhia são oriundos de contratos de empréstimo, financiamento, cartões de crédito e créditos diretos ao consumidor celebrados entre o Cedente e seus clientes. **b) Critérios de elegibilidade e critérios de cessão:** Nos termos de estruturação da carteira de créditos cedidos ficou definido que somente poderiam ser cedidos a emissão de debêntures os créditos que atendam cumulativamente às seguintes condições: **(i)** Os Devedores dever ser pessoas físicas titulares de cartões de crédito emitidos pelo Cedente; **(ii)** Os Direitos de Crédito devedor estar vencidos e não pagos há mais de 180. **c) Transferência dos riscos e benefícios de propriedade:** Os direitos creditórios são adquiridos pela Companhia junto ao Cedente, de acordo com o Contrato de Cessão. **d) Composição dos recebíveis:** Em 31 de dezembro o saldo a seguir apresentava:

Descrição	2018
Carteira de crédito	15.456.296
Total	15.456.296

5. Fornecedores – Em 31/12/2018, o saldo se refere basicamente a montantes a pagar para prestadores de serviços no valor de R$ 15.221.

6. Partes relacionadas – 6.1. Transações com partes relacionadas

Descrição	2018
Travessia Asset Management	2.132
Travessia Assessoria Financeira Ltda.	-
Total	**2.132**

Movimente referente as operações de mútuo com empresa ligada para operações usuais de acordo com a avaliação da Administração. **6.2. Remuneração do pessoal-chave da administração:** Não houve remuneração paga a pessoal-chave da Administração no exercício de 31/12/2018.

7. Obrigações fiscais – Em 31 dezembro de 2018 as obrigações fiscais estão assim compostas:

Descrição	2018
IRRF s/ terceiros	1.496
CSRF a recolher	4.639
Total	**6.135**

8. Debêntures – De acordo com a Escrituração das Debêntures, a administração da Companhia visa capturar recursos no montante de 50.000.000 (cinquenta milhões de reais) com a integralização de 50.000 (cinquenta mil) debêntures, observado o disposto na Escritura respeito da possibilidade de distribuição parcial, sendo: **a)** A 1ª série (Sênior) será composta por 33.350 (trinta e três mil, trezentos e cinquenta debêntures Di; **b)** A 2ª série (Subordinada) será composta por 16.650 (dezesseis mil, seiscentos e cinquenta) debêntures DI. A Companhia integralizou até o fechamento deste relatório 10.630 debêntures da 1ª Série e 5.295 debêntures da 2ª série, seguindo a possibilidade de distribuição parcial dessa emissão. **8.1. Integralização das debêntures:** Em 13 dezembro de 2018, a Companhia fez a primeira emissão de debêntures no total de 15.925 (quinze mil, novecentos e vinte e cinco) debêntures, sendo 10.630 (dez mil, seiscentos e trinta) debêntures da Série Sênior e 5.295 (cinco mil duzentos e noventa e cinco) quantidade das debêntures da 1ª série, totalizando R$ 10.630.000 (dez milhões seiscentos e trinta mil reais), e 5.295 (cinco mil duzentos e noventa e cinco) quantidade das debêntures da 2ª série, totalizando R$ 5.294.990 (cinco milhões, duzentos e noventa e quatro mil e novecentos e noventa reais), para aquisição de créditos financeiros oriundos de operações de cartão de crédito do Cedente. **a) Remuneração** A 1ª série de debêntures possui juros remuneratórios correspondentes a 100% da Taxa DI, acrescida de sobretaxa de 5,5% ao ano. O cronograma de pagamentos é dividido em liquidação de juros e amortização do principal no vencimento. A 2ª série de debêntures possui juros remuneratórios correspondentes a 100% da Taxa DI, acrescida de sobretaxa de 7,0% ao ano. O cronograma de pagamentos é dividido em liquidação de juros e amortização do principal no vencimento. Os juros remuneratórios das debêntures, considerando a Data de Emissão (inclusive), os Recursos Remanescentes serão destinados integralmente para amortização antecipada obrigatória das Debêntures e, após o resgate integral das Debêntures da Primeira Série, para a amortização antecipada obrigatória das Debêntures da Segunda Série. **b) Risco de crédito:** Os direitos creditórios a serem adquiridos poderão não ser performados, o que poderá acarretar na insuficiência de montante para o pagamento integral das debêntures. As partes acordam que os pagamentos de juros e amortização das debêntures dependerão exclusivamente da performance dos direitos creditórios a serem adquiridos pela emissora. **c) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa:** Quando da aquisição dos direitos creditórios, a administração da Companhia irá efetuar as provisões de crédito de liquidação duvidosa em montantes que julgam ser suficientes para a cobertura de possíveis perdas. **8.2. Composição das debêntures:** Em 31/12/2018 o saldo das debêntures está assim apresentado:

	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Integralização de capital	8.1	500	-	500
Prejuízo do período	–	–	(46.221)	(46.221)
Saldos em 31/12/2018		**500**	**(46.221)**	**(45.721)**

	2018
Juros decorrentes da 1ª emissão de debêntures – Subordinada	30.071
Juros decorrentes da 1ª emissão de debêntures – Sênior	53.764
Total do passivo circulante	**83.835**
1ª Emissão de debêntures – Sênior	10.630.000
1ª Emissão de debêntures – Subordinada	5.294.990
Total do passivo circulante	**15.924.990**
Total	**16.008.825**

9. Patrimônio líquido – 9.1. Capital social: O capital social subscrito da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros IV S.A., em 31/12/2018, é de R$ 500, divididos em (quatrocentas) ações ordinárias todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria. Em 25/10/2018 o capital social foi totalmente integralizado pelos seus acionistas. **9.2. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensação de prejuízo e aumentar o capital. **9.3. Dividendos propostos:** Feitas as necessárias anotações dos lucros líquidos apurados no balanço anual deste exercício, o 25% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; • 25% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o disposto no art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição, como dividendo obrigatório, aos acionistas; • O saldo que se verificar após as destinações mencionadas terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais.

10. Provisão para contingências – A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31/12/2018 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda.

11. Receitas de Prestação de Serviços – Em 31/12/2018, o saldo referente as receitas de prestação de serviços é de R$ 440.128.

12. Custos gerais – No período de 31 dezembro de 2018 os custos dos serviços prestados estão assim compostos:

	23/10/2018 a 31/12/2018
Custos dos serviços prestados	(183.353)
Gestão de carteiras	(59.759)
Custodia de ativos das debêntures	(14.636)
Escrituração de Debêntures	(1.107)
Agente Fiduciário	(17.709)
Agente de liquidação	(1.660)
Anúncios e publicações	(10.257)
Honorário Advocatícios	(40.000)
Coordenador Líder	(22.136)
Cartório	(34.762)
Total	**(385.381)**

13. Despesas gerais e administrativas – No período de 31/12/2018 as despesas gerais, administrativas, tributárias e demais receitas, estão assim compostas:

	23/10/2018 a 31/12/2018
Assessoria contábil	(3.333)
Serviços pessoa jurídica	(2.300)
Mensageiros	(236)
Cartório	(222)
Material de escritório	(330)
Total	**(5.421)**

14. Despesas financeiras – No período de 31/12/2018 as despesas financeiras estão assim compostas:

	23/10/2018 a 31/12/2018
Despesas bancárias	(10.038)
Juros sobre as debêntures	(83.835)
Total	**(93.873)**

15. Instrumentos financeiros – A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias operacionais, visando segurança, rentabilidade e liquidez. **15.1. Valorização dos instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros ativos em 31 de dezembro 2018 são descritos a seguir: • Caixa e equivalentes de caixa: Nota Explicativa nº 3); o valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

16. Relação com auditores – A empresa de auditoria independente por nos contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o exercício social, além da auditoria externa.

17. Eventos subsequentes – Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após a data de encerramento do exercício findo em 31/12/2018.

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa – Diretor Presidente
Moacir Tendolini – Contador CRC 1SP 078.602/O3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros IV S.A.
São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros IV S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018, e suas respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 23/10/2018 (data de constituição da Companhia) a 31/12/2018, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros IV S.A.** em 31/12/2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 23/10/2018 (data de constituição da Companhia) a 31/12/2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas a seguir, e seguindo, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria ("PAA"): Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Títulos de renda fixa ("Debêntures"): Em 31/12/2018 a Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros I S.A. possui obrigações com debêntures no montante de R$ 16.008.824,70 mil, com as seguintes características: • A 1ª série de debêntures possui juros remuneratórios correspondentes a 100% da Taxa DI, acrescida de sobretaxa de 5,5% ao ano. O cronograma de pagamentos é dividido em liquidação de juros e amortização do principal no vencimento; • A 2ª série de debêntures possui juros remuneratórios correspondentes a 100% da Taxa DI, acrescida de sobretaxa de 7,0% ao ano. O cronograma de pagamentos é dividido em liquidação de juros e amortização do principal no vencimento. Os juros remuneratórios das debêntures, considerando a Data de Emissão (inclusive), os Recursos Remanescentes serão destinados integralmente para amortização antecipada obrigatória das Debêntures e, após o resgate integral das Debêntures da Primeira Série, para a amortização antecipada obrigatória das Debêntures da Segunda Série. **b) Risco de crédito:** Os direitos creditórios a serem adquiridos poderão não ser performados, o que poderá acarretar na insuficiência de montante para o pagamento integral das debêntures. As partes acordam que os pagamentos de juros e amortização das debêntures dependerão exclusivamente da performance dos direitos creditórios a serem adquiridos pela emissora. **c) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa:** Quando da aquisição dos direitos creditórios, a administração da Companhia irá efetuar as provisões de crédito de liquidação duvidosa em montantes que julgam ser suficientes para a cobertura de possíveis perdas. **8.2. Composição das debêntures:** Em 31/12/2018 o saldo das debêntures está assim apresentado:

demonstrações financeiras. Para dar auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros podem levar a Companhia a não mais ser manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de forma compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28/03/2019.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-031.269/O-1
Fábio Rodrigo Murabo – Contador CRC 1SP-212.827/O-5

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS APOSENTADOS DE CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Em cumprimento ao disposto no artigo 12º- letra "a" do Estatuto Social, o Presidente da Diretoria Executiva da Associação Paulista dos Aposentados de Cartórios Extrajudiciais - APACEJ convoca seus associados para participarem da Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia **10 DE ABRIL DE 2019**, na Sede Social, na Praça da Sé, 21- 11º andar conj. 1111/1112 – Centro de São Paulo, nesta cidade, **destinada à autorizar a APACEJ, na pessoa de seu presidente ou de quem o represente, a propor ações judiciais contra o IPESP – Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo, objetivando as reconposições de benefícios congelados anteriormente na Carteira de Previdência das Serventias, bem como o cumprimento da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 4420 e, ainda, propor em face da Fazenda do Estado de São Paulo, a correção dos informes de rendimentos anuais para declaração de imposto de renda.** A Assembleia terá início às 10:00 horas, com a presença de, no mínimo 2/3 de associados em primeira convocação. Não havendo quorum, a Assembleia será aberta no mesmo dia e local, meia hora após, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de associados, conforme dispõe o artigo 12º, parágrafo 2º do Estatuto. Será necessária a identificação do associado, o qual deverá estar em dia com suas contribuições. Reinaldo Aranha – Presidente da Diretoria Executiva.

Citação - Prazo 20 dias - Processo 0068449-24.2011.8.26.0002. O Dr. Claudio Salvetti Dangelo, Juiz de Direito da 3ª Vara Cível - Foro Regional II - Santo Amaro. Faz Saber a Maria Ivanilde Oliveira Bastos dos Santos, que o Condomínio Residencial Parque das Nações - Edifício Andorra, ajuizou uma ação de cobrança com Procedimento Sumário, convertido em Comum, objetivando condenar a ré ao pagamento de R$ 28.332,80 (09/2011), corrigidos e acrescido de encargos legais, referente às despesas condominiais do apartamento nº 94, da unidade autônoma, do condomínio autor, bem como as que se vencerem no curso do presente processo, custas, honorários e demais cominações. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (Art. 344 do NCPC). Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. B 30/03 e 02/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1031254-41.2018.8.26.0002 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). RAPHAEL AUGUSTO CUNHA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a J. H. Cruz Construções, CNPJ.06.121.802/0001-36, na pessoa de seu representante legal, que Construtora Tenda S/A e outra, ajuizou uma Ação com Procedimento Comum, objetivando condenar a ré ao pagamento R$ 451.247,84 (06/2018), corrigidos monetariamente, bem como a custas, honorários e demais cominações, referente ao débito dos valores despendidos pelas Autoras nas Reclamatórias Trabalhistas. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste, sob pena de ser considerada revel, ocasião que será nomeado curador especial (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelas autoras (Art. 344 do NCPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 13 de fevereiro de 2019. B 30/03 e 02/04

ED

Geru Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

CNPJ nº 21.976.484/0001-89

Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a Administração da Geru Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia") tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Colocamo-nos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se tiverem necessários. **1. Contexto organizacional:** A Geru Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. é uma companhia securitizadora de créditos financeiros, constituída na forma da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 2.686, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Resolução CMN 2.686/00"), com o objetivo exclusivo de aquisição de créditos oriundos de operações financeiras para posterior securitização desses créditos por meio da emissão de debêntures não conversíveis para distribuição pública ou privada nos mercados financeiro e de capitais do Brasil. Em 17 de setembro de 2018 foi deferido o registro de emissor de que trata a Instrução CVM nº 480/09, na categoria B. A Companhia tem por objeto social: (a) a aquisição e cessão de créditos financeiros; (b) a emissão e colocação, privada ou nos mercados financeiro e de capitais, de títulos de crédito e/ou valores mobiliários compatíveis com suas atividades; e (c) a realização de operações e prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos financeiros e emissões de títulos lastreados em tais créditos. A Companhia não possui sociedades controladas. Desde a sua constituição até a data do presente período, toda a receita auferida pela Companhia foi proveniente de operações realizadas no Brasil, sob inteiramente dependência de mercados estrangeiros. Em 31 de dezembro de 2018, o capital social é composto por 300.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal no montante de R$ 300 mil (300.000 ações ordinárias nominativas emitidas em 31 de dezembro de 2017). A controladora integral da Companhia é a Geru Holding Limited, sediada em Londres, Reino Unido. **Operações:** A Companhia atua na aquisição de direitos creditórios originados por meio da plataforma eletrônica da Geru Tecnologia e Serviços S.A. ("Geru Tecnologia" ou "Plataforma"), parte relacionada, e realiza tal aquisição com recursos captados por meio de emissão de debêntures. O valor integralizado por investidores é aplicado pela Companhia na compra dos direitos creditórios (cédulas de crédito bancário) por meio de endossos formalizados entre a Companhia e as instituições financeiras parceiras, que concedem as operações de crédito originadas pela Plataforma. As cédulas de crédito bancário emitidas pelos tomadores, além de servirem de

Balanços patrimoniais

Ativos	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	8	167.328	75.954
Empréstimos e recebíveis	9	252.372	103.869
Redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis	9	(185.259)	(55.619)
Outros ativos		213	369
Total do ativo circulante		234.654	124.573
Empréstimos e recebíveis	9	187.458	121.934
Total do ativo não circulante		187.458	121.934
Total do ativo		**422.152**	**246.507**
Passivos	**Nota**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Fornecedores e outras contas a pagar		189	723
Debêntures	10	242.014	113.749
Impostos a recolher		112	36
Total do passivo circulante		242.315	114.508
Debêntures	10	179.803	131.967
Total do passivo não circulante		179.803	131.967
Patrimônio líquido: Capital social	11	300	300
Prejuízos acumulados	11	(260)	(268)
Total do patrimônio líquido		**40**	**32**
Total do passivo e patrimônio líquido		**422.152**	**246.507**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Geru Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., "Companhia", foi constituída em 7 de julho de 2015. A Companhia é constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil com sua sede social localizada na Rua Inácio Pereira da Rocha, 514, Pinheiros, São Paulo, Capital. Em 17 de setembro de 2018 foi deferido o registro de emissor de que trata a Instrução CVM nº 480/09, na categoria B. A Companhia atua na aquisição e securitização de créditos financeiros, emissão e colocação, privada ou nos mercados financeiro e de capitais, de títulos de crédito e/ou valores mobiliários compatíveis com suas atividades, no segmento operacional de crédito pessoal; realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos financeiros e emissões de títulos lastreados em tais créditos. Os contratos de prestação de serviços relativos à avaliação, cobrança e renegociação dos créditos representados pela Cédulas de Crédito Bancário (CCB) são executados e/ou serviços S.A. ("Geru Tecnologia"), empresa do mesmo grupo econômico da Companhia. A Geru Tecnologia é subsidiária integral da Geru Holding Limited, controladora da Companhia, sediada em Londres, Reino Unido. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi autorizada pela Diretoria em 29 de março de 2019. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 6. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas, que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia, como provisão para perda na carteira de empréstimos e recebíveis, provisão para perda no prêmio das debêntures e provisão para contingências. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório. O custo histórico, geralmente, é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes de mercado na data de mensuração, independentemente de se o preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração nestas informações contábeis é determinado nessa base. **6. Pronunciamentos contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2018. a. Transição para o CPC 48 (Instrumentos Financeiros):** As principais mudanças identificadas em virtude da adoção do CPC 48 (Instrumentos Financeiros) estão relacionadas à classificação, mensuração e redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A Companhia aplicou, prospectivamente, os critérios aplicáveis ao CPC 48 (Instrumentos Financeiros) a partir de 1º de janeiro de 2018. Os efeitos estão apresentados nestas demonstrações financeiras, proporcionando maior clareza das informações. Não houve impactos no montante de patrimônio líquido (prejuízos acumulados), uma vez que a Companhia aplicava em suas políticas contábeis o modelo de perdas esperadas, no qual considerava premissas para eventos passados e condições atuais. **b. Classificação e mensuração dos ativos financeiros:** A Companhia realizou uma análise de seus modelos de negócios e das características dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, e as principais alterações decorrentes da adoção do CPC 48 (Instrumentos Financeiros) são: • As categorias de classificação de ativos financeiros Mantidos até o Vencimento, Disponíveis para Venda, Mantidos para Negociação e Empréstimos e Recebíveis deixaram de existir. • Foram introduzidas três categorias de mensuração de ativos financeiros: o Custo Amortizado: categoria utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. A tributidade dos ativos financeiros classificados anteriormente em Empréstimos e Recebíveis foi contabilizada nesta categoria. o Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: não houve classificação de ativos nessa categoria. o Valor Justo por meio do Resultado: categoria utilizada para ativos financeiros que não atendem aos critérios descritos acima. Caixa e Equivalentes de Caixa foram classificados nesta categoria. • As designações existentes de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado foram mantidas e não houve novas designações. • A Companhia mantive a classificação dos passivos financeiros inalterada, os quais permaneceram mensurados ao custo amortizado. **c. Redução ao valor recuperável (impairment):** Redução ao valor recuperável: Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. As principais mudanças na política de crédito da Companhia para redução ao valor recuperável estão listadas abaixo: O modelo de perda de crédito esperada inclui por exemplo, os critérios para classificação do ativo financeiro em três estágios: • Estágio 1 - Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses, aplicados para ativos financeiros sem problemas de recuperação de crédito. • Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do ativo financeiro: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente. • Estágio 3 - Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados neste estágio difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros: aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) e não ao valor contábil bruto. Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro pode ser movido para o estágio 2 e 3 podendo voltar para o estágio 1. A Companhia não revaloriza os tomadores com base no seu histórico de crédito após a aquisição dos CCBs assim, não há mudança no "rating" dos tomadores. A Companhia avalia a alteração no risco de inadimplência através da observação do comportamento destes tomadores ao longo do período sob análise, comparando as mudanças nas faixas de atraso com as respectivas probabilidades de perda por "rating", considerando estas informações como razoáveis e sustentáveis, dispondem sem custo ou esforço excessivos, como indicativo de aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Os percentuais estão definidos, conforme tabela abaixo e detalhes estão apresentados nota explicativa 9:

	A	B	C	D	E	Estágios
0 - 15 days	7,67%	18,06%	14,53%	20,7%	22,1%	Estágio 1
16 - 30 days	31,5%	32,8%	38,8%	45,8%	46,7%	Estágio 2
31 - 60 days	51,8%	48,4%	54,5%	59,4%	59,9%	Estágio 2
61 - 90 days	70,6%	67,6%	73,5%	74,7%	75,6%	Estágio 2
91 - 120 days	79,2%	76,6%	81,2%	82,4%	82,0%	Estágio 3
121 - 180 days	87,2%	82,4%	85,9%	87,8%	88,7%	Estágio 3
181 - 360 days	94,1%	96,5%	96,3%	95,7%	97,1%	Estágio 3
360 days	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	Estágio 3

7. Principais políticas contábeis: A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente desde o período apresentado nestas demonstrações financeiras. **(i) Caixa e equivalentes de caixa:** São ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, contas bancárias e investimentos financeiros de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original ou inferior a três meses e que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo. **(ii) Recebíveis de juros:** A receita de juros é calculada utilizando-se o método de juros efetivos, aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de ativos financeiros, exceto por ativos não comprados ou originados com problemas de recuperação de crédito, mas que, posteriormente, se tornaram ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito. **(iii) Provisão para perda:** Ativos financeiros sob operação de crédito como "não performado" se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atrasos de 90 ou mais. Neste caso, a apropriação de juros deixa de ser reconhecida. Os empréstimos e recebíveis incluem Cédulas de Crédito Bancário (CCBs), são adquiridos pela Companhia em caráter definitivo, inexigível e irretratável, sem coobrigação de cedente ou qualquer mecanismo de recompra das CCBs inadimplidos. A aquisição de tais empréstimos e recebíveis ocorrerá durante o período. O prazo de recuperação dos créditos é de 12 a 36 meses, a partir do mês de aquisição das CCBs e a taxa de retorno esperada não deve ser considerada como garantia de rentabilidade da carteira. **(iii) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável anual para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real do período. **(iv) Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou mantido ao valor justo. a. *Classificação e mensuração dos ativos financeiros:* Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros depende do modelo de negócio no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa. • Custo amortizado: o custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações pelas atualizações de juros ativos efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada. Estão classificados nesta categoria os Empréstimos e Recebíveis. • Valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes de mercado na data de mensuração. Estão classificados nesta categoria as Caixas e Equivalentes de Caixa. b. *Classificação e mensuração dos passivos financeiros:* Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado ou mantidos ao valor justo. Os seguintes passivos financeiros são classificados como custo amortizado: Fornecedores e Debêntures. **(v) Provisões:** As provisões são reconhecidas quando obrigações presentes (legal ou presumida) resultarem de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período, considerando- se os riscos e as incertezas relativas à obrigação. Os passivos contingentes registrados como provisões e os passivos contingentes são quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores. As contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e classificadas como • Prováveis: para as quais são constituídos passivos reconhecidos no balanço patrimonial na subrica Provisões. • Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações contábeis consolidadas, não sendo nenhuma provisão registrada. • Remotas: as quais não requerem provisão nem divulgação. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia figura como parte em processos judiciais com probabilidade de perda classificada como possível no valor de R$ 10. (R$nil em 2017). Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não há outros processos judiciais em que a Companhia figure como parte, portanto não foi constituída provisão para riscos.

8. Caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/2018	31/12/2017
Bancos conta-corrente	600	54
Aplicações financeiras - CDB	166.728	75.364
Total	**167.328**	**75.364**

Os CDBs e as aplicações financeiras compromissadas são de pós liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Estas aplicações financeiras são mensuradas pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Pelas características das aplicações, seus valores contabilizados não diferem dos valores de mercado. A remuneração média das aplicações financeiras foi equivalente a 99% (98% em 31 de dezembro de 2017) do

Demonstrações de resultados

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receita Operacional	13	100.783	40.516
Lucro bruto		100.783	40.516
Despesas gerais e administrativas	16	(4.700)	(1.800)
Recuperação de despesas	16	1.087	321
Provisão para redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis	16	(129.640)	(37.227)
Provisão de remuneração de debenturistas	16	129.640	37.227
Resultado antes receitas financeiras líquidas		**(3.170)**	**(39.003)**
Receitas financeiras	17	4.745	1.366
Despesas financeiras	17	(101.915)	(40.398)
Receitas financeiras líquidas		**(97.170)**	**(39.032)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2017	300	(268)	32
Saldo em 31 de dezembro de 2017	300	(268)	32
Saldo em 31 de dezembro de 2018	300	(268)	32

Certificado de Depósito Interfuncionário (DI). **9. Empréstimos e recebíveis:**

	31/12/2018	31/12/2017
Cédulas de crédito bancário - CCBs	439.870	225.803
Redução ao valor recuperável	(185.259)	(55.619)
Total	**254.610**	**170.184**
Circulante	67.112	48.250
Não circulante	187.498	121.934
Total	**254.610**	**170.184**

a. Movimentação dos empréstimos e recebíveis:

	Saldo em 31/12/2017	Juros e encargos	(Provisão)/ Reversão ao recuperável	Principal	Juros e encargos	Saldo em 31/12/18
CCBs - 1ª Emissão	794	478	(98)	(513)	(650)	11
CCBs - 2ª Emissão	2.898	869	70	(2.423)	(1.059)	355
CCBs - 3ª Emissão	9.471	2.561	(757)	(6.479)	(2.956)	1.840
CCBs - 4ª Emissão	29.216	6.820	(5.808)	(13.857)	(9.539)	6.832
CCBs - 5ª Emissão	123.227	32.401	(43.037)	(45.962)	(32.461)	34.168
CCBs - 6ª Emissão	4.578	52.060	(70.853)	(55.633)	(46.231)	125.366
CCBs - 7ª Emissão (d)		5.593	(9.157)	(1.692)	(1.691)	1.053
Total	**170.184**	**100.782**	**(129.640)**	**(126.559)**	**(96.591)**	**168.610**

	Saldo em 31/12/16	Saldo em 31/12/17	Amortização Principal	Amortização Juros e encargos	Amortização (Provisão) ao valor recuperável	Saldo em 31/12/18
CCBs - 1ª Emissão	7.049	841	(1.626)	(3.140)	(2.320)	794
CCBs - 2ª Emissão	9.730	2.593	(544)	(6.176)	(2.705)	2.898
CCBs - 3ª Emissão	7.956	7.004	(1.675)	(11.581)	(6.591)	9.471
CCBs - 4ª Emissão		14.315	(13.863)	(13.426)	(10.043)	29.216
CCBs - 5ª Emissão		15.923	(19.516)	(12.899)	(11.692)	123.227
CCBs - 6ª Emissão		20	(3)	(7)	(4)	4.578
Total	**24.735**	**40.746**	**(37.227)**	**(47.231)**	**(33.355)**	**170.184**

A carteira de empréstimos e recebíveis é composta por CCBs, instrumentos remunerados a juros prefixados com taxas que variam entre 2,00% e 5,00% ao mês. As CCBs estão vinculadas às emissões de debêntures (Nota Explicativa nº 10) e eventuais inadimplementos ou perdas efetivas são repassadas em sua totalidade às respectivas debêntures. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia constituiu R$ 137.386 (R$ 38.087 em 31 de dezembro de 2017), recursos para remuneração de reverteu provisões para perda no montante de R$ 7.746 (R$ 860 em 31 de dezembro de 2017). Não houve para antecipações de operações com vencimentos em aberto. *(i) CCBs - 7ª Emissão:* Em 31 de dezembro de 2018, as CCBs relativas à 7ª Emissão de Debêntures encontram-se em período de alocação, conforme descrito na Nota Explicativa nº 10. Durante esse período, todos os pagamentos recebidos de juros e encargos são remunerados dentro da própria emissão. **b. Redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis por estágio:**

	31/12/2018	31/12/2017
Redução ao valor recuperável - CCBs - 1ª Emissão - Estágio 1	(166)	(38)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 1ª Emissão - Estágio 2	(179)	(50)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 1ª Emissão - Estágio 3	(1.735)	(707)
Total redução ao valor recuperável - 1ª emissão	**(2.079)**	**(1.497)**
Redução ao valor recuperável - CCBs - 2ª Emissão - Estágio 1	(1.053)	(1.497)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 2ª Emissão - Estágio 2	(150)	(412)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 2ª Emissão - Estágio 3	(4.312)	(3.677)
Total redução ao valor recuperável - 2ª emissão	**(5.515)**	**(5.586)**
Redução ao valor recuperável - CCBs - 3ª Emissão - Estágio 1	(2.972)	(4.021)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 3ª Emissão - Estágio 2	(440)	(995)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 3ª Emissão - Estágio 3	(6.521)	(4.160)
Total redução ao valor recuperável - 3ª emissão	**(9.933)**	**(9.176)**
Redução ao valor recuperável - CCBs - 4ª Emissão - Estágio 1	(7.392)	(8.473)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 4ª Emissão - Estágio 2	(1.625)	(1.940)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 4ª Emissão - Estágio 3	(10.654)	(3.450)
Total redução ao valor recuperável - 4ª emissão	**(19.671)**	**(13.863)**
Redução ao valor recuperável - CCBs - 5ª Emissão - Estágio 1	(27.916)	(18.500)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 5ª Emissão - Estágio 2	(5.276)	(860)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 5ª Emissão - Estágio 3	(29.361)	(156)
Total redução ao valor recuperável - 5ª emissão	**(62.553)**	**(19.516)**
Redução ao valor recuperável - CCBs - 6ª Emissão - Estágio 1	(39.338)	(3)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 6ª Emissão - Estágio 2	(7.196)	-
Redução ao valor recuperável - CCBs - 6ª Emissão - Estágio 3	(24.322)	-
Total redução ao valor recuperável - 6ª emissão	**(70.856)**	**(3)**
Redução ao valor recuperável - CCBs - 7ª Emissão - Estágio 1	(8.648)	-
Redução ao valor recuperável - CCBs - 7ª Emissão - Estágio 2	(510)	-
Redução ao valor recuperável - CCBs - 7ª Emissão - Estágio 3	(9.158)	-
Total redução ao valor recuperável - 7ª emissão	**(17.316)**	**-**
Total redução ao valor recuperável - Estágio 1	(87.485)	(32.537)
Total redução ao valor recuperável - Estágio 2	(15.376)	(4.257)
Total redução ao valor recuperável - Estágio 3	(82.298)	(18.830)
Total redução ao valor recuperável	**(185.259)**	**(55.619)**

10. Debêntures:

	31/12/2018	31/12/2017
Debêntures - 1ª Emissão (a)	427	1.227
Debêntures - 2ª Emissão (a)	818	3.471
Debêntures - 3ª Emissão (a)	3.274	10.643
Debêntures - 4ª Emissão (b)	8.329	31.570
Debêntures - 5ª Emissão (b)	41.557	130.437
Debêntures - 6ª Emissão - Série Sênior (c)	112.759	48.542
Debêntures - 6ª Emissão - Série Subordinada (c)	21.812	19.833
Debêntures - 7ª Emissão - Série Sênior (c)	145.063	-
Debêntures - 7ª Emissão - Série Mezanino (f)	49.401	-
Debêntures - 7ª Emissão - Série Subordinada (g)	38.377	-
Total	**242.014**	**113.749**
Circulante	**179.803**	**131.967**
Não circulante	**242.014**	**245.716**

Os recursos obtidos por meio das emissões de debêntures foram destinados à aquisição de CCBs. As características de debêntures são segregadas fluticamente. Na hipótese de não realização dos créditos decorrentes das CCBs até a data de vencimento das mesmas, o pagamento das debêntures, poderá ocorrer, de acordo com os termos do inciso I do parágrafo único do art. 9º, da Resolução CMN nº 2.686, a critério da Companhia, em benefício desta, a cargo em pagamento aos debenturistas, de pleno direito e sem direito de regresso contra a Companhia, no limite e na proporção dos seus créditos, das CCBs ou realizados nos respectivos vencimentos. a. **Características das Debêntures:** Em 24 de agosto de 2018 foi emitida a 7ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em três séries, sendo duas de quantidade garantia e uma da espécie quirografária com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09. O valor total será de até R$ 300.000, com a emissão de 300.000 debêntures, sendo 180.000 integrantes da Série Sênior, 60.000 da Série Mezanino e 60.000 da Série Subordinada. Vencimento em 10 de outubro de 2022. Em 31 de dezembro de 2018, foram integralizadas, em duas tranches, o montante de R$ 150.701. Durante o período de alocação prioritária de recursos, não haverá pagamento aos debenturistas, e os pagamentos serão feitos mensalmente (principal e juros) após o período de Alocação de Recursos e o regime de amortização, conforme critérios destacados abaixo: I) amortização pro rata no sequencial e sem vencimento em função da ocorrência de Eventos de Desalavancagem e Realavancagem. • Independentemente do regime de amortização, durante os 4 primeiros pagamentos após o término do período de alocação, os recursos disponíveis serão utilizados para pagar apenas os debenturistas da primeira série. **b. Características das debêntures:** (i) As debêntures da 1ª e 2ª Emissão assegurarão aos debenturistas um prêmio de reembolso correspondente ao montante líquido recebido pela Companhia a título de pagamento das CCBs vinculadas à emissão e existentes na carteira da Companhia na data do respectivo pagamento ("Prêmio"), descontados os valores pagos pela Companhia a título de amortização extraordinária obrigatória, calculado desde a data de emissão ou a data de pagamento de prêmio imediatamente anterior, e será pago ao final de cada período de apuração. O pagamento do prêmio condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia. (ii) As debêntures da 6ª Emissão - Série Sênior assegurarão aos debenturistas, após o período de alocação prioritária de recursos, juros remuneratórios equivalentes a 175% e Depósitos Interfuncionários (DI). O prêmio pago em cada data de emissão ou a data de pagamento de prêmio imediatamente anterior, e será pago ao final de cada período de apuração. O pagamento dos juros remuneratórios condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia. (iv) As Debêntures da 7ª Emissão - Série Subordinada assegurarão aos debenturistas juros remuneratórios de 18% a.a., calculados apenas durante o período de alocação prioritária de recursos, ou seja, após o período de alocação prioritária de recursos, o seja, após o período de alocação prioritária de recursos, o seja, após o período entre a data da primeira integralização da Série Sênior até a data do seu efetivo pagamento, sendo esse período correspondente a 12 meses ou até a alocação de recursos. O pagamento dos juros remuneratórios condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia. (v) As Debêntures da 7ª Emissão - Série Mezanino assegurarão aos debenturistas, após o período de alocação prioritária de recursos, juros remuneratórios de 18% a.a., a ser pago mensalmente, calculado desde a data da primeira integralização da Série Mezanino até a data do seu efetivo pagamento, sendo esse período composto em até 12 meses ou até a alocação dos recursos. O pagamento dos juros remuneratórios condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia. (vi) As Debêntures da 7ª Emissão - Série Subordinada assegurarão aos debenturistas juros remuneratórios de 18% a.a. calculados apenas durante o período de alocação prioritária de recursos, ou seja, após o

Demonstrações dos fluxos de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício		
Ajuste p/ Prêmio das debêntures	100.783	40.516
Provisão para redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis	129.640	37.227
Provisão para perda no prêmio de debêntures	(129.640)	(37.227)
Variação no capital circulante:		
(Aumento) em empréstimos e recebíveis	(221.044)	(172.676)
(Aumento) redução em outros ativos	156	(68)
Aumento (redução) em fornecedores e outras contas a pagar	(532)	657
Aumento (redução) em impostos a recolher	76	27
Caixa utilizado nas atividades operacionais	**(120.561)**	**(131.542)**
Prêmio sobre as debêntures pago	(24.686)	(4.097)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	**(145.247)**	**(135.641)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recursos provenientes da emissão de debêntures	405.021	254.750
Pagamento de principal de debêntures	(168.400)	(54.963)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**236.621**	**199.787**
Aumento líquido em caixa e equivalentes caixa	**91.374**	**64.146**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	75.954	11.808
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	167.328	75.954

período entre data da primeira integralização da Série Subordinada até a data do seu efetivo pagamento, sendo esse período correspondente a 12 meses ou até a alocação dos recursos. Adicionalmente, após a amortização extraordinária de 98% do saldo principal, um prêmio de reembolso correspondente ao montante líquido recebido pela Companhia a título de pagamento das CCBs vinculadas à emissão e existentes na carteira da Companhia na data do respectivo pagamento ("Prêmio") descontados os valores pagos pela Companhia a título de amortização extraordinária obrigatória, e juros remuneratórios e amortização de principal da Série Sênior e Mezanino, calculado desde a data de emissão ou a data de pagamento de prêmio imediatamente anterior, e será pago ao final do período de apuração. O pagamento do prêmio condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia e a amortização e remuneração da Série Sênior e Mezanino. c. **Vencimento das debêntures:** A perspectiva de pagamentos das debêntures são conforme segue:

Série	Vencimento	2018	2019	2020	2021	Total
Debêntures - 1ª Emissão	Única 07/07/2019	427	-	-	-	427
Debêntures - 2ª Emissão	Única 07/12/2019	818	-	-	-	818
Debêntures - 3ª Emissão	Única 04/07/2020	3.227	47	-	-	3.274
Debêntures - 4ª Emissão	Única 01/11/2020	6.800	1.529	-	-	8.329
Debêntures - 5ª Emissão	Única 16/11/2020	29.219	12.328	10	-	41.557
Debêntures - 6ª Emissão	Sênior 16/11/2021	63.092	40.029	9.638	-	112.759
Debêntures - 6ª Emissão	Subordinada 16/11/2021	12.205	7.743	1.864	-	21.812
Debêntures - 7ª Emissão	Sênior 10/10/2022	66.777	56.355	21.874	57	145.063
Debêntures - 7ª Emissão	Mezanino 10/10/2022	22.741	19.192	7.449	19	49.401
Debêntures - 7ª Emissão	Subordinada 10/10/2022	17.666	14.909	5.787	15	38.377
Total		**222.972**	**152.132**	**46.622**	**91**	**421.817**

d. **Cláusulas de vencimento antecipado:** As debêntures, reunido em Assembleia Geral de Debenturistas, poderão declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da emissora, na ocorrência de eventos de inadimplemento, conforme estipulado na escritura. Da 1ª à 5ª Emissão não há exigência de manutenção de índices financeiros. Em relação à 6ª e 7ª Emissão, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, poderão declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da emissora, na ocorrência de eventos automáticos como: • Criação de ônus ou gravames sobre os Direitos Creditórios Cedidos; • Descumprimento de obrigações pecuniárias, não sanado em três dias úteis; • Insolvência; • Cessação de atividades empresariais; • Índices financeiros de cobertura abaixo de 1.00. Em relação à 6ª Emissão, o Índice de Cobertura deverá ser calculado pro forma o pagamento das Debêntures. Saldo devedor das CCBs multiplicado pelo fator de ponderação de 70%, somado ao valor das disponibilidades e dividido pelo saldo das debêntures da primeira série. Em 31 de dezembro de 2018, o Índice de Cobertura era de 1,12. Em relação à 7ª Emissão - Série Sênior, o Índice de Cobertura I deverá ser calculado pro forma o pagamento das Debêntures: Saldo devedor das CCBs multiplicado pelo fator de ponderação de 80%, somado ao valor das disponibilidades e dividido pelo saldo das debêntures da Série Sênior em circulação, calculados após o primeiro mês completo de alocação. Em 31 de dezembro de 2018, o Índice de Cobertura I era de 1,38. Em relação à 7ª Emissão - Série Mezanino, o Índice de Cobertura II deverá ser calculado pro forma o pagamento das Debêntures: Saldo devedor das CCBs multiplicado pelo fator de ponderação de 80%, somado ao valor das disponibilidades e dividido pelo saldo das debêntures da Série Sênior somado às debêntures da Série Mezanino em circulação, calculados após o primeiro mês completo de alocação. Em 31 de dezembro de 2018, o Índice de Cobertura II era de 1,46. e. **Cessão fiduciária em garantia:** A Companhia, de acordo com os contratos de cessão fiduciária da 6ª e 7ª Emissão de Debêntures, irrevogavelmente transfere para a Inbalidade das Debêntures da 6ª e 7ª Emissão de Debêntures, a propriedade fiduciária, a domínio resolvível e a posse indireta de todos os direitos

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros I S.A.

CNPJ/MF nº 28.758.267/0001-61

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 *(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

Balanços Patrimoniais

Ativo	Notas	2018	2017
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	30.625.712	29.599.085
Carteira de créditos	–	–	–
Impostos a recuperar	–	5.402	–
Total do ativo circulante		**30.631.131**	**29.599.085**
Total do ativo		**30.631.131**	**29.599.085**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2018	2017
Passivo circulante			
Contas a pagar	5	10.800	24.110
Obrigações tributárias	6	1.622	17.180
Partes relacionadas	4.1	1.179	12.169
Debêntures	7	3.542.295	27.494
Total do passivo circulante		**3.555.896**	**80.953**
Passivo não circulante			
Debêntures	7	30.000.000	30.000.000
Total do passivo não circulante		**30.000.000**	**30.000.000**
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Capital social	8.1	1.000	1.000
Prejuízos acumulados		(2.925.765)	(482.868)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**(2.924.765)**	**(481.868)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**30.631.131**	**29.599.085**

Demonstrações do Resultado

	Notas	2018	Período de 06/09/2017 a 2017
Custo dos serviços prestados	10	(541.352)	(269.517)
Prejuízo bruto		**(541.352)**	**(269.517)**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	(221.514)	(201.040)
Despesas tributárias		(2.926)	–
		(224.440)	(201.040)
Resultado operacional		**(765.792)**	**(201.040)**
Receitas financeiras	3 e 12.1	1.838.682	15.292
Despesas financeiras	12.2	(3.515.777)	(27.603)
Resultado financeiro		**(1.677.095)**	**(12.311)**
Prejuízo do exercício/período		**(2.442.887)**	**(482.868)**
Prejuízo básico por ação – Reais		-2.442,8870000	-482,86800

Demonstrações do Resultado Abrangente

	2018	Período de 06/09/2017 a 2017
Prejuízo do exercício/período	(2.442.897)	(482.868)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	**(2.442.897)**	**(482.868)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)

	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Integralização de capital	8.1	1.000	–	1.000
Prejuízo do período	–	–	(482.868)	(482.868)
Saldos em 31/12/2017		**1.000**	**(482.868)**	**(481.868)**
Prejuízo do exercício	–	–	(2.442.897)	(2.442.897)
Saldos em 31/12/2018		**1.000**	**(2.925.765)**	**(2.924.765)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	2018	Período de 06/09/2017 a 2017
Atividades operacionais		
Prejuízo do período	(2.442.897)	(482.868)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidadesgeradas pelas atividades operacionais		
Juros sobre as debêntures	3.514.801	27.494
Aumento(redução) no ativo:		
Impostos a recuperar	(17)	–
	(5.402)	–
Aumento(redução) no passivo:		
Contas a pagar	(13.310)	24.110
Obrigações tributárias	(15.558)	17.180
Partes relacionadas	(10.990)	12.169
Fluxo de caixa líquido proveniente das (aplicado em) atividades operacionais	**(45.277)**	**53.459**
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades operacionais	**1.026.627**	**(401.915)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Integralização de capital	–	1.000
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento	**–**	**1.000**
Das atividades de financiamento		
Debêntures	–	30.000.000
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	**–**	**30.000.000**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**1.026.627**	**29.599.085**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício/período	29.599.085	–
No final do exercício/período	30.625.712	29.599.085
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**1.026.627**	**29.599.085**

dos serviços prestados estão assim compostos:

Descrição	**2018**	**Período de 06/09/2017 a 2017**
Gestão de carteiras	(413.504)	(219.517)
Custo emissão das debêntures	–	(50.000)
Custo Cetip	(6.232)	–
Escrituração de Debêntures	(33.500)	–
Agente Fiduciário	(22.589)	–
Consultoria	(65.527)	–
Total	**(541.352)**	**(269.517)**

11. Despesas gerais e administrativas – No exercício de 31/12/2018 e no período de 06/09/2017 a 31/12/2017, as despesas gerais e administrativas estão assim compostas:

	2018	**Período de 06/09/2017 a 2017**
Auditoria e Assessoria contábil	(109.000)	–
Cartório	(1.390)	(16.912)
Serviços prestados – Pessoa Jurídica	(7.337)	(1.630)
Anúncios e publicidade	(974)	(22.489)
Publicidade e propaganda	(80.200)	–
Mensageria	(1.119)	–
Representante commercial	(19.034)	–
Honorário advogatícios	–	(159.830)
Outras despesas operacionais	(2.460)	(188)
Total	**(221.514)**	**(201.040)**

12. Receitas e despesas financeiras – No exercício de 31/12/2018 e no período de 06/09/2017 a 31/12/2017, as receitas e despesas financeiras estão assim compostas:

	2018	**Período de 06/09/2017 a 2017**
12.1. Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.838.288	15.292
Receita de juros s/carteira de crédito	394	–
Total	**1.838.672**	**15.292**
12.2. Despesas financeiras	**2018**	**Período de 06/09/2017 a 2017**
Despesas bancárias	(976)	(1109)
Juros sobre as debêntures	(3.514.801)	(27.494)
Total	**(3.515.777)**	**(27.603)**

13. Instrumentos financeiros – A Companhia realizou operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais. A administração desses riscos está realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando segurança, rentabilidade e liquidez.

13.1. Valorização dos instrumentos financeiros – Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia são representados por R$ zero e R$ zero, equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 3): o valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras; • Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 3). A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos. **14. Relação com auditores –** A empresa de auditoria independente por nos contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o exercício social, além da auditoria externa. **15. Eventos subsequentes** – Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após a data de encerramento do exercício findo em 31/12/2018.

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa – Diretor Presidente
Moacir Tendolini – Contador CRC 1SP 078.602/O3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros I S.A.** São Paulo-SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros I S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros I S.A.** em 31/12/2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pelas auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com esses normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Asuntos de Auditoria ("PAA"):** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Títulos de renda fixa ("Debêntures"):** Em 31/12/2018 a Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros I S.A. possui obrigações com debêntures no montante de R$ 33.542.295 mil, com as seguintes características: Juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias das taxas do Depósitos Interfinanceiros (DI) de um dia, calculada e divulgada diariamente pela B3 no informativo diário, acrescida de spread (sobretaxa) de 5% ao ano, base de 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e acumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Em resposta ao risco significativo de conflitos identificados, mapeamos os processos e as atividades de controles implementados pela Securitizadora, e efetuamos procedimentos específicos de auditoria, que incluíram, dentre outros: • Análise do instrumento particular de escritura da 1ª emissão de debêntures simples; • Análise da valorização debenture; • Avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras. Com base no resultado de auditoria obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que são aceitáveis as metodologias utilizadas para avaliação do valor justo dos investimentos de ações ordinárias, nominais e sem preferência, nominais, por meio de deliberação de Assembleia Geral, nos termos do Artigo 168 da Lei nº 6.404/76. **8.2. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **8.3. Dividendos propostos:** Feitas as necessárias anotações dos lucros líquidos apurados no balanço anual deduzir-se-ão: • 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; • 25% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o disposto no art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição, como dividendo obrigatório, aos acionistas; • O saldo que se verificar após as destinações mencionadas terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais. **9. Provisão para contingências –** A Companhia não tem conhecimento e nem registros em 31/12/2018 de processos para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda. **10. Custos gerais –** No exercício de 31 dezembro de 2018 e no período de 06/09/2017 a 31/12/2017, os custos

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa – Diretor Presidente
Moacir Tendolini – Contador CRC 1SP 078.602/O3

Córsega Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF nº 13.159.761/0001-32 - NIRE 35.225.026.898

Extrato da Ata da Reunião de Sócios

Data, Hora e Local: 28/03/2019, às 10 horas, na sede social, na Rua do Rócio, nº 109, 3º andar, Sala 01, Parte, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa: Miguel Maia Mickelberg** - Presidente; **Sandra Eethy Attie Petzenbaum** - Secretária. **Deliberações Aprovadas:** 1. Redução do capital social em R$ 1.600.000,00, considerados excessivos em relação ao objeto, com o cancelamento de 1.600.000 quotas, com valor nominal de R$1,00 cada, todas da sócia **Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações** a qual receberá com expressa anuência da sócia **Cybra de Investimento Imobiliário Ltda.** o valor da redução em moeda corrente do país, a título de restituição do valor das quotas descontadas. O capital social passa **de** R$ 3.491.055,00 **para** R$ 1.891.055,00 dividido em 1.891.055 quotas. 2. Autorizar os administradores a assinar os documentos necessários. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 28/03/2019. **Sócios: Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações e Cybra de Investimento Imobiliário Ltda** ambos por Miguel Maia Mickelberg e Sandra Eethy Attie Petzenbaum

EDITAL DE INTIMAÇÃO- PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0028954-26.2018.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernanda de Carvalho Queiroz, na forma da Lei, FAZ SABER a(o) L M J CURAÇAO PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA ME, CNPJ 10.906.787/0001-08, que a ação de Cobrança, de Procedimento Comum, ajuizada por Madras Editora Ltda, foi julgada procedente, condenando-a ao pagamento da quantia de R$ 13.965,55 (agosto de 2018). Encontrando-se a executada em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia supra, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, nomeando-se no caso do silêncio Curados Especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 30/03 e 02/04/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O **Sindicato dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo,** CNPJ nº 43.650.175/0001-57, registrado no MTE sob n.º 24.000.006.051/9, faz saber ao TJSP que deverá proceder o desconto de um dia de trabalho de todos os Oficiais de Justiça, a título de Contribuição Sindical estabelecida no artigo 8º, inciso IV, da CF/88, c/c art. 149 , em cumprimento ao V. Acordão, transitado em julgado, vigente, proferido nos autos RMS nº 38.416-SP. O desconto da contribuição deverá ser efetuado na folha de pagamento e recolhido através da Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical do Sindicato requerente até 30-04-2019 na Caixa Econômica Federal. São Paulo, 28 de Março de 2019. Daniel Franco do Amaral - Presidente. 29/03, 01 e 02/04

COMUNICADO A PRAÇA

LIGIA RESSTOM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, com sede em São Paulo Capital, à Rua Professor Artur Ramos nº 350 – Bloco F – Apto 1701 – Sala 02 – Jardim Paulistano – São Paulo – SP – CEP 01454-010, registrado na JUCESP sob nº 3521966947 em sessão de 10/02/2005, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.247.086/0001-09, através de sua sócia e administradora LIGIA MARIA RESSTOM, maior, brasileira, divorciada, arquiteta, portadora da cédula de identidade RG 5.896.456-3 SSP/SP e CPF 934.038.368-00, residente e domiciliada nesta cidade de São Paulo, Capital, a Rua Prof. Artur Ramos, nº 350 -bloco F – apto. 1701, Jardim Paulistano, CEP. 01454-010, COMUNICA A PRAÇA a REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL que era no valor de R$ 3.217.701,00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e setecentos e um real) para o valor de R$ 2.143.777,00 (dois milhões, cento e quarenta e três mil e setecentos e setenta reais), conforme alteração contratual datada de 28/03/2019.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1003040-76.2014.8.26.0003 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Marcelo Tadeu Cometti, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a ESTEVAM JOSÉ DIAS 08698499805, CNPJ 12.768.999/0001-00, na pessoa de seu representante legal e a Estevam José Dias, CPF 086.984.998-05, que Banco Bradesco S/A, ajuizou uma ação de Execução de Título Extrajudicial, para cobrança de R$ 50.763,23 (03/2015), referente ao saldo devedor da Cédula de Crédito Bancário (nº 5.727.233). Encontrando-se os executados em lugar ignorado, foi deferida a CITAÇÃO por EDITAL, para que em 03 dias, paguem o débito atualizado no valor de R$ 50.763,23 (03/2015), referente ao saldo devedor da Cédula de Crédito Bancário (nº 5.727.233). Advertindo-se os executados, que no prazo de 15 dias, embargarem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, atualizadas, prazos estes que começarão a fluir após os 20 dias supra, sob pena de não fazendo, ser convertido em penhora o bloqueado efetuado sobre o valor de R$ 732,31, depositados no Banco do Brasil S/A, ag. 5905-6 Poder Judiciário, presumindo-se aceitos os fatos, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257 § - IV). Será o presente edital, afixado e publicado. NADA MAIS. B 29 e 30/03

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1070307-31.2015.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 31ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) LUNDIANUVA PROTEÇÃO Brasileiro 53.107.394/0001-07, CMP 890.737.007-04, que lhe foi proposta uma ação de Cobrança de Procedimento Comum por parte de Sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital Sírio Libanês, alegando em síntese: objetivando condenar a ré ao pagamento de R$ 41.552,65 (06/2015), corrigidos e acrescido de encargos legais, referente ao débito das Notas-fiscais de serviço nº 0082119900862516101019210 - 010485505 - 010564791010603540 - 010606031 - 010600736. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel (art. 257, inciso IV, do CPC), caso em que será nomeado curador especial, presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (Art. 344 do NCPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. B 29 e 30/03

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1014790-70.2017.8.26.0003 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Marco Antonio Botto Muscari, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a FERNANDO CESAR DA PAIXAO, CPF 038.322.598-13, que SPE Monte Azul Continuação Ltda., ajuizou uma ação de Execução de Título Extrajudicial, para cobrança de R$ 517.738,10 (02/2019), referente ao débito do Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças. Estando o executado em local ignorado, foi deferida a citação por edital, para que, no prazo de 3 dias, pague a quantia supra, devidamente atualizada, acrescido de juros e correção monetária, bem como honorários advocatícios fixados em 10% sobre o total do débito atualizado, anotando-se que, efetuado o pagamento no prazo de 03 dias, a verba honorária será reduzida à metade, bem como o direito de efetuar o pagamento parcelado, a fluir após o prazo supra, para oferecer embargos, facultando o executado nesse prazo, reconhecendo o crédito da exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, mais custas e honorários, requerer o pagamento do saldo em 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (Art. 344 do NCPC). Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. B 29 e 30/03

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1002546-82.2013.8.26.0704. A MM. Juíza de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional XV - Butantã, Estado de São Paulo, Dra. Mônica de Carvalho Tomaz Perez Reis Lobo, na forma da lei, **FAZ SABER** a(o) **DOUGLAS CLEITON RODRIGUES**, RG 28686441, CPF 297.978.948-86, que lhe foi proposta uma ação de **Procedimento Comum** por parte de **FRANCISCO MANOEL DA CUNHA**, alegando ter sido vítima de relativamente capaz em compra de um veículo por intermédio do e-mail: gomes.silva2473@hotmail.com, vendedor Assis Gomes ou Silvia, pelo valor de R$ 85.000,00, valor este depositado na conta corrente de Wellington da Silva Santos, junto ao Banco do Brasil S.A, Agência 5954, C.C 32604-6, ato continuo este alegou que a transferência para a conta corrente do requerido Douglas Costa Rodrigues na importância de R$ 60.000,00, junto ao Banco do Brasil S.A, Agência, 1485-9, C.C 12018-8, sendo que o mesmo sacou R$ 15.000,00, restando apenas R$ 45.000,00 do dinheiro pertencente ao requerente, ora bloqueado. Requer seja mantida a liminar concedida, declarando a existência do direito do requerente a proceder a retirada de seu dinheiro, bloqueado nas contas do requerido e demais custas e honorários advocatícios. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de S.P. aos 07 de fevereiro/2019.

Programa de reconhecimento facial será ampliado no Rio

O governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, anunciou na sexta-feira (29) a ampliação do programa de reconhecimento facial e de leitura de placas de veículos, cujo projeto-piloto foi iniciado em Copacabana, zona sul da capital, durante o carnaval.

Essa nova etapa do projeto será iniciada em quatro meses. Além de Copacabana, que terá o número de câmeras ampliadas de 34 para 140, serão monitorados o Maracanã e o Aeroporto Santos Dumont.

"Segurança pública é a nossa prioridade. O teste do programa de reconhecimento facial foi um sucesso durante o carnaval. Foram oito mandados de prisão cumpridos em apenas dez dias. Agora, teremos um novo projeto-piloto e vamos ampliar para as regiões do Maracanã e do Aeroporto Santos Dumont", reforçou o governador.

Expertise

O secretário de Estado de Polícia Militar, coronel Rogério Figueredo de Lacerda, mostrou otimismo em relação à nova fase do projeto, devido à expertise adquirida pelos policiais militares durante o carnaval. "Durante o carnaval, foi possível fazer uma série de ajustes. Por isso, acho que os resultados dessa segunda etapa serão ainda mais positivos", manifestou Figueredo.

Caso seja aprovado, o novo projeto-piloto servirá de base para o termo de referência de uma futura licitação. A gestão operacional do sistema ficará restrita ao governo do estado, que terá o controle do banco de dados.

O programa envolve o envio de informações em tempo real para uma central instalada no Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), onde as imagens faciais e das placas dos veículos são analisadas por operadores, que utilizam os bancos de dados da Polícia Civil e do Departamento Estadual de Trânsito (Detran).

Durante o carnaval, quatro pessoas com mandados de prisão expedidos foram presas, um menor, que deveria estar cumprindo medidas sócios-educativas, apreendido e um carro roubado foi recuperado. (Agencia Brasil)

FALECIMENTO

Em conformidade à Lei nº 8.501/92 e item 96.3 das Normas da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo, comunica-se a quem possa interessar, que um cadáver, até a presente data não reclamado, grupo étnico branco, medindo 1,72m de comprimento, 53 anos, tido como **FRANKLIN AVANTE GARCIA,** com as respectivas vestes, está sob a guarda da **FACULDADE SANTA MARCELINA - CURSO DE MEDICINA** - para eventual reconhecimento. O falecimento ocorreu no Hospital Municipal do Tatuapé, na Capital de São Paulo, em 08/04/2017. Informações na Faculdade com o responsável, Sr. Thiago Ranzani da Costa, de 2ª a 6ª feiras, no telefone nº (11) 2217-9110 c 9105. A lavratura do assento do óbito será realizada no Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 27º Subdistrito - Tatuapé - da Comarca da Capital de São Paulo. **Declaração de Óbito: 2885691-4.**

FALECIMENTO

Em conformidade à Lei nº 8.501/92 e item 96.3 das Normas da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo, comunica-se a quem possa interessar, que um cadáver, até a presente data não reclamado, grupo étnico pardo, medindo 1,72m de comprimento, 53 anos, tido como **ANISIO DOS SANTOS BENEDITO,** com as respectivas vestes, está sob a guarda da **FACULDADE SANTA MARCELINA - CURSO DE MEDICINA** - para eventual reconhecimento. O falecimento ocorreu no Hospital Municipal Planalto Waldomiro de Paula, Itaquera, na Capital de São Paulo, em 04/06/2017. Informações na Faculdade com o responsável, Sr. Thiago Ranzani da Costa, de 2ª a 6ª feiras, no telefone nº (11) 2217-9110 c 9105. A lavratura do assento do óbito será realizada no Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Nota do Distrito de Itaquera, da Comarca da Capital de São Paulo. **Declaração de Óbito: 2885691-8.**

RAICHER LEIÕES GESTOR DE LEILÕES, através do Leiloeiro contratado SAMI RAICHER - Leiloeiro Oficial, inscrito na JUCESP 930, com endereço comercial na Rua João Manuel nº 222, Sala 10.108, Jardim Paulista, São Paulo/SP, devidamente autorizado pela credora fiduciária **PHASER INCORPORAÇÃO SPE S/A**,inscrita no **CNPJ nº. 12.141.557/0001-21**, com sede nesta Capital, na Avenida República do Líbano, 1.901, 1º 1921, Ibirapuera, CEP: 04501-000, nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda com Alienação Fiduciária em Garantia, lavrada em 14/03/2017, pelo 27º Tabelião de Notas da Capital, Livro nº 2332, Folhas nº 341/350, no qual figura como devedora **CRISTIANE DA SILVA WONG, brasileira, solteira, maior, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 22.169.676-0-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 191.077.388-38, residente e domiciliada na Avenida Rio Branco, 399 – apto 42, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01205-000**, levará à PÚBLICO LEILÃO, de modo presencial nos termos da Lei nº. 9.514/97, artigo 27 e parágrafos,no dia **15/04/2019 às 10h00min**, no escritório do leiloeiro na Rua João Manuel 222, Sala 10.108, Jardim Paulista- São Paulo/SP em PRIMEIRO LEILÃO, caminhe mínimo igual ou superiora **R$667.342,15(seiscentos e sessenta e sete mil e trezentos e quarenta e dois reais e quinze centavos)**- imóvel abaixo descrito e caracterizado com propriedade consolidada em nome da credora fiduciária, constituído por IMÓVEL:**Apartamento nº 73, localizado no 6º pavimento do Subcondomínio Residencial 1, Bloco B da Torre F, integrante do empreendimento denominado "Condomínio Jardins do Brasil", situado na Avenida Hilário Pereira de Souza, nº 492, nesta cidade, com as seguintes áreas: privativa coberta edificada de 76,850m2, privativa total de 76,850m2, de uso comum coberta edificada de 47,285, de uso comum descoberta de 16,107m2, de uso comum total de 63,392m2, total da unidade de 140,242m2, coeficiente de proporcionalidade de 0,000304 e fração ideal de terreno de 0,00028416, cabendo-lhe o direito a 01 vaga de garagem, localizada na área comum do Subcondomínio Residencial 01.**OBSERVAÇÃO: IMÓVEL OCUPADO, DESOCUPAÇÃO POR CONTA DO ADQUIRENTE NOS TERMOS DO ART. 30 DA LEI nº 9.514/97; Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **19/04/2019às 10h00min**, no mesmo local, o seguinte SEGUNDO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 509.864,21 (quinhentos e nove mil e oitocentos e sessenta e quatro reais e vinte e um centavos)**e, nesteserá aceito o maior lance oferecido ao imóvel, desde que igual ou superior a somatória do valor da dívida reajustada até aquela data, acrescidas das despesas, dos encargos legais e contratuais, dos tributos, das despesas condominiais eventualmente em aberto, inclusive do imposto de transmissão recolhido para a consolidação da propriedade, despesas com edital e leilão; o bem será vendido, observando a Convenção de Condomínio vigente no condomínio onde pelo uso e costumeiro, quem maior lance oferecer, pelo valor maior ou igual o estipulado para o imóvel, reservando-se ao comitente vendedor, o direito de retirar, liberar ou não o bem pelo maior preço alcançado por intermédio do leiloeiro. A venda será efetuada "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. O interessado deverá efetuar o pagamento do arremate à vista e, a comissão do leiloeiro correspondente é 5% sobre o valor do arrematevistoà no ato do leilão. A total responsabilidade deste leilão, bem como valores, datas e produto é de total responsabilidade do comitente vendedor, isentando o leiloeiro e a organização de leilões de qualquer responsabilidade. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932 com as alterações introduzidas pelo decreto nº. 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial - Informações (11) 3578-1318 e e-mail do Leiloeiro: raicher@gmail.com. 26/03, 01 e 08/04/19

9ª Vara Cível do Foro Regional IV - Lapa/SP 3ª Ofício Cível Edital de Citação e Intimação. Praz 30 dias. Processo n° 0013595-40.2012.8.26.0004. A Dra. Adriana Genin Fiore Bieso, Juíza de Direito da 9ª Vara Cível do Foro Regional da Lapa/SP. Faz Saber a Centaro e Esmeralda Ltda. ME (CNPJ. 01.147.337/0001-04), na pessoa de seu representante legal e Marcel Moraes Oliveira Souza (CPF. 321.241.758-74), que Banco Bradesco S/A lhes ajuizou ação de Execução de Título Extrajudicial, objetivando a quantia de R$ 53.807,09 (02/2012), representada pela Cédula de Crédito Bancário - Capital de Giro nº 005.541.959, emitida em 12/03/2012. Encontrando-se os executados em lugar incerto e não sabido, foi determinada as suas CITAÇÕES, por EDITAL, com fundamento no artigo 256, inciso II do CPC, para que no prazo de 03 (três) dias, a fluir os 30 dias supra, efetuem o pagamento do débito atualizado, fluindo da data da publicação única ou, havendo mais de um, da primeira (art. 257, inciso III do CPC) pagarem o débito, devendo o mesmo ser atualizado e acrescido das custas e honorários na época do pagamento com a advertência de que esta verba será reduzida pela metade na hipótese de integral (art. 827, § 1º do CPC), ou ofereçam embargos no prazo de 15 (quinze) dias, (art.231 do CPC), podendo ainda depositar 30% do valor em execução (incluindo custas e honorários de advogado) no prazo para oferta dos embargos, permitido que executados requererem seja admitido o pagamento do saldo remanescente em 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês. Não efetuado o pagamento procederá a penhora e avaliação de bens tantos quantos bastarem para o pagamento do débito, sob pena de converte-se em penhora o ativo procedido sobre as quantias bloqueadas judicialmente de R$ 5.204,82 e R$ 13,64. Não efetuado o pagamento procederá a penhora e avaliação de tantos bens quantos bastarem para satisfação do débito. Nando advertidos que será nomeado curador especial em caso de revelia. Será o edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. 29 e 30 / 03 / 2019.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 01 (UM) MÊS. PROCESSO Nº 1001963-40.2016.8.26.0010. O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional X - Ipiranga, Estado de São Paulo, Dr. Carlos Antonio da Costa, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a BRUNA ZAIDAN DA SILVA, CPF 281.982.528-19, que Estilo Administração e Cobrança Ltda ajuizou ação de Execução Execução de Título Extrajudicial objetivando a quantia de R$ 34.200,59 (outubro/2018), representada por Instrumento Particular de Confissão de Dívida firmado entre as partes em 08/07/2015. Encontrando-se a executada Bruna em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO por EDITAL (NCPC, artigo 257, inciso III), para os atos e termos da ação proposta e para que em 03 dias, a fluir dos 30 dias supra, pague o débito atualizado, acaste em pena a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês. Fica ainda INTIMADA a executada em 15 dias acerca do bloqueio judicial da quantia de R$ 1.223,08, sob pena de converte-se em penhora o arresto procedido sobre a quantia bloqueada. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito (NCPC, artigo 344) Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo. 30/03 e 02/04/2019

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS . PROCESSO DIGITAL Nº 1012785-51.2017.8.26.0011. O MM. Juiz do Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional XI - Pinheiros, Estado de São Paulo, Dr. Rogério de Campos Arruda, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a CONSTRUGARO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIO

ISEC SECURITIZADORA S.A.

CNPJ n° 08.769.451/0001-08

Relatório da Administração

Senhores acionistas,Em cumprimento às determinações legais, submetemos a voss a apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da ISEC Securitizadora S.A., levantados em 31/12/2018, bem como o Parecer dos Auditores Independentes. **Foco ISEC:** A ISEC é uma companhia aberta de capital nacional, criada em 05 de maio de 2007 com a denominação social de **ISEC Securitizadora S.A.**, tem como missão estratégica integrar os mercados imobiliário e do agronegócio ao de capitais, permitindo a geração de recursos necessários ao incremento das atividades da indústria da construção civil e do agronegócio em geral. A Companhia é uma das líderes na emissão de CRI, tanto com lastro em operações corporativas como em operações com créditos aos adquirentes das unidades produzidas. Em volumes globais, a ISEC efetuou, até dezembro de 2018, a emissão de 78 séries de CRI e CRA, totalizando, em valores de balanço histórico, cerca de R$ 3,2 bilhões, lastreados em recebíveis imobiliários e do agronegócio. **Nosso Time:** A Diretoria Executiva da Companhia é composta pela Presidência as quais se subordinam a Diretoria de Operações, as gerências responsáveis pelas áreas comercial, estruturação, jurídica, controladoria e gestão financeira. Além de uma diretoria de Relações com Investidores. Fechamos o quarto trimestre de 2018 com um total de 15 profissionais. Acreditamos ainda com uma equipe de terceiros que agrega background ao dia a dia da Companhia tornando a estrutura flexível sem incorrer em aumento de custos fixos. **Relacionamento com Auditores Independentes:** A partir do exercício de 2017, a ISEC passou a contar com mônino liquido totalizou R$ 3,4 milhões em 2018, com uma variação negativa de R$ 698 Mil. Importante ressaltar a redução das receitas. O valor patrimonial por ação foi de R$ (0,82) em 31/12/2018, representando uma redução frente ao valor de R$ 8,09, registrado em 31/12/2017. Em conformidade com o artigo 25, § 1º, inciso V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que revisaram, discutiram e aprovaram as Informações Financeiras do exercício da Companhia e o relatório dos auditores independentes relatados em 27/03/2018.

São Paulo, 27 de março de 2019

A Administração

Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em Reais)

Das atividades operacionais	01/01/2018 à 31/12/2018	01/01/2017 à 31/12/2017
Lucro líquido do exercício	(4.019.862)	2.212.378
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	103.551	30.791
Variações em ativos e passivos		
Contas a receber	3.599	(5.999)
Tributos a valores mobiliários	117.395	(194.292)
Tributos a recuperar	206.677	(1.105.053)
Adiantamentos	(1.961.554)	–
Créditos diversos	3.200.861	(2.048.116)
Fornecedores	17.329	42.268
Obrigações trabalhistas e tributárias	233.776	(410.381)
Contas a pagar	(131.677)	257.396
Variação nas contas de ativos e passivos	**1.688.196**	**(8.464.182)**
Caixa líquido aplicado nas operações	**(2.227.115)**	**(1.221.013)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Investimentos	16.415	27.474
Aumento imobilizado	(74.426)	(276.957)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(58.011)**	**(249.483)**
Das atividades de financiamento com acionistas		
Empréstimos e financiamentos	2.327.036	1.469.906
Dividendos	(41.067)	–
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento com acionistas	**2.285.969**	**1.469.906**
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**843**	**(500)**
Caixa e equivalentes de caixa: No início do exercício	915	915
No fim do exercício	1.758	325
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**843**	**(500)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em Reais)

	01/01/2018 à 31/12/2018	Período 01/01/2017 à 31/12/2017
Insumos adquiridos de terceiros		
Receitas de prestação de serviços	1.677.580	3.204.019
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(1.752.222)	(2.390.124)
Valor adicionado bruto	**(6.474.742)**	**(194.035)**
Retenções		
Depreciação e amortizações	(103.551)	(30.791)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**(5.578.293)**	**(224.826)**
Valor adicionado recebido em transferência	**1.558.431**	**2.446.829**
Receitas financeiras	1.558.431	2.446.829
Distribuição do valor adicionado	**(4.021.862)**	**2.222.003**
Pessoal e encargos	215.000	680.629
Honorários de diretoria	–	110.355
Impostos, taxas e contribuições: Federais	(1.157.847)	1.576.254
Municipais	9.023	41.927
Estaduais	402.193	457
Remuneração de capitais de terceiros	–	–
(Prejuízo) Lucro do exercício	(4.019.862)	2.212.378
	(4.021.862)	**2.222.003**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro antes dos impostos	**(3.739.864)**	**3.315.724**
IRPJ alíquota 15%	860.980	(497.359)
IRPJ alíquota 10%	573.986	(331.572)
CSLL alíquota de 9%	516.588	(298.416)
Impostos totais sobre adições e exclusões	**1.951.554**	**(1.127.348)**
Efeito sobre a adição de despesas temporariamente indedutíveis	(987.573)	–
Outros efeitos líquidos	(231.552)	23.994
Imposto efetivo calculado	**732.429**	**(1.103.346)**
Efeito sobre adições e exclusões tributários sobre despesas temporariamente indedutíveis	987.573	–
Imposto de renda e contribuição	**1.729.002**	**(1.103.346)**

11.5. Valorações dos instrumentos financeiros: Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31/12/2018, bem como os critérios para sua valorização, são os seguintes: **Ativos financeiros: Caixa e equivalentes de caixa:** os saldos mantidos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata possuem valores de mercado idênticos aos registrados nos saldos contábeis; **Títulos e valores mobiliários:** O valor contábil dos títulos e valores mobiliários é apurado, quando aplicável, de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço; **12. Partes relacionadas:** Os saldos e transações, decorrentes de operações com partes relacionadas, são os seguintes transações com partes relacionadas, sendo que as mesmas produziram saldos a pagar e a receber, como segue:

Partes relacionadas ativo	31/12/2018	31/12/2017
Pagamentos a ressarcir de coligadas (i)	5.092	85.499
	5.092	**85.499**
Partes relacionadas passivo		
Contas a pagar a coligadas (ii)	–	2.003.743
Valores a pagar a coligadas (i)	597.967	85.967
	597.967	**2.089.710**

(i) Referem-se a pagamentos realizados pela Companhia, por conta e ordem de terceiros, a pagamentos realizados por terceiros por conta e ordem da companhia, e que serão ressarcidos em curto prazo. (ii) Referem-se a valores a pagar a coligadas por mútuo contratado junto ao fundador Roam realizadas em caráter de curto prazo, e em condições específicas, não incidindo em ônus para a companhia durante a sua vigência. Caso estas transações fossem realizadas com terceiros, os mesmos poderiam ser alterados quanto aos seus resultados obtidos para a Companhia. Conforme demonstrado na nota explicativa 9º, no terceiro trimestre de 2018, houve interpretação de capital social de R$ 4.587.064, mais R$ 1.000,00 reais, decorrente a conversão de créditos de mútuo detidos contra a Companhia (rubrica de "conta corrente pessoa ligada"), zerando perante terceiro o saldo da respectiva rubrica e (b) R$ 224.102 reais diante a capitalização de lucros da Companhia. **b) Remuneração do pessoal-chave da administração:** No exercício findo em 31/12/2018, não houve remuneração dos administradores da Companhia. No exercício findo em 31/12/2017, a remuneração dos administradores da Companhia foi no valor aproximado de R$ 110.355. **13. Demandas judiciais: A Companhia não possui demandas judiciais no exercício findo em 31/12/2018. 14. Informações sobre emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, emitidos em regime fiduciário:** Com a publicação da Instrução CVM nº 600, datada de 01/08/2018, bram a necessidade de atualizar e adequar os Informes Trimestrais dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA). **15. Divulgação de eventos subsequentes:** Não ocorreram eventos subsequentes ao encerramento do exercício findo em 31/12/2018. **16. Declaração dos diretores sobre a publicação das informações financeiras trimestrais:** Em conformidade com o artigo 25, § 1º, inciso V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que revisaram, discutiram e aprovaram as demonstrações financeiras da companhia e o relatório dos auditores independentes relatados em 27/03/2018.

Contador: Sérgio Ferraz dos Santos - CRC nº 1SP179881/O-5

Pareceres e Declarações/Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

São Paulo, 27 de março de 2019. **Declaração:** Severino-nos do presente para, em atenção do disposto no Artigo 25, Inciso V da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declarar que, na qualidade de Diretores da **ISEC Securitizadora S/A,** revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes (BLB Auditores Independentes S.S.) relativas as Demonstrações Financeiras da **ISEC Securitizadora S/A.**, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Permanecemos à inteira disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários. Atenciosamente, **A Diretoria.**

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **ISEC Securitizadora S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **ISEC Securitizadora S.A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ISEC Securitizadora S.A.** em 31/12/2018, o desempenho de suas operações, e seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pelas demonstrações financeiras" Somos independentes em relação à Companhia, conforme descrito no parágrafo 2 do Pronunciamento Técnico NBC PG 01 - Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida seja suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente e em nossa opinião sobre as demonstrações financeiras como um todo e não formulamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Reconhecimento de receitas de prestação de serviços - Nível 1 - Conforme Nota Explicativa nº 6, a Companhia obtém a homologação de seu registro em 05/07/2007, junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), condição básica para o desenvolvimento dos negócios. As atividades operacionais da Companhia tiveram seu início no ano de 2012, e ao longo dos anos seguintes a Companhia seguiu sua estratégia de aumento de participação no mercado de securitização de créditos, sendo que, ao final de 2016, adquiriu a totalidade das ações da securitizadora SCCI Securitizadora S/A (Companhia) e a partir de 2017 a Companhia passou a ser a maior companhia no mercado. Do mesmo modo, no final do exercício de 2017, seguindo a estratégia definida de crescimento dos negócios, a Companhia adquiriu a totalidade das ações da **Brasil Plural Securitizadora S/A.**, como forma de aumentar a sua participação

BRASILFACTORS S.A.

CNPJ nº 13.891.727/0001-58

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os documentos relativos às Demonstrações Financeiras, compreendendo o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018, permanecendo à disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

São Paulo, 28 de março 2019.

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.777	2.990	6.045	7.593
Instrumentos financeiros derivativos	–	672	–	672
Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado - Instrumentos financeiros derivativos	1.241	–	1.241	–
Empréstimos e recebíveis	–	693	–	26.738
Ativo financeiro ao custo amortizado - Empréstimos e recebíveis	–	–	48.879	–
Impostos a compensar	5.405	5.366	5.405	5.366
Outros créditos	59	116	554	121
Despesas antecipadas	98	89	107	98
Total do ativo circulante	**8.580**	**9.926**	**62.231**	**40.588**
Não circulante				
Aplicação em fundos de investimento	–	7.783	–	–
Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado - Aplicação em fundos de investimento	8.830	–	–	–
Impostos diferidos	8.635	7.580	8.635	7.580
Outros créditos	32	14	32	14
Imobilizado	69	93	69	93
Intangível	5	8	5	8
Total do ativo não circulante	**17.571**	**15.478**	**8.741**	**7.695**
Total do ativo	**26.151**	**25.404**	**70.972**	**48.283**

	Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
Circulante				
Empréstimos	27.661	23.646	27.661	23.646
Provisão para de factoring a pagar	–	697	–	697
Obrigações trabalhistas	227	271	227	271
Impostos e contribuições a recolher	456	216	456	216
Outras obrigações	323	632	435	675
Total do passivo circulante	**28.667**	**25.462**	**28.779**	**25.505**
Exigível a longo prazo				
Provisão para contingências	215	130	215	130
Outras obrigações	–	–	44.709	22.836
Total do passivo não circulante	**215**	**130**	**44.924**	**22.966**
Patrimônio líquido				
Capital social realizado	17.372	17.372	17.372	17.372
Prejuízos acumulados	(20.103)	(17.560)	(20.103)	(17.560)
	(2.731)	**(188)**	**(2.731)**	**(188)**
Total do passivo e patrimônio líquido	**26.151**	**25.404**	**70.972**	**48.283**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**17.372**	**(13.345)**	**4.027**
Prejuízo do exercício	–	(4.215)	(4.215)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**17.372**	**(17.560)**	**(188)**
Prejuízo do exercício	–	(2.543)	(2.543)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**17.372**	**(20.103)**	**(2.731)**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	**2017**	**2018**	**2017**
Receitas de operações de factoring				
Prestação de serviços	–	7	–	7
Rendas de operações de factoring	18	506	5.415	7.274
	18	**513**	**5.415**	**7.281**
Deduções da receita				
Impostos	(171)	(395)	(171)	(395)
Outras deduções	(452)	(1.005)	(452)	(1.005)
	(623)	**(1.400)**	**(623)**	**(1.400)**
Receitas Líquidas	**(605)**	**(887)**	**4.792**	**5.881**
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas de pessoal	(3.232)	(4.098)	(3.232)	(4.098)
Despesas gerais e administrativas	(1.478)	(1.873)	(1.892)	(2.287)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3	–	(72)	(67)
Provisão para contingências trabalhistas	(115)	(130)	(115)	(130)
Despesas tributárias	(227)	(331)	(227)	(331)
Receitas financeiras	13.146	23.850	13.609	20.301
Despesas financeiras	(11.574)	(22.024)	(11.574)	(22.024)
Outras receitas (despesas) operacionais	760	758	867	758
	(2.717)	**(3.848)**	**(2.636)**	**(7.878)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.322)	(4.735)	2.156	(1.997)
Imposto de renda diferido	573	384	573	384
Contribuição social diferida	206	136	206	136
Remuneração das cotas seniores de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	–	–	(5.478)	(2.738)
Prejuízos dos exercícios	**(2.543)**	**(4.215)**	**(2.543)**	**(4.215)**

DEMONSTRAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	**2017**	**2018**	**2017**
Prejuízo líquido do exercício	(2.543)	(4.215)	(2.543)	(4.215)
Resultado abrangente do exercício	**(2.543)**	**(4.215)**	**(2.543)**	**(4.215)**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Controlada		Consolidado	
	2018	**2017**	**2018**	**2017**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do exercício	(2.543)	(4.215)	(2.543)	(4.215)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:				
Depreciações e amortizações	29	43	29	43
Atualização de empréstimos	5.537	1.039	5.537	1.039
Ajuste MTM de empréstimo	114	–	114	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3)	–	76	67
Provisão para contingências	85	130	85	130
Impostos diferidos	(1.055)	(586)	(1.055)	(586)
	2.164	**(3.589)**	**2.243**	**(3.522)**
(Aumento) redução nas contas de ativos				
Aplicação em fundo de investimento	(1.047)	30.929	–	–
Empréstimos e recebíveis	696	97.958	(22.217)	98.106
Impostos a compensar	(39)	(2.120)	(39)	(2.120)
Instrumentos financeiros derivativos	(569)	(672)	(569)	(672)
Outros créditos	39	336	(451)	806
Despesas antecipadas	(9)	(28)	(9)	(28)
	(929)	**126.403**	**(23.285)**	**96.092**
Aumento (redução) das contas de passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	–	(1.172)	–	(1.172)
Operações de factoring a pagar	(697)	(97.671)	(697)	(97.671)
Obrigações trabalhistas	(44)	(28)	(44)	(28)
Impostos e contribuições a recolher	240	(1)	240	(1)
Outras obrigações	(309)	471	21.633	(84)
	(810)	**(98.401)**	**21.132**	**(98.956)**
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	**425**	**24.413**	**90**	**(6.386)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(2)	–	(2)	–
Aquisição de intangível	–	(3)	–	(3)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(2)**	**(3)**	**(2)**	**(3)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Amortização de quotas seniores	–	–	–	(27.762)
Captação de empréstimos	49.726	59.968	49.726	59.968
Liquidação de empréstimos	(49.726)	(85.273)	(49.726)	(85.273)
Pagamento de juros de empréstimos	(1.636)	(1.448)	(1.636)	(1.448)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**(1.636)**	**(26.753)**	**(1.636)**	**(54.515)**
Aumento (redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa	**(1.213)**	**(2.343)**	**(1.548)**	**(60.904)**
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	2.990	5.333	7.593	68.497
No final do exercício	1.777	2.990	6.045	7.593
Aumento (redução) líquido com caixa e equivalentes de caixa	**(1.213)**	**(2.343)**	**(1.548)**	**(60.904)**

A Diretoria

Paulo Sérgio Marques Burato - Contador - CRC 1SP112455/O-0

"As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas estão à disposição dos Acionistas na sede da Companhia"

SPE Brasil Incorporação 28 Ltda.
CNPJ/MF nº 11.737.056/0001-90 NIRE 352.238.149-53
Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data/Hora/Local: 07/03/2019, às 10h00, na Rua Teodoro Sampaio, 1020, sala 1303 (parte), SP/SP. **Presença:** Totalidade dos Sócios. **Mesa:** Bento Odilon Moreira Filho – Presidente, Sandra Eithy Attiê Petersbaum – Secretária. **Deliberações:** (a) aprovação da redução do capital social em R$ 6.508.406,00 com fundamento nos incisos I e II do artigo 1.082 do Código Civil em vigor, com o consequente cancelamento de 6.508.406 de quotas de titularidade dos sócios, sendo, 3.254.203 de quotas de propriedade da sócia **EBM Incorporações Centro Oeste Ltda.** e 3.254.203 de quotas da sócia **Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações**. A redução do capital social ora aprovada tem por fundamento a absorção de um prejuízo contábil no valor de R$ 850.815,95 nos termos do que prevê o inciso I do art. 1082, e sinda, (ii) a devolução aos sócios quotistas do valor de R$ 5.657.590,05 com fundamento no inciso II do art. 1082, considerados assim excessivos em relação ao objeto social, ao passo, as sócias receberão, na proporção das respectivas participações, o valor da referida redução, Para os efeitos do § 1º do art. 1.084 da Lei 10.406/02, o arquivamento da Alteração Contratual resultante se dará no prazo de 90 dias contados da publicação deste extrato. Bento Odilon Moreira Filho – Presidente, Sandra Eithy Attiê Petersbaum - Secretária. **Sócios:** EBM Incorporações Centro Oeste Ltda e Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações.

Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo: 1106887-60.2015.8.26.0100. A Dra. Tatiana Ferdenighi Sabia, Juíza de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Central/SP, na forma da lei, etc. **FAZ SABER** a **YANG SOOK HUR**, RG Y264904-L, CPF 217.912.638-79, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Sociedade Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo – Supero Ltda., objetivando a quantia de R$ 10.205,66 (julho/2015), referente às notas promissórias, vencidas, não pagas e protestadas, anexas aos autos. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para em 03 dias efetuar o pagamento integral da dívida atualizada, ocasião em que o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade ou oferecer bens (suficientes) à penhora, sob pena de penhora de bens e sua avaliação, podendo, no prazo de 15 dias, oferecer embargos, ambos a fluir após o prazo de 20 dias deste edital. No prazo para embargos, poderá a executada requerer seja admitido o parcelamento do débito, nos termos do art. 916, do CPC. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADAMAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 31 de outubro de 2018. 29 e 30.03

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0036579-51.2013.8.26.0005. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). LUCILIA ALCIONE PRATA, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **IVANILDO SOARES DE BRITO**, Brasileiro, CPF 085.393.649-08, com endereço à Rua Inverno, 324, Brasilândia, CEP 02948-050, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária por parte de Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S/A, alegando em síntese: Busca e apreensão do veículo marca/modelo Chevrolet Corsa Maxx, cor preta, chassi nº 9BGXH68P0AC164962, placa EJC9260, renavam 177272511, ano 2009/2010, haja vista o inadimplemento do contrato de financiamento. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. **O bem já foi apreendido.** Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. **NADAMAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de fevereiro de 2019. 29 e 30.03

Jornal ODIASP

Pacer Transporte e Logística S.A. – CNPJ/MF nº 12.621.274/0001-87

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 *(Valores expressos em milhares reais)*

Balanços Patrimoniais	2018	2017
Ativo/Circulante	**26.082**	**26.959**
Caixa e equivalentes de caixa	539	4.557
Contas a receber	16.179	10.574
Estoques de terceiros	8.992	13.425
Adiantamentos	178	1.039
Impostos a recuperar	94	71
Depósitos e valores caucionados	90	–
Despesas antecipadas	9	32
Não circulante	**22.019**	**17.831**
Realizável a longo prazo	**5.232**	**5.285**
Impostos diferidos	161	64
Contas a receber	5.071	5.221
Imobilizado e intangível	**16.787**	**12.546**
Imobilizado	801	802
Intangível	15.985	11.743
Total do Ativo	**48.101**	**47.530**

Balanços Patrimoniais	2018	2017
Passivo e Patrimônio Líquido/Circulante	**2.602**	**1.065**
Fornecedores	2.002	1.065
Empréstimos e financiamentos	4.592	200
Impostos e contribuições a recolher	3.484	1.366
Obrigações fiscais parcelamento	1.464	1.168
Salários e obrigações sociais	1.526	1.040
Adiantamentos clientes	4	18
Produtos de terceiros	8.992	13.425
Outras contas a pagar	520	125
Não circulante	**33.083**	**32.976**
Exigível a longo prazo: Empréstimos e financiamentos	27.029	25.751
Obrigações fiscais parcelamento	5.859	6.923
Outras provisões	194	301
Patrimônio líquido	**(7.586)**	**(3.853)**
Capital social	1.000	1.000
Prejuízo acumulado	(8.586)	(4.853)
Total do Passivo	**48.101**	**47.530**

Demonstrações dos Resultados	2018	2017
Receita operacional bruta	**56.438**	**46.397**
Transporte de cargas	40.276	24.275
Serviço de transporte municipal	11.617	12.901
Serviço armazenagem e disponibilização de mercadorias	4.527	3.221
Serviço de Carga e Descarga	19	–
Deduções	**(10.346)**	**(7.123)**
Impostos sobre os serviços prestados	(9.451)	(6.814)
Devoluções	(895)	(309)
Receita operacional líquida	**46.092**	**33.274**
Custo dos serviços prestados	(44.226)	(34.210)
Lucro Bruto	**1.867**	**(936)**
Despesas operacionais	**(5.696)**	**(3.921)**
Administrativas e gerais	(3.659)	(1.683)
Resultado financeiro líquido	(4.585)	(2.849)
Outras receitas/despesas	2.548	711
Prejuízo antes do IRPJ e contribuição social	**(3.830)**	**(4.757)**
Imposto de renda e contribuição social	97	(96)
Prejuízo do exercício	**(3.732)**	**(4.853)**
EBITDA	**9,58%**	**5,19%**

Notas Explicativas

1. Contexto operacional – A Pacer Transporte foi criada em 2010, destacando-se no mercado de operadores logísticos como um provedor de soluções em armazenagem, transportes e consultoria logística. Almejando um crescimento e visualização no mercado nacional e internacional, os sócios se reuniríão no dia 22/02/2017 para deliberar a transformação de empresa limitada para sociedade anônima de capital fechado, ora aprovada nos termos do artigo 220 da Lei nº 6.404/76 e registrado na junta comercial no dia 11/04/2017. Após o registro da ata na JUCESP, foi feito a conversão em ações das quotas do capital da sociedade ora transformada, o qual ficou mantido em toda a integralidade a estrutura da sociedade e com o mesmo capital, mantendo a escrituração e exigências legais de natureza fiscal e contábil e sendo garantidos os direitos de eventuais credores de acordo com a Lei. Entre meados de 2017 e início de 2018, a Pacer atualizou seu plano de negócios para atender as novas demandas dos clientes atuais e de novos mercados vislumbrados. Esta atualização requereu também uma revisão nos planos de ações e como consequência houve a necessidade de obter recursos para os investimentos, recursos estes capitados através de debentures (meados de 2017). Os investimentos feitos estão em fase atual de maturação e ao mesmo tempo já começaram a gerar melhores resultados líquidos neste ano de 2018, como podemos verificar, temos o crescimento de 40% no faturamento e crescimento do lucro operacional. Também destacamos a projeção de crescimento para os próximos anos, demonstrando no próprio plano de negócios a solidez e a continuidade das operações e que reverterá o prejuízo acumulado e o lucro líquido acumulado nestes próximos anos. **Estoque de terceiros:** Com a decisão dos administradores da companhia em investimentos nos anos de 2017 e 2018 possibilitou o crescimento e melhor gestão no setor de armazenagem de produtos de terceiros, fazendo com que houvessse uma redução de valores de estoque com aumento da captação de recursos financeiros a receber. **Debêntures:** Em reunião do Conselho de Administração realizada em 20/03/2017, foi aprovada a 1ª emissão de debêntures que serão de espécie quirografária a ser convertida na espécie com garantia real e sendo simples, não conversíveis em ações de emissão da companhia, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados, nos termos do artigo 57 da lei das Sociedades Anonimas e das disposições contidas na escritura no montante de 24.000, que foi objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09. **Obrigações fiscais:** Ao analisar as taxas de juros bancários para quitação dos impostos em aberto, e atraídos do governo, foi decidido em optar em parcelar os impostos diretos com as fontes arrecadadoras de impostos, dentre eles são: *I. No âmbito federal:* a companhia inclinou-se pelo programa PERT o qual teve redução dos juros e multa que seriam cobrados, além de parcelar a dívida em até 84 parcelas, iniciadas em 31/08/2017, e o parcelamento mais longo tem previsão de término em 31/10/2027, as parcelas são corrigidas mês a mês pela taxa Selic; ainda assim a companhia possui outros parcelamentos . II. No âmbito estadual: a companhia aceitou o programa PEP, e outros parcelamentos o qual teve o benefício de alongar a dívida em até 60 parcelas, os parcelamentos mais longos tem previsão de término em fevereiro de 2024.

Composição da Diretoria	Contador
Alexandre Bichara Caldas – Diretor Presidente	**Luciano Guedes de Mello Costa** – Diretor Vice-Presidente
Alexandre Galvão de Almeida – Diretor de Operacional	**Marcio Roberto dos Santos** CRC SP 264.875/O-4

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Administradores da Pacer Logística S.A. Via Anhanguera, 1510 – Parque São Domingos 05112-000 – São Paulo-SP. Opinião sem ressalva: Examinamos as demonstrações contábeis da **Pacer Logística S.A. ("Companhia")** em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Pacer Logística S.A.**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sem ressalva:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com esses normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Outros assuntos – Ênfase – Passivos não circulantes em excessos sobre ativos não circulantes e passivo a descoberto:** A Companhia apresentou prejuízo líquido em sua operação no montante de R$ 3.732 mil (R$ 4.853 mil em 2017), com excesso de passivos não circulantes sobre ativos não circulantes no encerramento do exercício de 2018, no montante de R$ 11.064 mil (R$ 15.145 mil em 2017), bem como apresenta também passivo a descoberto no montante de R$ 7.586 mil (R$ 3.853 mil em 2017). Essa situação indica a existência de incerteza no longo prazo. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações contábeis da **Pacer Logística S.A.** referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas e nosso relatório datado em 20 de março de 2018, foi emitido com opinião sem ressalva. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais ser manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as informações em relação aos demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2018
Fernando Luis de Barros
Sócio Diretor
Contador CRC 1SP 292.087/O-3

Lopes, Machado Auditoria, Consultoria e Business Advisory | Member of Nexia International B K Consultoria e Assessoria

---

PRIMESYS SOLUÇÕES EMPRESARIAIS S.A.

CNPJ: 59.335.976/0001-68

Relatório da Administração

Senhores acionistas: Atendendo às disposições legais, a Administração submete à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras Condensadas da Primesys Soluções Empresariais S.A., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Permanecemos ao inteiro dispor de V.Sas. Para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários. **A Diretoria.**

Balanços Patrimoniais Condensados - 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017		2018	2017
Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
Circulante	**760.369**	252.050	Circulante	**579.464**	172.301
Não circulante	**496.613**	510.662	Não circulante	**13.826**	12.381
Patrimônio líquido	**663.692**	578.030			
Total do ativo	**1.256.982**	762.712	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**1.256.982**	762.712

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva para investimento	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2016	390.941	31.919	17.743	119.783	–	–	560.386
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	74.545	74.545
Juros sobre capital próprio	–	–	(17.743)	(21.357)	–	–	(39.100)
Atualização de passivo atuarial, líquido	–	–	–	–	(96)	–	(96)
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva legal	–	3.727	–	–	–	(3.727)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(17.705)	(17.705)
Constituição da reserva de lucros	–	–	53.113	–	–	(53.113)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2017	390.941	35.646	53.113	98.426	(96)	–	578.030
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	**134.809**	**134.809**
Atualização de passivo atuarial, líquido	–	–	–	–	**(130)**	–	**(130)**
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva legal	–	**6.740**	–	–	–	**(6.740)**	–
Dividendos intermediários	–	–	**(17.000)**	–	–	–	**(17.000)**
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	**(32.017)**	**(32.017)**
Constituição da reserva de lucros	–	–	**96.052**	–	–	**(96.052)**	–
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**390.941**	**42.386**	**132.165 272.977**	**98.426**	**(226)**	–	**663.692**

Demonstrações dos Resultados Condensados - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Receita operacional, líquida	**1.198.415**	996.777
Custo dos serviços prestados	**(918.642)**	(464.571)
Lucro bruto	**280.773**	132.206
Despesas operacionais, líquidas	**(77.714)**	(45.018)
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social	**203.059**	87.188
Resultado financeiro	**706**	5.553
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**203.765**	92.741
IR e CS correntes e diferidos	**(68.956)**	(18.196)
Lucro líquido do exercício	**134.809**	74.545

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	**134.809**	74.545
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:		
Perda no reflexo da atualização do plano de benefício	**(197)**	(145)
Efeito de imposto de renda e contribuição social sobre a perda no reflexo da atualização do plano de benefício	**67**	49
Outros resultados abrangentes, do exercício, líquidos de impostos	**(130)**	(96)
Total dos resultados abrangentes do exercício	**134.679**	74.449

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Condensados - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa de atividades operacionais	**141.232**	28.056
Fluxo de caixa de atividades de investimento	**(117.657)**	24.871
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	**(34.704)**	(42.501)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalente de caixa	**(11.129)**	10.426
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**11.849**	1.423
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**720**	11.849

DIRETORIA

José Formoso Martinez - Diretor Presidente
Juarez Medeiros da Silva - Diretor
Roberto Catalão Cardoso - Diretor
José Antônio Guaraldi Félix - Diretor

CONTADOR

Ricardo Basso Gaino - CRC-PR-040021/O-0-S-SP

União Química Farmacêutica Nacional S.A.

CNPJ/MF nº 60.665.981/0001-18 (Matriz) - NIRE 35.300.006.658
CNPJ/MF nº 60.665.981/0004-60 (Filial) - NIRE 35.901.939.195

Ata da Reunião da Diretoria Realizada em 10 de Dezembro de 2018

Data, Hora e Local: Realizada em 23 de novembro de 2018, às 10h00 horas, no escritório administrativo da União Química Farmacêutica Nacional S.A. ("Companhia"), na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, 16º andar, Conjuntos 161/162, Edifício Continental Tower, Cidade Jardim, CEP 05676-120, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros da diretoria da Companhia. **Presença:** Presentes todos os membros da diretoria da Companhia. **Composição da Mesa:** Presidida pelo Sr. Fernando de Castro Marques e Secretariada pela Dra. Juliana Oliveira F. L. S. Martins. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre retratificação do item (ii) das Deliberações da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de dezembro de 2017, registrada perante a JUCESP no dia 05/04/2018 sob nº 165.003/18-2, em que foi feita deliberação a alteração do endereço da filial de CNPJ 60.665.981/0004-60, NIRE 35.901.939.195. **Deliberações:** Dando início aos trabalhos da presente Reunião de Diretoria, o Presidente da Mesa fez ampla exposição da situação da sociedade e da necessidade de retratificar o item (ii) das Deliberações da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de dezembro de 2017, registrada perante a JUCESP no dia 05/04/2018 sob nº 165.003/18-2, em que foi feita deliberação a alteração do endereço da filial de CNPJ 60.665.981/0004-60, NIRE 35.901.939.195, de modo que: Onde se lê: "Avenida Ibirama, 518, prédio 471 (parte 2), Parque Industrial Dacz, Tabôão da Serra - SP, CEP 06785-300". Leia-se: "Avenida Ibirama, 518, prédio 471 (parte 2), **prédio 441, corredor 31, frente,** Parque Industrial Dacz, Tabôão da Serra - SP, CEP 06785-300". **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar e como ninguém quis fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos presentes. A presente Ata é cópia fiel daquela transcrita em livro próprio. São Paulo, 10 de dezembro de 2018. **Mesa:** Fernando de Castro Marques - Diretor Presidente; Dra. Juliana Oliveira F. L. S. Martins - Secretária. **Membros da Diretoria:** Fernando de Castro Marques - Diretor Presidente; José Luiz Junqueira Simões - Diretor Vice-Presidente; Alexandre Guilherme Marques Pinto - Diretor. **JUCESP nº**